
NAÇÃO E DEFESA



ANO VI — N.º 17 — JANEIRO-MARÇO DE 1981
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General ALTINO AMADEU PINTO MAGALHÃES
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Coronel Silva Carvalho, Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira da Costa, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Coronel Espirito Santo, Capitão-de-fragata Duarte Costa, Tenente-coronel Oliveiros Lopes Martins (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	40\$00
Preço de venda avulso	50\$00

EDITORIAL	5
DEFESA NACIONAL — SEGURANÇA NACIONAL	9
<i>Leonel Cardoso</i>	
PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS SOBRE A GUERRA E A PAZ: ORIGEM E DESTINO DA VIOLÊNCIA	25
<i>Michel Renaud</i>	
A ECONOMIA MUNDIAL EM 1981: MODERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS	61
<i>Francisco Sarsfield Cabral</i>	
CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA — ESTUDO DE GEOPOLÍTICA	71
<i>Jorge Borges de Macedo</i>	
ESTRATÉGIA INDIRECTA E FORÇAS ARMADAS	99
<i>Ramires de Oliveira</i>	
HONRA E DIGNIDADE — FACTORES DE EFICIÊNCIA MILITAR	115
<i>Raul F. Carneiro Martins</i>	
A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL E AS AMEAÇAS A PORTUGAL	151
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
A ESPANHA E A NATO	171
<i>Conferência proferida no IDN em 11MAR81</i>	
<i>por Sanchêz Given</i>	
A DEFESA NO MUNDO	201
<i>Redacção</i>	

EDITORIAL

EDITORIAL

Numerosos trabalhos têm vindo a ser produzidos e publicados sobre a importante temática da Defesa Nacional. Nesses trabalhos, sistemática e persistentemente têm sido desenvolvidos, entre outros aspectos, a definição de conceitos, a configuração de soluções de organização da defesa, a compartimentação dos níveis de responsabilidade numa actividade que se sabe ser interdisciplinar.

Entretanto, parece ser de interesse não perder de vista que a defesa nacional depende, sobretudo, da vontade colectiva de defesa da nação. Ou existe e a nação pode defender-se, ou não existe e não haverá defesa possível.

Preparar a defesa nacional envolve, portanto, fundamentalmente e além do mais, o desenvolvimento e a manutenção da vontade de a exercer.

Defesa é acção. Defesa nacional é acção permanente. Desenvolvida pelos cidadãos para garantirem a segurança da nação a que pertencem, tem por finalidade defender os respectivos valores nacionais, na perspectiva de serem alcançados os objectivos que a nação se propõe.

Valores nacionais são a cultura, os usos e costumes, o território, o património histórico, as tradições e tudo o mais que, com as naturais adaptações que a História introduz na vida e nas aspirações do homem, identifica e congrega a nação. No seu conjunto, estes valores representam o cimento que liga entre si os cidadãos de cada nação, constituem o padrão de vida que realiza a sua felicidade, e definem o pólo que os atrai e os identifica. São, para cada nação, como o ar que se respira. Quando existem não se pensa neles, mas se vêm a faltar, então as nações

entram em declínio e morrem. É necessário pensar nisto porque no mundo em que vivemos permanece, de facto, a agressão a esses valores. Agressão externa, vinda do exterior dos Estados, mas também agressão interna, desencadeada no interior dos próprios Estados.

Não vale a pena citar casos para ilustrar esta situação, tantas são as agressões que campeiam por esse mundo e tão eminentes são também as potencialidades e ameaças de, a qualquer momento, serem desencadeadas novas agressões. Mas não será desajustado lembrar que no nosso próprio país têm sido perpetradas agressões internas aos valores nacionais. Refiro, por exemplo, programas de instrução desnacionalizantes, agressivos da cultura e da história de Portugal, impostos às nossas escolas no período agitado de 75. E posso referir ainda ataques que vêm sendo feitos sistematicamente a valores nacionais, enquadrados num horizonte mesquinho de simples destruição.

A situação existente evidencia, assim, a necessidade de permanentes cuidados com o desenvolvimento ajustado da vontade de defesa nacional. Entre nós, é necessário que, a par da determinação de enfrentarmos potenciais agressões externas, possamos impedir, no plano interno, que a mediocridade de alguns possa encontrar na fraqueza dos outros cumplicidades para a destruição do que fomos, do que somos, e do que queremos ser como nação, na linha das nossas tradições e no rumo certo da evolução e do progresso. E isto porque não temos que nos envergonhar, mas antes que nos orgulhar, do nosso passado.

DEFESA NACIONAL — SEGURANÇA NACIONAL

DEFESA NACIONAL — SEGURANÇA NACIONAL (*)

Ao longo de milénios sempre a defesa tem constituído preocupação dos indivíduos e das sociedades — preocupação resultante da convergência de três características atávicas do Homem: a sua agressividade, o seu instinto de conservação e o seu sentimento de propriedade. Quando por acção da primeira uma das últimas é ameaçada, o Homem reage, defende-se.

Durante séculos homens têm agredido outros homens para roubar-lhes a presa ou a companheira, para capturar escravos, gado ou terrenos férteis, para expandir uma civilização, uma fé ou uma ideologia, ou, simplesmente, para construir impérios.

Sempre a motivação foi o desejo de alcançar qualquer vantagem sobre um adversário — que normalmente o próprio agressor seleccionou e classificou como tal — ou de impor-lhe a sua vontade. E perante as agressões ou ameaças de agressões surgiu, naturalmente, no agredido ou ameaçado, a necessidade de defender-se, de garantir a sua sobrevivência em segurança — para o que, com frequência, se transformou em agressor.

Para agredir-se e defender-se o Homem começou por utilizar os meios com que a natureza o dotou: as mãos, os pés, os dentes. Depois foi concebendo e fabricando armas cada vez de maior alcance e poder destruidor. Do cacete evoluiu até à bomba atómica e da pedrada até aos ataques nucleares intercontinentais.

E sempre o Homem foi agredindo o Homem e a sua lavra, a sua cidade, o seu reino, o seu estado, a sua nação, utilizando os meios mais poderosos de que dispunha em cada momento.

Com a evolução do mundo e a transformação das sociedades, a agressão e a defesa foram deixando de constituir actividade do caçador-guerreiro ou do camponês-soldado e tornaram-se responsabilidade dum instrumento militar progressivamente mais organizado e especializado.

(*) Palestra proferida pelo Vice-Almirante Leonel Cardoso ao Curso da Defesa Nacional 1981 no IDN em 27 de Janeiro de 1981.

Desta forma a guerra — agressão e defesa — passou a ter características puramente militares, embora, desde que as sociedades se organizaram, a coacção militar tenha sempre sido acompanhada ou precedida de formas de coacção política, económica, psicológica e diplomática — de que actualmente tanto se fala. Apesar disso, a preparação e condução da guerra era da exclusiva responsabilidade dos militares, mesmo depois de Talleyrand ter feito notar que ela constituía assunto demasiado complexo para só a militares ser entregue.

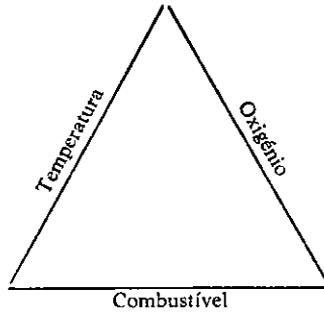
Foi necessário a experiência da Primeira Guerra Mundial — decorrido quase século e meio desde que aquela observação fora feita — para que os políticos começassem a compreender que, para além da decisão de fazer a guerra, lhes cabiam enormes responsabilidades na sua preparação desde tempo de paz e na definição da estratégia para a sua condução ao mais alto nível. E os militares, relutantes mas honestamente, reconheceram que a guerra não podia continuar a constituir seu pelouro exclusivo.

Assim foi sendo abandonado o velho conceito restrito de defesa e foram surgindo o conceito de defesa alargada ou ampla e o conceito de defesa global ou integrada. O primeiro, analítico, considera que a par da defesa militar existe uma defesa económica, uma defesa psicológica, uma defesa civil, uma defesa cultural, etc., sendo a defesa nacional como que o somatório de todas estas parcelas, afectadas de coeficientes de valores variáveis com as conjunturas e, fundamentalmente, com as ameaças. O segundo daqueles conceitos, sintético, considera que a defesa nacional constitui um sistema, no sentido da teoria dos sistemas, isto é, um conjunto no seio do qual o elemento defesa militar está em retroacção sobre si mesmo e em interacção mútua com outros elementos componentes que são a política externa, a segurança pública, a protecção civil, a economia, as mentalidades — elementos que estão, eles próprios, em interacção mútua.

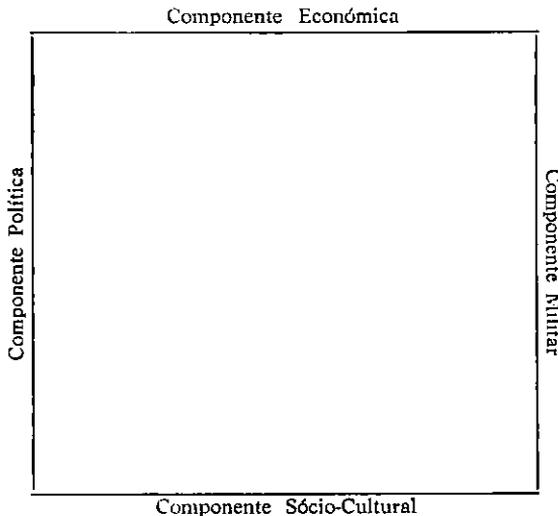
Destes conceitos, talvez o que melhor se adapta às condições existentes nos países industrializados seja o conceito global. No entanto, a sua adopção tem-se revestido de muitas cautelas em virtude de ainda não estar suficientemente estudado e ser de concretização bastante complexa. Nos países de menores recursos e, bem assim, nos mais prudentes entre os mais ricos, continua a adoptar-se o conceito de defesa alargada — isto, quando algum conceito é adoptado!

Mas seja qual for a fórmula escolhida, a defesa constitui hoje, inequivelmente, um complexo problema nacional no qual, além do aspecto

militar, há que considerar os aspectos político, económico e sócio-cultural. Procurando exprimir numa forma simplista esta realidade, eu diria que, tal como o combate a incêndios se pode esquematizar pelo «triângulo do fogo»:



o combate a ameaças pode esquematizar-se pelo «quadrilátero da defesa»:



Se eliminarmos um dos lados do «triângulo do fogo», deixará de ser um triângulo e deixará de haver fogo. Se eliminarmos um dos lados do «quadrilátero da defesa», deixará de ser um quadrilátero e deixará de haver defesa.

Receando que esta forma de apresentar o problema possa sugerir uma simplicidade que não é real, julgo oportuno introduzir neste momento uma primeira interrogação:

O que é hoje, na realidade, a defesa?

Ao procurar responder a esta questão recordo-me sempre duma frase de Santo Agostinho quando lhe pediram para definir «memória». Disse o filósofo: «Se não me perguntarem, eu sei o que é; mas se me pedirem para defini-la, eu já não sei».

O mesmo tipo de dificuldades surge quando se pretende definir precisa e concisamente o que é a defesa.

Segundo o dicionário, defesa significa «protecção contra ataques» e, portanto, a sua necessidade implica a existência duma agressão ou de ameaças de agressão. Como vimos, durante quase toda a História do Homem a defesa foi isso mesmo. Mas quando observamos o que se passa no mundo de hoje constata-se que, curiosamente, todos os países e blocos em que se agrupam, apenas falam em políticas de defesa. Ninguém, declaradamente, segue uma política de agressão. Mas se no campo militar o medo tem evitado a agressão, nos outros campos a agressão é feroz e bastantes vitórias vão sendo alcançadas sem envolvimento directo do potencial militar. Já Sun Tzu, há cerca de 2500 anos, dizia que «súbjugar o inimigo sem combater é o cúmulo da perícia». No mundo actual é exactamente o que cada antagonista pretende: resolver os conflitos resultantes de interesses nacionais que colidem, sem recorrer à intervenção militar.

Esta irónica uniformidade de intenções declaradamente defensivas resultou do terror da guerra, mesmo por parte do adversário teoricamente mais forte, e dos espectaculares progressos verificados nos meios de comunicação que, ao permitirem que as notícias e a propaganda se disseminassem instantaneamente por todos os cantos da terra, tornaram a opinião pública mundial uma das pedras fundamentais do xadrez internacional. Os planos e preparativos para a guerra, quer no campo militar quer em todos os outros, passaram a designar-se medidas de defesa. Trata-se, pois, dum eufemismo característico do mundo actual onde todos os lobos andam cobertos com peles de cordeiro e uivando pela Paz. Ninguém deseja a guerra por causa das suas incalculáveis consequências, nas ninguém abdica dos seus mais ambiciosos objectivos que muitas vezes são apresentados

como legítimos interesses nacionais, sendo assim mais fácil rotular a necessidade de satisfazê-los como «segurança» ou «defesa».

Defesa é pois um conceito possível das mais variadas e complexas interpretações, condicionadas por ameaças, ambições, capacidades e conveniências, afectadas pela emoção e fortemente coloridas por ideologias políticas. Por isso, se pretendermos definir defesa, nos nossos dias, haverá quer dizer — com honestidade e algum desencanto — que é apenas uma palavra e que só quem a pronuncia ou escreve sabe exactamente o que pretende significar.

Talvez por isso o General Beaufre, no seu livro «Introdução à Estratégia», diga que «a expressão defesa nacional não corresponde a nada e tem sobretudo o efeito de baralhar as ideias». Prefere por isso abordar o problema sob uma perspectiva estratégica, considerando que existem várias estratégias gerais — militar, política, económica e diplomática — e que no topo destas está a *estratégia total*, a que Liddell Hart chama *grande estratégia* e os americanos *estratégia nacional*. A estratégia total cabe a concepção e condução da guerra total, o que não significa forçosamente o envolvimento directo de forças armadas mas antes uma «dialéctica de vontades, empregando a força para resolver um conflito» — força que é aplicada pela utilização de meios materiais e morais. Julgo que se poderá exprimir de uma outra forma a ideia do General Beaufre, chamando à guerra total uma confrontação de coacções, incluindo sempre a coacção militar.

Uma outra aproximação ao problema para a qual se verifica acentuada tendência em alguns países do bloco Ocidental — nomeadamente a RFA e os EUA — é a de englobar a defesa num conceito muito amplo de segurança, reservando aquele termo apenas para a defesa militar. Recordo que já entre nós, há mais de dois anos, o Comandante Baptista Comprido publicou um livro cujo título é «Segurança Nacional, forma adulta da Defesa Nacional». Parece realmente que a defesa está a «deslocar-se para dentro» da segurança, não sendo de surpreender que num futuro próximo os ministérios da defesa — que até à Segunda Guerra Mundial se chamavam ministérios da guerra — passem a designar-se ministérios da segurança. No entanto, se havia até agora um certo risco da política de defesa invadir todos os campos da administração pública, acabando por se confundir com a política geral do Estado, o englobar da defesa na segurança poderá aumentar esses riscos. Mas talvez seja isso

mesmo que, de alguma forma, está a acontecer, conscientemente, nos países onde a segurança domina actualmente todas as preocupações e, portanto, toda a política. Parece que a guerra, que a todo o custo se pretende evitar, deixou de ser «uma extensão da política», como a definia Clausewitz, passando a política a ser uma extensão, ou um substituto, da guerra.

Mesmo quando a controvérsia se mantém no âmbito dos conceitos a que chamarei mais clássicos, as opiniões são muitas vezes bastante divergentes. É, por exemplo, o caso da França onde toda a legislação da defesa se enquadra no conceito alargado mas alguns estudiosos destes problemas lhe fazem cerradas críticas. Um grupo de estudo da Associação dos Auditores do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional publicou na sua revista «Défense» os seguintes comentários: «O conceito de defesa alargada corresponde a uma construção intelectual que se inscreve numa corrente de pensamento idealista cultivada desde Descartes por uma parte importante da «élite» francesa. É, infelizmente, o adoptado nos textos oficiais — que tornou inoperantes. Talvez se pudesse mostrar eficaz num regime político-económico diferente do que nos rege. O conceito de defesa global, mais realista e por isso mais operacional, encontra o seu fundamento na extensão à defesa da noção de sistema, aplicável a todos os domínios do conhecimento e da acção».

Como se verifica, embora se discuta o conceito a adoptar, não é posto em causa o carácter multidisciplinar da defesa, nem sequer se acentuando qualquer predominância do factor militar.

Mas o caso inglês já se apresenta com características sensivelmente diferentes, justamente na importância dada à componente militar da defesa. No seu livro «Management in the Armed Forces», o Air Vice-Marshal John Downey diz: «Que a defesa está intimamente ligada com a política externa das nações e, em alguns países, a política interna pode também depender dela. Que gasta dinheiro abundantemente e exige o suporte da ciência e tecnologia avançadas. Que os seus produtos, compras e vendas podem ser importantes para a economia nacional e afectar a expansão e utilização da indústria. Que exige elevado emprego de mão-de-obra civil e militar muito especializada. E que as forças armadas fazem parte do enquadramento da política de defesa». Noutra local diz: «Que a política de defesa duma nação depende essencialmente da conciliação de três grupos de factores: como a nação avalia as ameaças à sua segurança ou

à sua política; até que ponto considera uma resposta militar necessária e justificada; e quais os meios humanos, equipamento e organização militar que podem ser proporcionados com o dinheiro e outros recursos atribuídos». E afirma também: «Desta forma a política de defesa não é limitada a juízos técnicos de natureza exclusivamente militar, devendo ter em conta as influências geopolíticas e sociais e aventurar-se deliberadamente nos domínios da economia e tecnologia».

É pois evidente que, embora a Grã-Bretanha fosse um dos pioneiros dos conceitos mais largos de defesa, volta agora a pensar em termos predominantemente militares, com bastantes afinidades com o velho conceito restrito. Esta é, de resto, uma tendência actual da maior parte das grandes potências directamente envolvidas no conflito Leste-Oeste. Entretanto, nas nações menos poderosas, mesmo que envolvidas naquele conflito — como é o nosso caso — o peso atribuído à componente militar é, naturalmente, muito menor já que o problema do seu financiamento tem que estar subordinado à inevitável necessidade de balanceamento entre a sobrevivência militar e económica.

Dos exemplos que acabaram de ser apresentados sobre a forma como o problema da defesa é encarado em vários países — nomeadamente nos que fazem parte duma mesma aliança político-militar — pode concluir-se como realmente ele ainda constitui uma área nebulosa do saber, mesmo a nível filosófico, dos conceitos. Não surpreende, portanto, que ao nível da sua aplicação prática as dificuldades ainda sejam maiores.

Mas a despeito das diferentes aproximações ao problema e das várias designações dadas aos seus factores, a realidade sempre presente é a sua finalidade última: garantir a segurança da nação, satisfazer os seus interesses vitais. A aproximação escolhida ou a designação adoptada são muito mais uma questão de forma do que verdadeiramente de conteúdo. E seja qual for a política ou a estratégia, seja qual for o nome que se decida chamar ao conjunto de medidas necessárias para atingir aquela finalidade, é hoje inegável que deverão sempre ser tidos em consideração factores de ordem política, económica, sócio-cultural e militar.

O tratamento do problema da defesa e a definição duma política de defesa exigem, portanto, um diálogo permanente — visto que o processo é inevitavelmente dinâmico — entre políticos, economistas, psicólogos, cientistas, sociólogos, militares, ou, mais genericamente, entre políticos e militares. Diálogo que deverá basear-se na lógica em vez da emoção e que,

necessariamente, exige dos interlocutores amplos horizontes culturais, elevada capacidade intelectual, grande flexibilidade de espírito e plena consciência das suas responsabilidades para com a nação. Diálogo que se tornará mais fácil se as respectivas posições forem definidas e defendidas a despeito da compreensão das posições dos interlocutores — e não na ignorância dos fundamentos dessas posições — e sem esquecer que ao poder político cabe a decisão e ao elemento militar a apresentação e defesa dos seus pontos de vista estratégicos e técnico-profissionais. Diálogo que será, no entanto, sempre difícil e que assume aspectos de extrema delicadeza nas situações de paz — ou de «não guerra» — particularmente nos períodos de desencanto e ingratidão para com os militares, que sempre se seguem a qualquer conflito armado. Nestas situações o suporte dado nas nações democráticas ao esforço de defesa no sector militar enfraquece sensivelmente, para o que concorrem factores psicológicos e factores sócio-económicos. Por um lado as trágicas recordações da guerra — mais trágicas as da guerra total — vão-se esfumando na memória dos povos, que ardentemente desejam esquecê-las. Por outro lado as solicitações desses mesmos povos para satisfação das suas legítimas aspirações exercem sobre o poder político um pressionamento constante no sentido da redução nos gastos com a defesa, o que constitui um risco nem sempre calculado. É afinal a eterna questão da «manteiga e dos canhões». Questão que leva poetas e filósofos — e não só — a baterem-se por um mundo ideal em que seja interdito o recurso à guerra e banidos os armamentos.

E surge outra interessante interrogação:

Se fosse possível alcançar essa situação ideal, sem possibilidade de se verificarem conflitos armados, deixaria a defesa de ser necessária?

No nosso mundo real onde a agressividade continua a imperar, com as mesmas motivações de sempre, o tremendo progresso verificado na capacidade de levar, quase instantaneamente, a morte e o caos ao coração do território inimigo, conduziu a uma situação de conflito na qual nenhum dos adversários se atreve a utilizar os poderosos e sofisticados meios de destruição de que dispõe, consciente de que o seu emprego, além de aniquilar o antagonista, significaria também a sua própria destruição — senão a de toda a Humanidade.

Como corolário desta situação, o receio da escalada reduziu os conflitos convencionais — quando apreciados à escala planetária — a simples

incidentes locais quase sempre provocados, apoiados ou explorados por interesses de terceiros.

Mas enquanto no «olho» deste furacão reina uma perigosa calma nascida da neutralização recíproca das estratégias militares, em sua volta sopram ventos ciclónicos, sob a forma de estratégias indirectas, de efeitos altamente devastadores.

Assim, se não surgir o terceiro Anticristo — sucessor de Napoleão e de Hitler — pressagiado por Nostradamus para o fim do século XX, as relações internacionais continuarão a ser dominadas pelas estratégias indirectas, na busca da satisfação dos interesses nacionais das partes em conflito, enquanto as estratégias directas se limitam à sua acção neutralizadora resultante da capacidade nuclear ter tornado a guerra inaceitavelmente violenta.

Tudo se passa, portanto, como se as estratégias directas não entrassem no jogo senão como pano de fundo, deixando toda a acção às estratégias indirectas.

Sendo assim, a resposta à questão levantada só pode ser negativa — quer se considere o mundo real, dominado pelo equilíbrio do terror, quer o utópico paraíso sem forças armadas. A defesa continuaria a ser indispensável, mesmo que os conflitos armados deixassem de ser possíveis — e o quadrilátero da defesa apenas se transformaria num triângulo.

As estratégias indirectas continuariam a constituir perigosas ameaças à segurança das nações, principalmente sendo as ameaças externas cada vez mais difíceis de distinguir das internas, num contexto em que as filosofias de vida, os conceitos sociológicos, constituem as ideias-força que agitam os países e se projectam para o exterior, provocando as perturbações que hoje caracterizam o nosso mundo.

Alguns dos Auditores estarão talvez a pensar que a panorâmica que tenho vindo a esboçar se refere, quase exclusivamente, aos países directamente envolvidos na confrontação bipolar que domina a cena internacional, não incluindo, por exemplo, os chamados países do Terceiro Mundo.

É verdade. Porém não se pode esquecer — e é bom que nunca se esqueça — que os interesses nacionais das nações mais poderosas se projectam muito para além das suas fronteiras e sem excessiva preocupação pelos interesses ou pelas fronteiras das menos poderosas. A luta para obter matérias-primas, para assegurar linhas de comunicação e para obter influência política e económica, nada respeita. Por essa razão todas as relações

internacionais são, em maior ou menor grau, inevitavelmente condicionadas pela bipolarização actual do poder e pelo egoísmo dos grandes que, com frequência e naturalidade, sacrificam amigos velhos e aliados antigos às suas conveniências do momento. Por outro lado os novos países, e mesmo alguns dos velhos menos poderosos, dizem que o direito internacional foi inventado, para seu próprio benefício, pelos países que dominaram o mundo no século XIX e primeira metade do século XX — e não o reconhecem nem respeitam; e, ironicamente, o próprio excesso de poder das superpotências limitou a sua liberdade de acção e aumentou a dessas pequenas «impotências», fazendo surgir no contexto mundial aquilo a que o Prof. Adriano Moreira chama o «poder funcional», que veio alterar sensivelmente a panorâmica das interdependências nas relações internacionais.

Por tudo isto, julgo realista e avisado enquadrar os problemas de defesa de qualquer país dentro da conjuntura de bipolarização que domina e condiciona aquelas relações.

Neste quadro mais facilmente se compreenderá que todas as nações, mesmo as mais pacíficas e as mais pobres, tenham necessidade de dedicar grande atenção aos problemas da defesa. É a sua segurança que está ou pode, dum momento para o outro, estar ameaçada. E a segurança é um bem demasiado precioso para ser negligenciado.

É evidente que para cada nação e em cada momento a defesa constitui um problema diferente, pois que diferentes são as conjunturas internas que vivem, as suas potencialidades e vulnerabilidades e as conjunturas externas em que se inserem. Esse complexo conjunto de factores apontarão para uma determinada solução para o seu problema de defesa, isto é, para uma política de defesa nacional que, em linhas gerais, é a parte da política geral do Estado cuja finalidade é alcançar os objectivos nacionais que garantem a segurança.

Julgo ser oportuno levantar, neste momento, mais algumas interrogações que sempre surgem na mente de quem se debruça sobre o problema da defesa e para as quais talvez já estejamos em posição de oferecer pistas para as respostas:

Defender o quê?

Defender porquê?

Defender como?

Defender o quê? Defender a nação contra quaisquer ameaças que ponham em perigo a sua segurança, o seu património moral e material — nomeadamente a integridade do território, a independência, a soberania, a cultura, a unidade e a maneira de viver do seu povo. Defender estes e outros valores contra quem quer que os ponha em perigo, negando-lhe as vantagens que abusivamente procure obter, recusando-lhe a imposição da sua vontade.

Defender porquê? Defender porque, não sendo defendidos, aqueles valores morais e materiais se perdem e se adulteram e, com eles, a própria identidade nacional. Defender porque se quer defender, já que a alternativa é baixar os braços e aceitar passivamente a derrota e a humilhação. Defender porque a falta de defesa constitui um convite à agressão.

Defender como? Esta é a questão de resposta mais difícil dado o número de variáveis de que a defesa é função e a delicadeza política das suas implicações. Vimos como ela é condicionada, em cada nação, pelas conjunturas nacionais e internacionais, pelas potencialidades e vulnerabilidades e pelas ameaças. Verificámos que ela é um sistema multidisciplinar abrangendo as áreas militar, política, económica, sociológica, científica e tecnológica, cultural, psicológica e diplomática. E julgo não restarem dúvidas de que a sua finalidade última é a segurança.

Duma forma genérica e simplificada podemos, portanto, dizer que para uma nação se defender deverá adoptar, nas áreas atrás referidas, um conjunto de medidas, devidamente integradas e coordenadas e adequadas à sua situação particular, que permitam enfrentar as ameaças à sua segurança.

Mas a defesa é bem mais do que um conjunto de medidas. Ela é essencialmente uma questão de querer. A mobilização duma nação só é possível se o seu povo acreditar nos valores que a individualizam, e quiser defendê-los. Como afirmou o Dr. Magalhães Mota em artigo publicado na revista deste Instituto, «A defesa é, acima de tudo e antes de tudo, manifestação da vontade nacional».

Portanto: defender como? Defender pela adopção das medidas desejáveis e possíveis que garantam a segurança da nação, dando particular relevo ao desenvolvimento no povo do espírito de defesa — o sentimento de que existem muitos e preciosos valores nacionais a defender e a vontade firme de defendê-los.

Se estas respostas podem, numa primeira análise, parecer razoavelmente claras, na realidade essa clareza é apenas aparente. Por detrás de cada palavra, de cada expressão, está um mundo de dúvidas, de incertezas e, até, de contradições. Quando se fala em segurança estamos a pensar na preservação da independência, da soberania, da integridade territorial, do património cultural, duma forma de viver. Quando se refere o espírito de defesa temos em mente a identidade nacional, o patriotismo. Mas, na realidade, qual é o significado actual de muitas dessas palavras que há alguns anos representavam valores indiscutíveis?

Há já bastantes séculos um filósofo chinês disse que, se um dia governasse, o seu primeiro cuidado seria publicar um vocabulário. Este pensamento continua a ser de extraordinária actualidade visto ser com palavras, mais do que por acções, que são dirigidos os destinos dos povos e das nações deste conturbado e assustado planeta. Basta observar o efeito provocado na opinião pública mundial e nas relações internacionais por declarações públicas de Reagan ou Kadaffi, de Bresznev ou Paulo II, de Khomeini ou Giscard d'Estaing, e pelo tom em que são proferidas. Basta sentir as reacções do nosso povo a discursos calmos ou apaixonados, sérios ou demagógicos, de responsáveis políticos. Basta verificar como a opinião pública é formada ou deformada, informada ou desinformada, pelos órgãos da comunicação social.

Daqui a necessidade de evitar uma nova Torre de Babel e de saber exactamente quais as ideias que as palavras escondem. E embora todos tenhamos consciência de que este objectivo é impossível de alcançar, isso não é razão para que não se continue a caminhar para ele.

Um esforço nesse sentido vem sendo feito, a nível nacional e internacional, por filósofos, psicólogos, economistas, sociólogos, estrategas e políticos, aproveitando os seus próprios escritos e os debates frequentes sobre temas como a guerra e paz, conflitolgia, relações internacionais, segurança, sociologia, defesa e tantos outros. Esforço que também vem sendo feito por este Instituto, no seu âmbito e dentro das suas possibilidades.

Assim, o IDN estabeleceu, há cerca dum ano, definições dos complexos conceitos de segurança e defesa que, a despeito de serem já, provavelmente, do conhecimento dos Auditores, julgo indispensável incluir nesta exposição cujo tema é, justamente, Defesa Nacional — Segurança Nacional.

Como referi, a defesa — seja qual for o conceito adoptado — surge sempre intimamente ligada à segurança. Segurança que constituiu desde sempre uma necessidade básica do indivíduo e dos grupos humanos, com vista à sua própria sobrevivência material e cultural, e que constitui hoje um direito do Homem e das nações. Segurança que, a par com o Bem-Estar e a Justiça Social (e, para alguns autores, também a Prosperidade), define os Interesses Nacionais de qualquer nação civilizada.

O conceito de segurança contém em si, implícita, uma noção de garantia de protecção contra as ameaças susceptíveis de afectarem os indivíduos, as populações, os patrimónios, os interesses colectivos e as instituições — sejam essas ameaças de natureza militar, política, económica, social ou cultural — e, assim, a segurança constitui, em todas as circunstâncias, uma responsabilidade natural e inalienável do Estado que este assume pela adopção de medidas adequadas a assegurar essa garantia, em sintonia com a vontade colectiva dos cidadãos.

É o conjunto dessas medidas que constitui a defesa, não abrangendo, primariamente, as que têm por finalidade específica o Bem-Estar e a Justiça Social (ou ainda a Prosperidade), embora por vezes os respectivos campos possam sobrepor-se nalgumas áreas.

Como já foi dito, cada país tem a sua própria filosofia de defesa da qual resultam a escolha do conceito e a forma como ele é inserido na estrutura orgânica do Estado.

Em Portugal verifica-se a necessidade de definição dos conceitos de segurança e de defesa e, enquanto isso não é feito pelo órgão de soberania respectivo, o IDN decidiu estabelecer, como base indispensável do seu trabalho, as seguintes definições:

Segurança Nacional — É a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.

Defesa Nacional — É o conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitam reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com

vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional.

Estas definições foram o resultado de aturado estudo que culminou num prolongado debate entre cerca de 30 individualidades civis e militares que ao assunto se têm dedicado. Evidentemente que representam o possível consenso e não agradarão a todas as correntes de pensamento.

Têm sido, no entanto, muito úteis como ponto de partida para o debate permanente que conceitos tão complexos necessariamente exigem. Esse debate continuará, de certo, ao longo de mais este Curso de Defesa Nacional e muito me surpreenderia se os conceitos agora perfilhados não sofressem sensíveis alterações, pois julgo que a regra de ouro desta casa continua a ser:

Que nem mesmo em assuntos específicos de defesa o IDN se considera o único detentor da verdade.

Leonel Cardoso
Vice-Almirante

PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS
SOBRE A GUERRA E A PAZ:
ORIGEM E DESTINO DA VIOLÊNCIA

PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS
SOBRE A GUERRA E A PAZ:
ORIGEM E DESTINO DA VIOLÊNCIA

No termo da última guerra mundial todas as esperanças se voltavam para o fim definitivo da guerra. E depois dela? O que dizer dos episódios da guerra fria, da batalha dos socialismos, dos genocídios já esquecidos no Terceiro Mundo (Arménia, Biafra, Bangla-Desh) ou não esquecidos como Auschwitz, Goulag? E mais perto de nós, o genocídio dos Curdos, a guerra civil dos Salvadorenhos, sem falar das invasões mais estrategicamente perigosas: o Afeganistão. «Vir ao mundo, é nascer para a guerra?»

Se a guerra não deixa ninguém indiferente, pode o filósofo ficar neutro e impassível diante do barulho das armas e dos gritos discordantes que sempre acompanharam a explosão da violência guerreira? Face a um assunto tão crucial e trágico para o homem, para todo o homem, na medida em que se trata da sua existência física, a filosofia — que por definição é amor da sabedoria — terá ela ainda uma palavra sensata a fazer ouvir, e é ela capaz de se fazer ouvir quando de todos os lados ressoam os ecos bélicos? E quando este concerto já não é só o tinir das espadas que se cruzam em duelo mas o assobiar das bombas capazes de semear a morte dum modo anónimo, a voz da filosofia, que se quer voz da razão, não aparecerá ela irrisoriamente privada de toda a eficácia?

Apesar disso, mesmo se há um contraste tragicamente surpreendente entre o repentino, a instantaneidade dum golpe mortal e a paciência requerida para formar e educar um homem, isso não impede que a razão tenha como tarefa esclarecer o homem sobre a sua origem e o seu destino. O filósofo Kant, no século XVIII, definiu, de maneira concentrada, a tarefa da filosofia em três questões fundamentais: que posso conhecer, que devo fazer, que me é permitido esperar? Qualquer que seja a orientação filosófica que se adopte, podemos considerar que a razão tem que elaborar uma resposta a estas três perguntas, a tal ponto que o humano no homem seria muito rapidamente posto em perigo se ninguém se preocupasse com estes problemas. Mas é aqui precisamente que a guerra e mais geralmente a violência lançam o seu desafio à reflexão: não é o

filósofo impotente face à violência que se desencadeia, mesmo quando legítima, e não é a guerra tão oposta ao discurso filosófico que, quando ela rebenta, só terá o filósofo que calar-se? Por outras palavras, quando pega nas armas, fica o filósofo ainda filósofo, tal como o general que parte para o combate, não terá ele que renunciar à coerência da vida racional para pensar só na estratégia belicosa da vitória? Para o soldado na guerra, um tratado de filosofia é soberanamente inútil, assim como o filósofo não tem outra coisa a fazer quando surge a violência: ficar na verdade e, em silêncio, como Sócrates, deixar-se morrer!

Esta aparente contradição prática confirma-se numa constatação estritamente relativa à história da filosofia: os filósofos que reflectiram na guerra ou na violência não parecem, à primeira vista, nada numerosos, e fica-se espantado de verificar o pouco lugar que eles reservam ao problema da guerra e da paz na elaboração do seu sistema. Será que a violência é tão brutal que não se deixa de maneira nenhuma incorporar ao ideal racional da filosofia? O nosso estudo deve por conseguinte partir desta constatação: o problema da guerra e da paz não é aparentemente um problema filosófico central. Por um lado poucos filósofos o trataram de maneira temática; ao passo que há numerosas filosofias da arte, da religião, do direito, não se descobre facilmente tratados filosóficos sobre a guerra. Por outro lado a violência parece tão oposta à razão que o ideal duma sociedade justa e razoável não se pode construir senão eliminando a violência e a guerra.

Em suma, o nosso ponto de partida resume-se numa palavra: violência e razão parecem contraditórias, a tal ponto que o desenvolvimento da razão (ou duma vida razoável, mesmo eventualmente racional) só se produz afastando-nos da violência como se deve fazer diante dum corpo inassimilável que é preciso rejeitar. Seremos então tentados a tirar a conclusão — a bem dizer falsa como mostraremos — que violência guerreira e razão filosófica se opõem como o dia e a noite, o que explicaria o pouco lugar que os filósofos atribuem a este problema.

Toda a nossa exposição aparecerá de facto como uma refutação desta constatação e seremos conduzidos a compreender que a questão da violência e mesmo da guerra está no coração da reflexão filosófica. A violência põe com efeito à filosofia uma espécie de desafio, o maior desafio que existe: pode o homem compreender a violência? É a guerra justificável, não só em virtude de imperativos económicos ou políticos, mas para

o homem que reflecte no sentido da existência humana? Tem a guerra um sentido ou não é ela pelo contrário o insensato e o impensável com o qual somos talvez confrontados pelas circunstâncias em que se encontra o nosso país, mas que face ao olhar do direito, nunca deveria existir? «Si vis pacem, para bellum», «se queres a paz, prepara a guerra», diz o provérbio latino. Podíamos glosar este enunciado dizendo: compreende-se de direito a necessidade dum exército para favorecer a paz, mas o acto da guerra é enquanto tal injustificável e irracional.

Para esclarecer a problemática filosófica da guerra, pensámos que seria mais útil limitarmo-nos a duas questões fundamentais, que não pretendem evidentemente esgotar o assunto, mas que podem situar melhor o problema da violência em relação à racionalidade e à humanidade do homem. Projectamos debruçar-nos assim sobre o problema da guerra ligando-o com o problema mais geral da *violência*. As duas questões são as seguintes: *de onde vem a violência e qual é o seu destino?* A primeira pergunta podia enunciar-se noutros termos: faz a violência parte constitutiva do homem, é o homem «naturalmente» violento ou não? Ligada com a primeira, a segunda pergunta consiste em procurar se o homem caminha para uma espécie de paz perpétua pensável no âmbito duma filosofia da história. Poderemos nós pensar o homem do futuro como basicamente não violento? Tais são as duas perguntas que estruturarão as duas partes da nossa exposição: a origem da violência (§ 1), a violência e o seu destino (§ 2).

§ 1 — A ORIGEM DA VIOLÊNCIA

Para quem reflecte filosoficamente sobre o problema da violência e da guerra, a primeira figura que se profila no horizonte é Heráclito. Queríamos abrir este parágrafo com a evocação deste pensador pré-socrático, contemporâneo das próprias origens do pensamento filosófico. Quando surgem as primeiras filosofias na Ásia Menor cerca do século VI antes da nossa era, as sociedades estão em plena transformação; as antigas pequenas ou grandes monarquias da Ásia Menor ou da Grécia continental dão lugar às primeiras tentativas de democracia. De mesma maneira esboroam-se as mitologias — cosmogonias e teomaquias — antigas que, para lá do seu poder de explicação no que diz respeito à origem do

mundo e do cosmos, fundavam e justificavam teologicamente o poder social e político dos reis (estes recebiam com efeito a sua legitimidade dum poder divino transmitido no decurso de cerimónias rituais). É no vazio social e cultural duma sociedade em transformação que surge a filosofia. Antes dos primeiros filósofos gregos, quando se punha a questão: de onde vem o mundo, a *fisis* (φύσις), de onde vêm o mal e a guerra (*polemos*, πολεμος), a resposta era invariavelmente uma história de tipo mítico: no princípio havia o caos, que engendrou o casal primordial Céu e Terra, depois apareceram as gerações de deuses, etc. O deus que triunfa é ao mesmo tempo o deus que comunica ao rei o seu poder religioso e político.

A transformação das condições sociais e políticas das sociedades arcaicas gregas conduz igualmente a uma modificação na resposta a esta mesma pergunta. Em vez de responderem com uma sucessão cronológica de gerações míticas, as primeiras filosofias respondem com um *princípio*: na origem das coisas havia um princípio abstracto e imóvel (por exemplo, a água, o fogo, a imobilidade). O vocabulário da língua grega conservou traços desta evolução semântica; o termo «arquê» (αρχή) significa ao mesmo tempo começo, origem (no sentido cronológico) e princípio (no sentido lógico). Tudo se passa como se os primeiros pensadores gregos secularizassem as respostas mítico-religiosas das antigas cosmogonias e substituíssem um princípio abstracto às imagens do mito. Mas como estão próximos do mito, fixam este princípio abstracto segundo os contornos duma realidade natural (água, fogo).

Ora é interessante notar aqui que, confrontado com esta questão, Heráclito responde: a essência das coisas é o correr perpétuo, a vida é como um rio; mas acrescenta, nos fragmentos dele conservados: «o combate, Polemos, é pai de tudo, rei de tudo; é ele que faz aparecer uns deuses, outros homens, e que revela uns escravos, outros livres». Assim na origem da filosofia ouvimos um dos filósofos nos quais se inspirará Platão afirmar uma oposição radical no próprio seio da existência humana. O movimento universal deve compreender-se como o fluxo e o refluxo, e estes são o próprio movimento da luta, do combate. O tempo do devir universal foi percebido por Heráclito como a inocência originada numa dissensão, numa guerra, que se mantém no coração da existência humana. Mas como ainda estava próximo do mito, Heráclito fala numa linguagem poética e imaginada cujo enigma nos é ainda parcialmente indecifrável.

Depois desta evocação das origens da filosofia, propomo-nos encarar três autores que nos permitirão pôr em relevo dimensões relacionadas com a origem da violência: uma interpretação de tipo mais sociológico com René GIRARD, uma teoria de tipo psicológico com FREUD, enfim a teoria dialéctica de HEGEL. Assim fazendo, seguimos uma apresentação cronológica inversa, pois René Girard ensina actualmente nos Estados Unidos enquanto que Freud (1856-1939) e Hegel (1770-1831) marcaram respectivamente os princípios dos séculos XX e XIX. A ordem escolhida justifica-se pelo facto de que o nosso passo quer ir da periferia do problema (com R. Girard) para o seu centro mais filosófico (em Hegel).

I — *A violência e o rito sacrificial do bode expiatório segundo René GIRARD*

Perto de nós René Girard publicou dois estudos actualmente muito discutidos, *La violence et le sacré e Des choses cachées depuis l'origine du monde* (1). O autor pretende fazer obra ao mesmo tempo de sociólogo e de teórico da cultura. A grande intuição de Girard consiste em mostrar a identidade do social e do religioso através duma análise da violência na sociedade humana. Já Durkheim, o sociólogo do século passado, defendera uma tese semelhante, mas Girard mostra que a sociedade é instituída por um rito religioso de tipo sacrificial e que concerna a violência. Expliquemos brevemente as posições de Girard que pretende assim pôr em acção uma verdadeira hipótese de tipo sociológico.

A tradição religiosa israelita conhecia um rito chamado «o bode para Azazel». No dia das Expições — *Yom Kippur* — um bode era apresentado ao Grande Sacerdote que lhe punha as mãos sobre a cabeça, carregando-o assim de todas as culpas voluntárias ou involuntárias do povo. «Um homem conduzia então para o deserto o bode que levava consigo os pecados» de todos os Israelitas (2). Tal é o rito do bode expiatório, cuja variante se encontra na religião babilónica, com a morte ritual duma ovelha no quinto dia da festa do ano novo. Para Girard este sacrifício é muito instrutivo.

(1) R. GIRARD, «*La violence et le sacré*», Paris, Grasset, 1972, 453 pp.; «*Des choses cachées depuis l'origine du monde*» — *Recherches avec J. M. Oughourlian et G. Lefort*, Paris, Grasset, 1978, 492 pp.

(2) R. DE VAUX, «*Les institutions de l'Ancien Testament, II. Les institutions militaires, les institutions religieuses*», Paris, Cerf. 1967, pp. 416-418.

O paradoxo é que os homens sempre souberam, mas sem o saberem, que são violentos. Sempre o souberam na medida em que a sua acção de se agruparem, de se associarem, tem como fim a sobrevivência não só face às necessidades e perigos naturais, mas também face ao perigo que representa a existência de outros grupos. E mais, a violência ameaça todos os homens no interior do seu próprio grupo; é por isso mesmo que se constitui uma espécie de mecanismo preservador do grupo: o sacrifício. Todo o sacrifício seria assim uma variante mais ou menos complexa constituída a partir dum rito, na sua raiz fundamentalmente idêntico, o rito do bode expiatório.

Os membros do grupo deslocam a violência difusa que os ameaça pondo-a sobre uma vítima inocente ou neutra, que é declarada culpada. A vítima é então expulsa do grupo e morta. Nota-se porém nesta acção de morte da vítima expiatória um duplo processo. Por um lado, os membros do grupo libertam-se do peso da própria violência declarando culpada a vítima: o culpado é ela e não nós. Por outro lado, morrendo quer um ser animal, quer um ser humano anormal (por exemplo um louco), o grupo dá uma espécie de desabafo à violência que ameaça a sua coesão interna. Tudo se passa como se o grupo compreendesse, mas inconscientemente, quer dizer, sem poder exprimi-lo, que mais vale expulsar uma vítima declarada culpada que dar livre curso à violência entre todos. A eficácia do rito do bode expiatório supõe que o seu sentido fica escondido ao olhar daqueles que o praticam. Ora este rito funda a coesão do grupo humano preservando-o da violência interna. Na sua origem o rito religioso é portanto fundador da sociedade ou, inversamente, o pacto instituinte da sociedade é de tipo religioso.

A articulação da tese de Girard pode resumir-se nos quatro pontos seguintes:

1) Primeiro ponto: a violência provém da «crise mimética». O que é a crise mimética? Segundo Girard, os homens estão desejosos, mas o seu desejo não sabe claramente sobre o que se voltar. Assim, quando vejo o meu vizinho interessar-se por um objecto, é porque o meu vizinho se interessa por ele que este objecto se torna interessante para mim também. Há aqui um fenómeno de imitação ou de mimetismo que faz com que a «mimésis de apropriação» se vire inevitavelmente para a «mimésis de rivalidade». «Os sujeitos que entram em competição acabam por se esque-

cer do objecto do seu desejo para só ver o seu afrontamento»⁽³⁾. Ora a crise mimética é para as sociedades primitivas o perigo maior. Se o mimetismo faz com que um sujeito cobice o que possui o vizinho (quer seja o seu dinheiro, a sua mulher ou o seu poder), a violência pode surgir e com ela o cortejo das represálias. Deste primeiro ponto retemos que a violência é posta em relação com a rivalidade que surge do desejo, e do desejo compreendido como vontade de apropriação por imitação.

2) O segundo ponto é o momento do sacrifício. Excluindo o bode expiatório, o grupo expulsa a violência. Como o nota Girard, «esta aptidão para se dar objectos de troca (...) não é reservada à violência humana. Konrad Lorenz fala dum certo tipo de peixe que não se pode privar dos seus adversários habituais, os seus congéneres machos, com os quais disputa o controlo dum certo território, sem que ele volte as suas tendências agressivas contra a sua própria família e acabe por a destruir»⁽⁴⁾. Esta aptidão para substituir ao verdadeiro culpado uma vítima designada justifica-se pelo facto de o homem ter, com a ratazana, o triste privilégio de matar o seu semelhante, ao passo que na maioria dos animais, o combate termina pela submissão e não pela morte do mais fraco. No combate dos lobos, o lobo vencido estende o pescoço diante do seu vencedor que o deixa ir com vida, contentando-se do reconhecimento pelo outro do seu próprio domínio.

Estudando as culturas gregas, Girard discerne quer ao nível das instituições quer nos mitos, um processo sacrificial de tipo substitutivo. O «farmacos» (φαρμακος) na Grécia clássica era um homem, um louco, que mantinham com o dinheiro da cidade, mas que estava pronto a ser sacrificado em tempo de calamidade ou de guerra para pacificar os deuses. Enquanto que o lado religioso deste processo é totalmente não essencial, o carácter substitutivo é realçado, como se em toda a parte agisse um esquema subjacente e inconsciente: aquele que se carrega das culpas do grupo e sobre o qual se exerce a violência comunitária é ao mesmo tempo o libertador do grupo. O sacrifício ritual deve evitar o que, no mito, Medea cumpre para se vingar do amante infiel: matando os próprios filhos, Medea desencadeia a violência contra seres queridos; inver-

⁽³⁾ C. TROISFONTAINES, «L'identité du social et du religieux selon René Girard», em «Revue philosophique de Louvain», 78 (1980), p. 73. O fenómeno da moda com a rivalidade nela implicada podia ser uma expressão moderna da crise mimética.

⁽⁴⁾ R. GIRARD, «La violence et le sacré», p. 15.

samente, observa Girard para apoiar a sua tese, a morte dos filhos de Medea é preparada, na tragédia «Medea» de Eurípides, como um autêntico rito sacrificial.

3) O terceiro momento diz respeito à sacralização da vítima. O acto de matar a vítima restabelece a paz no grupo, pois a violência é como que exorcizada. «De maléfica, a vítima torna-se benéfica». «É às virtudes reconciliadores da vítima expiatória que se deve atribuir, nos homens, a descoberta conjunta, sobre o mesmo cadáver, de tudo o que se pode chamar morte e de tudo o que se pode chamar vida. A morte manifesta-se antes de tudo como um formidável influxo de vida»⁽⁵⁾. Assim compreendido, o processo global convém particularmente à origem da religião. Mas a religião não é possível senão porque repousa sobre uma ignorância fundamental, a saber, sobre a expulsão violenta (mas limitada) duma violência difusa (e generalizada). Girard pode então afirmar que toda a ordem social se funda sobre a ordem religiosa. «A violência é por assim dizer uma doença. Ora diante duma doença toma-se quer medidas de segregação (profilaxia), quer medidas de imunização (vacinação). É assim nestes dois sentidos, opostos mas complementares, que age o religioso: procura quer afastar a violência (e são os interditos) quer utilizá-la em pequena dose (e é o ritual)»⁽⁶⁾.

4) O quarto ponto que reteremos é o momento em que Girard estende o processo originário ao conjunto da cultura. Segundo ele, os sistemas judiciário e político encontram a sua origem no mecanismo sacrificial. O sistema judiciário é comparável ao sacrifício na medida em que tem como fim mandar cessar a violência pela violência. A única diferença — evidentemente capital ao nosso olhar porque mais fiel à ordem da justiça — é que se procura punir o culpado e não uma vítima indeterminada. Mas o princípio duma *pena* violenta infligida ao *crime* violento não escaparia, segundo Girard, ao princípio sacrificial. A conclusão que o autor tira destas explicações é que a coesão social repousa sobre um assassinio no termo do qual glorificaram aquele que tinham perseguido. «O princípio fundador da sociedade é assim a violência enquanto expulsa do grupo sobre uma vítima arbitrária». Girard opõe-se desta maneira a todas as teorias modernas que, desde Rousseau, procuram a origem da socie-

(5) R. GIRARD, «Des choses cachées depuis l'origine du monde», p. 90.

(6) C. TROISFONTAINES, op. cit., pp. 75-76.

dade num «contrato social, implícito ou explícito, enraizado na 'razão', no 'bom sentido', na 'benevolência mútua', no 'interesse bem compreendido', etc.»⁽⁷⁾. A secularização das nossas sociedades contemporâneas, a perda do sentido religioso, dos ritos e dos interditos provoca em contrapartida a violência que os ritos deviam conjurar. É como se a vingança, «la vendetta», viesse substituir, com toda a sua força destruturante, a repetição do rito do bode expiatório. Quanto mais se esquece a violência na base da sociedade, mais a violência é susceptível de reaparecer de maneira desviada e múltipla.

Para além de todas as críticas detalhadas que se podiam fazer a esta teoria nova, duas objecções parecem limitar o seu alcance; por um lado afirmar que mesmo a cultura se funda sobre o princípio da repetição ritual destinada a afastar a violência, é esquecer a transformação em profundidade que se exerce no homem a partir das criações novas quer da arte, quer das instituições jurídicas e políticas. Em segundo lugar, há na base do pensamento de Girard uma espécie de petição de princípio; nas origens da sociedade existe já um grupo estruturado, uma família tribal, que inventa inconscientemente um mecanismo sacrificial para se libertar da violência que a ameaça. Por outro lado afirma-se que é o rito real do bode expiatório que funda e institui o grupo preservando a sua coesão. Assim, por um lado o grupo deve já ser fundado para ser preservado e, por outro lado, é esta preservação que o funda: tal parece ser a petição de princípio na base desta teoria sociológica. Pois finalmente não há coincidência necessária entre o acto de fundação e o mecanismo de preservação, assim como não se vê claramente, na elaboração teórica, a diferença entre o assassinio efectivamente cumprido na origem da humanidade e a sua repetição ritual que o disfarça e conjura.

Para o nosso propósito é importante contudo reter que a violência é estritamente conectada com o desejo e que a presença do desejo é uma das mais complexas dimensões do homem, a tal ponto que lá onde há um homem há um desejo, uma potência de desejo, e que a ausência de desejo significa o vazio da morte. É lá mesmo que se encontra, na nossa opinião, o ponto fraco do budismo no qual o ideal espiritual de *ataraxia* parece ignorar o papel antropológicamente fundador do desejo. Qualquer

(7) R. GIRARD, «La violence et le sacré», p. 359.

que seja a dialéctica budista, a conclusão à qual nos leva o breve estudo de Girard deve pôr em movimento a nossa reflexão: a violência é tão originária como o desejo.

Mas quais são mais precisamente os laços entre violência e desejo? É possível, além da apresentação sociológica de Girard, esclarecer esta delicada articulação? Todo o homem que exerceu o poder, a qualquer nível que fosse, conhece a vertigem que provém da vontade de poder. Quer ao nível dos indivíduos, quer dos Estados, o desejo ou a vontade de poder não se explica somente pela força dos ideais que se tenciona inscrever na realidade política. Se é verdade então que a violência está constitutivamente ligada ao desejo, quer isto dizer que ao nível social e político todas as relações de poder, porque baseadas sobre o desejo, veiculam uma parte mais ou menos importante de violência?

II — *Violência e pulsão de morte na metapsicologia de Freud*

Em vista de progredir na nossa pesquisa paremos alguns momentos no grande mestre do desejo que é Freud, fundador da psicanálise. O nosso fim não é apresentar nem resumir as teorias de Freud, mas evocar brevemente a descoberta freudiana da pulsão de morte. No termo da sua vida Freud falou com efeito duma espécie de instinto de autodestruição que chamou pulsão de morte, ou mesmo, no plural, pulsões de morte. É a partir de sintomas clínicos que Freud põe a existência desta categoria de pulsões no psiquismo humano.

De Freud referiremos apenas a maneira como ele mesmo falava das suas descobertas. No decurso da história o homem encontrou três grandes humilhações que foram, cada uma delas, feridas para o seu orgulho e narcisismo. A primeira foi-lhe causada pela revolução científica de Galileu. Enquanto que o homem se pensava o centro do Universo, teve que se dar conta que a Terra não ocupa senão um lugar secundário à volta do Sol; é a Terra que gira à volta do Sol e não o inverso. Em segundo lugar, Darwin infligiu no século XIX uma segunda ferida grave para o homem, mostrando que este último não é o rei do universo terrestre, mas que aparece só no termo duma longa evolução das espécies vivas. Depois de ter renunciado à posição central no Universo, o homem perdia o privilégio da posição central na evolução terrestre. O evolucionismo representa assim o segundo ataque ao narcisismo humano. É porém a psicanálise

que infligiu a terceira e mais grave ferida à crença do homem de estar no centro do mundo. Salientando o núcleo inconsciente da personalidade humana, Freud diz-nos que a consciência é como uma camada superficial que cobre em nós uma massa em ebulição sobre a qual não temos nenhum domínio consciente; é o inconsciente e a força do desejo que decidem às escondidas muito mais que a nossa responsabilidade consciente.

O que quer que seja a psicanálise e a espécie de totalitarismo que ela exerceu em certos meios intelectuais, é certo que depois de Freud não se pode pensar o homem como se fazia antes dele. Isso não significa de modo algum que nós dêmos razão a Freud para o conjunto das suas construções, mas Freud mostrou definitivamente que na base do psiquismo há como que uma energia pulsional, de uma certa maneira indiferenciada, que produzirá depois duma longa evolução temporal o que outrora se chamava instinto sexual. Se o termo «instinto» designa uma conduta fixada duma vez para todas ao nível dos seus fins e regrada quanto ao seu desenvolvimento, então, segundo Freud, não há instinto sexual no homem. Há mais exactamente uma pulsão que age como uma força procurando o prazer. Esta pulsão está presente desde a mais tenra idade na criança, mas uma tal *libido*, que procura o prazer pelo abaixamento das tensões psíquicas, não se dirigirá a um parceiro sexual senão no termo duma evolução temporal que conhecerá numerosas fases à primeira vista não sexuais.

Freud ensina-nos que tudo o que faz ou emprende o homem, tanto ao nível da escolha duma profissão como ao nível das realizações culturais mais elevadas (a moralidade, a arte, as trocas sociais, amizade, amor) é conduzido por uma energia de tipo pulsional chamada *libido*. Mas tal como a presença de um motor num automóvel é necessária para que este se possa deslocar, também assim para que um homem possa agir a qualquer nível é-lhe preciso não só estar vivo, mas ainda ser movido pela energia psíquica da *libido*. Jamais porém essa *libido* se exprime no estado puro, ela só se manifesta através de imagens, de fantasmas, de sonhos, de neuroses, de tal modo que a *interpretação* de todos estes sintomas foi necessária para formular a teoria duma *libido* governada por um princípio de prazer e confrontada à realidade exterior (princípio de realidade).

Ora acontece que no fim de sua vida (1920-1923), Freud reinterpreto um conjunto de sintomas que tinha encontrado ao longo de trata-

mentos psiquiátricos e avançou a seguinte hipótese: em cada homem há, para além da energia pulsional do prazer, uma pulsão de morte, que leva o homem a destruir-se a si próprio, e em seguida muda de objecto, volta-se para o exterior e torna-se pulsão de agressividade. A resistência dos doentes à própria cura, a neurose traumática (grandes feridos revivem cada noite em sonho, durante meses ou anos, o acontecimento traumatizante), o sadismo e o masoquismo como desvios e perversões sexuais, são alguns dos sintomas interpretados ou reinterpretados na linha da pulsão de morte⁽⁸⁾.

Utilizando termos gregos para designar o afrontamento no homem da força do prazer e da pulsão de morte, Freud fala da oposição entre *Eros* (sintetizando todas as pulsões de vida) e *Thanatos* (designando todas as manifestações da pulsão de morte: autodestruição e agressividade voltadas para o outro). Ultimamente a pulsão de morte seria como que uma força de gravidade que, presente em cada indivíduo vivo, o levaria na direcção de um retorno ao inorgânico. Uma espécie de evolucionismo ao revés, como se a força centrífuga pela qual o orgânico se eleva acima do inorgânico fosse travada por uma força centrípeta, por uma espécie de inércia activa, empurrando o homem para a sua morte. Ora para Freud a existência de guerras entre indivíduos e nações seria a expressão *cultural* privilegiada da pulsão de morte. Pois na sua interpretação geral de cultura, Freud diz que a agressividade guerreira do homem é inultrapassável na medida em que é expressão duma pulsão de morte tão constitutiva do ser vivo como a libido de prazer⁽⁹⁾.

Certamente nem todos os psicanalistas seguiram Freud ao nível da sua interpretação da pulsão de morte, e é preciso afirmar com força que há em Freud dois níveis de consideração (em linguagem técnica, diremos: dois níveis epistemológicos): por um lado as descobertas que Freud faz a partir do tratamento psiquiátrico das neuroses, em seguida o conjunto das hipóteses teóricas de tipo psicológico, válidas para o conjunto da cultura humana. A teoria geral da pulsão de morte pertence a este segundo grupo, ao grupo das hipóteses teóricas. Digamos contudo que se

(8) Cfr. FREUD, «Jenseits des Lustprinzips», em «Gesammelte Werke», t. 13, p. 47 sgts. (1920); «Das ökonomische Problem des Masochismus», t. 13, p. 376 (1924). Existem ainda outros sintomas como a compulsão de repetição [descrita no exemplo da criança com a bobine de fio: cfr. «Au-delà du principe de plaisir», em «Essais de psychanalyse», Paris, Payot, (p.b.p) 1977, pp. 16-19] — e como a neurose de culpabilidade originada num «terrorismo» do «Super-Eu».

(9) Cfr. P. RICOEUR, «De l'interprétation. Essai sur Freud», Paris, Seuil, pp. 299-303.

Freud salientou qualquer coisa de extremamente complexo na natureza humana quando introduziu a pulsão de morte, não conseguiu articular de maneira clara, a fim de a tematizar, o nível biológico e o nível cultural⁽¹⁰⁾, de tal modo que a sua exposição dos «Todestriebe» não é inteiramente satisfatória. Apesar destas reservas podemos reter de Freud um dado incontestável: a agressividade é um composto psicológico fundamental do desejo humano. Não se trata só, como em Girard, de uma dimensão do indivíduo na sociedade, mas sim do indivíduo confrontado consigo mesmo.

A agressividade pode fomentar caminhos desviados, desencadear-se contra o próprio sujeito (o que dá neuroses de culpabilidade bem características) ou contra o outro; na base encontra-se sempre uma ligação psicologicamente misteriosa entre violência e desejo.

III — *Violência e desejo na dialéctica do Senhor e do Escravo*

A procura do laço entre violência e desejo convida-nos a voltarmos para um filósofo difícil, mas penetrante, Hegel (1770-1830). Alemão, estritamente contemporâneo da Revolução Francesa, Hegel marca a cimeira da filosofia racionalista. Com ele triunfa a corrente do idealismo alemão do século XIX. Importante por si mesmo, Hegel é-o ainda mais se nos recordarmos que Marx lhe copiou toda a sua dialéctica. Mas ao passo que Hegel desenvolveu uma dialéctica culminante numa *Filosofia do Espírito*, Marx pretendeu que Hegel era um pensador que caminhava sobre a sua cabeça: era preciso repô-lo sobre os seus pés, isto é, conservar a sua dialéctica lógica, mas substituir à palavra «Espírito» o conceito de relações sociais e económicas de produção. Contudo, não é a relação Hegel-Marx que nos importa aqui, mas sim uma *figura*, um capítulo da dialéctica hegeliana, a saber: a célebre dialéctica do *senhor* e do escravo que tanto fez reflectir Marx.

O plano de fundo da figura é-nos dado na situação do senhor e do escravo no princípio da Idade Média, embora este fundo histórico não

(10) Ao nível biológico, vê-se que já em 1895, num estudo não publicado antes de 1950 («Esboço de uma psicologia científica»), Freud encontra a dificuldade de juntar o conceito de redução a zero das tensões psíquicas (prefiguração biológica da pulsão de morte?) e o princípio de constância.

esgote a compreensão da dialéctica⁽¹⁾. Dois homens encontram-se e querem apropriar-se de um mesmo bem, quer seja um objecto, um campo, uma mulher. A rivalidade quanto à posse dum bem exterior provoca a luta, e mesmo o combate à morte. No termo deste combate há um vencedor e um vencido. Aceitando o domínio do vencedor e renunciando à liberdade, o vencido obtém a vida salva, mas ele torna-se escravo do vencedor. Só o vencedor pode pretender ser livre. Faz pesar o seu jugo sobre o vencido obrigando-o a trabalhar, a servi-lo, enquanto que ele, senhor, goza da existência pelo repouso. Em contrapartida o senhor garante a existência física do escravo; se uma invasão surgir, pensemos nas grandes invasões bárbaras da Idade Média (os Vikings, os Normandos, etc.), o escravo que trabalha a terra pode levar consigo os seus objectos materiais, as suas vacas, as suas ovelhas, as suas crianças, a sua mulher, e refugiar-se no castelo do senhor, enquanto que este último se arma da sua couraça, arreia o seu cavalo e apresenta-se diante do inimigo.

Paremos provisoriamente esta dialéctica para submetê-la à análise. Temos o primeiro momento, a *tese*: é o combate. O segundo momento, a *antítese*: é a oposição do senhor e do escravo. Qual será a *síntese*? Os termos de tese, antítese, síntese, como momentos da dialéctica em geral não provêm de Hegel, mas sim da análise de Marx; para além da «ortodoxia» hegeliana, usamo-los aqui para tornar mais claro o assunto tratado.

Ora acontece que, em tempo de paz, o senhor acha mais agradável aproveitar a vida e o sol, enquanto que o escravo trabalha. Entretanto as virtudes e a força do senhor amolecem. Por outra parte, sem mesmo o saber, o escravo forma-se pelo seu trabalho e pelo domínio que vai adquirindo sobre a natureza. Segue-se uma revolução na ordem das superioridades: o escravo descobre-se o senhor do senhor enquanto que o senhor, que nunca fez nada senão gozar a vida, torna-se, pela satisfação das suas necessidades, escravo do escravo. O terceiro momento da dialéctica é portanto a inversão das relações, cujo sentido é o seguinte: o homem verdadeiramente livre é aquele que se formou pelo seu tra-

⁽¹⁾ A dialéctica do senhor e do escravo é desenvolvida por Hegel na sua «Fenomenologia do Espírito» (cap. Consciência de Si, § 1, «Independência e dependência da consciência de si: dominação e escravatura»). Cfr. «Phänomenologie des Geistes», ed. Hoffmeister, Hamburg, F. Meiner, pp. 141-150; trad. fr. por Hyppolite, Paris, Aubier, t. 1, pp. 155-166. A maneira na qual as diferentes figuras da fenomenologia hegeliana aparecem em relação com a história concreta foi sempre um problema complexo, tratado por especialistas como Hoffmeister, Hyppolite, Kojève, Pöggeler, Labarrière, Heinrichs, etc. (cfr. nota seguinte, *infra*).

balho e não o indivíduo que, saído vencedor do combate, se repousou numa espécie de liberdade inactiva e se contentou em possuir o homem e os objectos sem participar no trabalho.

Célebre quer no sistema hegeliano, quer por ter sido retomada por Marx, esta dialéctica é extremamente instrutiva e merece que nela se pare alguns instantes. Ao nível da tese, na luta de morte, a violência surge quando dois homens dão livre curso ao desejo de posse. Toda a situação precontratual é assim uma situação de violência. O desejo é aqui desejo de posse; estamos numa hipótese obviamente fictícia, mas esclarecedora⁽¹²⁾ precisamente para as dimensões que a situação permite sublinhar. Na hipótese fictícia, não há contrato entre os dois homens que se afrontam por assim dizer como dois seres animais. O desejo de apropriação é necessariamente violento enquanto não há contrato nem reconhecimento recíproco do homem pelo homem. Hegel está na esteira de Rousseau segundo o qual só o contrato pode pôr fim à violência, mas traz elementos novos em relação a Rousseau. É primeiro na posse exterior que os homens vêem a realização da sua existência e de sua liberdade. Além disso — e é aqui o elemento capital do primeiro momento dialéctico — o senhor é antes de tudo aquele que arrisca a sua vida, que afronta a morte até ao fim e não deve, como o vencido, preferir a vida biológica à liberdade. O vencido escolhe viver fisicamente, não prefere a morte à escravatura, enquanto que o senhor é, segundo Hegel, a figura do homem que olhou a morte de frente. O paradoxo é portanto que, para obter a posse sumptuária dos bens materiais, o senhor deve, em princípio pelo menos, ter aceite renunciar a eles afrontando a morte. Tal é o momento paradoxal e especificamente dialéctico donde nós iremos tirar outras conclusões.

⁽¹²⁾ Hegel escreveu dialécticas «puras», exemplares, que quase nunca surgem puras na realidade. Em primeiro lugar porque uma mesma figura pode estender-se cronologicamente sobre muitas gerações (no nosso exemplo, a figura do senhor não representa só o primeiro indivíduo senhor, mas o conjunto dos seus sucessores) e sincronicamente sobre muitas pessoas (quando o senhor da Idade Média parte para o combate, não é sozinho, mas com os seus guerreiros, que nesta mesma medida participam na figura do senhor). E mais: a situação concreta do senhor e do escravo na Idade Média contém muitos outros elementos que aqueles que estão contidos na dialéctica hegeliana do senhor e do escravo, porque já é pós-contratual. Tudo isso significa que enquanto «figura», uma dialéctica pura não se encontra isolada na realidade. É essa a razão pela qual nem Marx, nem Kojève (cfr. nota precedente) — que em Paris fez redescobrir Hegel nos anos 1945 e tentou interpretar a Fenomenologia hegeliana através dos acontecimentos históricos — não conseguiram atingir a própria formalidade da dialéctica hegeliana, transformando-a numa espécie *sui generis* de filosofia de história.

Apesar desta superioridade de partida, o senhor deixa degradar a sua situação privilegiada; deixa-se ultrapassar pelo escravo que, dir-se-á, se torna mais competente que ele, um pouco como os Gregos que, conquistados pelos Romanos, lhes davam lições de cultura. Mas há outra coisa mais fundamental ao nível da passagem da antítese à síntese. Porque considera o escravo como um objecto e não como um ser humano, quer dizer, porque considera o trabalho do escravo como uma coisa comercial, o senhor não se elevou acima do nível da posse dos objectos. Hegel dirá que o senhor não reconhece o outro homem como o seu semelhante; este não reconhecimento tem como resultado que o senhor não se pode elevar à verdadeira liberdade espiritual. É por isso que, em virtude duma lei filosófica da história, o senhor será varrido pelo escravo tornado o verdadeiro portador da liberdade e da cultura humana. Entrevê-se aqui todo o partido que Marx tirará desta reflexão de Hegel, mas ele falará da necessidade duma revolução violenta lá onde Hegel via um aprofundamento do conteúdo espiritual da liberdade.

Já sabemos o bastante para chegar às conclusões da nossa primeira parte. 1) O lugar possível da violência é a vida do desejo, vivido nas relações de apropriação dos objectos e de dominação dos homens. Enquanto não é disciplinado pela razão social (o direito), o desejo exacerbado transmuta-se em violência. 2) A oposição de Hegel e de Freud é assim esclarecedora. Ao passo que Freud opera uma «*démarche*» regressiva, remonta às camadas mais arcaicas, mais ancestrais do desejo, Hegel parte do desejo para refazer toda a dialéctica da liberdade humana cujo conteúdo engendra todas as formas e figuras da cultura. O ponto de vista e o método de Freud estão próximos duma arqueologia do desejo e do psiquismo, enquanto que Hegel desenvolve uma teleologia, uma visão finalizante das atitudes da consciência (quer dizer uma «*fenomenologia do espírito*»). Como um filósofo francês o mostrou num livro que se tornou quase um clássico sobre a epistemologia filosófica da psicanálise⁽¹³⁾, Freud e Hegel, pensadores talvez dos mais antagonistas que se possa imaginar, cruzam-se na problemática do desejo de *reconhecimento* recíproco das consciências humanas.

Ora para o nosso propósito é preciso observar que em Freud, assim como em Hegel, o combate, a violência, estão intimamente ligados à temá-

(13) P. RICOEUR, «*De l'interprétation. Essai sur Freud*», Paris, Seuil, 1965, pp. 425-475.

tica do desejo, numa perspectiva psicológica no primeiro, e mais dialéctica no segundo. Isto quer dizer que pelo menos a possibilidade da violência é *constitutiva* do homem e, neste sentido, inultrapassável. A violência não é só o resultado do acaso, mesmo sedimentado num conjunto de circunstâncias naturais ou históricas. A existência concreta da violência e da guerra não é objecto duma certeza filosófica, mas sim a sua possibilidade. Mais profundamente, esta possibilidade enraiza-se na finitude do homem, no facto do homem não estar realizado desde a sua aparição no mundo. O desejo educa-se, sublima-se, e como as formas ou figuras desta educação não são fixas mas inventadas pelo próprio homem, compreende-se a aparição da «hybris» (υβρις), do *excesso* orgulhoso, que no tempo dos Gregos foi sempre a origem humana e divina da violência.

3) A terceira conclusão da primeira parte propõe-se sublinhar, com a ajuda de Hegel, o laço entre violência e finitude.

Há em Hegel uma lei quase lógica da existência e da história: a *negatividade*. Este conceito é muito complexo e está no coração da reflexão hegeliana. Recorramos a um esquema muito simples para aproximá-la. Se pomos um termo «x», há duas maneiras de o negar. Com uma esponja ou borracha, apago o «x», ficando um vazio «...» lá onde tinha escrito o termo; mas posso também riscar o termo «x»; a diferença entre estas duas maneiras de negar reside no facto do termo ficar, no segundo caso, ainda visível, mas visível enquanto riscado. Esta última negação — do tipo «x» — é uma supressão que ao mesmo tempo conserva o termo negado, mas conserva-o enquanto negado. Ora conservar enquanto negado é a *superação* hegeliana, a *Aufhebung* presente quer em Hegel, quer em Marx.

Este pequeno esquema é aplicável a todos os níveis da lógica da existência assim como ao nível da história. Por exemplo, na dialéctica do Senhor e do Escravo, a vitória do senhor significa a *negação* da liberdade do escravo; mas esta negação é do tipo apagamento, não é ainda uma verdadeira negação como superação. Em outras palavras, o mestre esquece-se (não percebe) que a autêntica apropriação do mundo natural e humano é mais do que a vitória no combate, que ela é a transformação pelo trabalho. Contudo, na existência pessoal como na história, um elemento ou uma dimensão esquecida continua subterraneamente a trabalhar, a agir. No exemplo apresentado, a possessão da natureza age na pessoa do escravo que se educa no trabalho. O resultado é a superação do senhor pelo escravo, ou na linguagem de Hegel, a «negação» do senhor pelo

escravo. O trabalho apresenta-se como negação da escravatura, ou, enquanto a escravatura era ela mesma definida como privação da liberdade, o trabalho será nesta figura dialéctica a negação duma privação. A superação, ou verdadeira negação (*Aufhebung*), é aquela que retém e transforma o seu conteúdo, assim como a verdadeira vitória sobre a natureza não é a vitória do primeiro senhor, mas a vitória que o escravo obtém pela transformação da natureza (produto do trabalho) e de si mesmo (aptidão⁽¹⁴⁾). Porque se esqueceu dum elemento essencial da existência, o primeiro senhor está condenado a desaparecer, como se a história se vingasse do seu esquecimento.

Um exemplo contemporâneo podia ser o caso das Brigadas Vermelhas na Itália. O ideal delas é uma transformação total da sociedade em vista duma sociedade mais justa; em termos hegelianos, o seu ideal é a negação total duma situação sócio-política. Mas em vez de aceitar o «trabalho» longo e paciente da transformação, querem uma ruptura imediata. O momento aqui esquecido é o tempo necessário para eventualmente convencer o povo da legitimidade dos seus projectos. Em vez de entrar no «trabalho» político, a negação da necessidade do tempo torna-se então negação simples das pessoas, quer dizer, assassínio, violência pura. Na linguagem de Hegel, a morte do (ou dos) refém(s) é neste caso negação vazia, porque não dá origem a um novo conteúdo sócio-político. Mesmo se está efectivamente negado pelas Brigadas Vermelhas, o tempo da discussão política não cessa, pois a mediação do tempo é um elemento insuperável. O resultado é que o tempo vai vingar-se deste esquecimento: concretamente as Brigadas Vermelhas vão provocar a unanimidade contra elas, o que significa que estão historicamente condenadas a desaparecer. Assim como fizeram desaparecer reféns, eles desaparecerão em nome da dialéctica histórica: cada elemento negado (a mediação do tempo do diálogo, no caso presente) continua a trabalhar subterraneamente contra aqueles que o ignoram⁽¹⁵⁾.

(14) Hegel não quer dizer que historicamente só o escravo vai trabalhar, mas sim que se querem atingir a liberdade espiritual, ambos, senhor e escravo devem educar-se pelo trabalho, superando ao mesmo tempo a relação de dominação senhor-escravo, de maneira que no termo da dialéctica há dois homens, duas consciências que reconhecem reciprocamente a igualdade dos seus direitos e da sua liberdade.

(15) O que não revela quanto tempo grupos terroristas ainda poderão agir nem em que medida conseguirão efectivamente enfraquecer ou mesmo desestabilizar um regime político.

Voltemos à conclusão que esta análise deve apresentar. O fundamento mais filosófico da violência parece-nos repousar no que se podia exprimir, de maneira figurada, como a vingança das dimensões esquecidas da existência. Há um provérbio francês que diz «qui fait l'ange, fait la bête»; esta queda da angelização em degradação moral, tão frequente nas análises psicológicas, obedece ao mesmo tipo de lei existencial: um elemento esquecido trabalha subterraneamente até provocar a inversão da situação de partida. Ora esta lei parece-nos ligada à condição da finitude humana, e é responsável pela violência, presente quer na história individual, quer na história das nações, responsável pelos traumatismos psicológicos assim como pela aparição das guerras.

*
* *
*

§ 2.º — O DESTINO DA VIOLÊNCIA

O fundamento da possibilidade da violência ainda não significa a realidade da violência. Nem sequer uma tomada de posição quanto à violência do homem do futuro. A perspectiva que adoptámos procurou através das dimensões social, psicológica e filosófica o núcleo último da violência. Ora qual é o tratamento concreto da violência ou a disciplina que o homem se dará para educar ou restringir a agressividade? Existe uma pedagogia da não violência que não seja utópica e imediatamente ineficaz, mesmo eventualmente traidora?

Os três parágrafos que ritimam a nossa reflexão nesta segunda parte serão simetricamente opostos às considerações desenvolvidas na primeira parte; trata-se dum paralelismo de tipo concêntrico (ou inverso); ao exemplo hegeliano *figurado* do senhor e do escravo opõe-se o exemplo *concreto* da crise de Cuba em 1962, exemplo que deve anunciar o primeiro momento desta nova parte (§ 2, I, *Violência e política no Estado moderno*). Em segundo lugar, à perspectiva *regressiva* do tratamento psicanalítico da violência e da agressividade corresponde polarmente a afirmação *prospectiva* da paz, procurando o seu caminho entre a ideologia e a utopia (§ 2, II, *O conteúdo positivo da paz entre a ideologia e a utopia*). Enfim, à teoria sociológica da origem duma violência *necessária* (§ 1, I), oporemos a *esperança* da paz, na dialéctica das esferas política, religiosa e ética (§ 2, III).

I — *Guerra e política no Estado moderno*

1) *Legitimidade da violência no Estado*. Partiremos dum facto cultural. Na teoria moderna do Estado, é este que detém o monopólio da violência legítima. Para escapar ao ciclo infinito da vingança individual («vendetta»), o Estado reserva-se o uso e a aplicação da violência interna e externa. Violência interna na legislação penal, violência externa nas relações entre nações e na própria nação contra os factores de desintegração. «Só o Estado possui, segundo a concepção moderna (que remonta bastante longe, pelo menos como princípio proclamado), um *direito* ao emprego da violência, ao constrangimento físico, um direito de vida e de morte. É só no caso de defesa legítima, do perigo imediato, que não deixa aos órgãos do Estado o tempo de intervir, que o indivíduo pode responder, sem mediação do Estado, à violência pela violência»⁽¹⁶⁾. Os filósofos debruçaram-se sobre o fundamento da racionalidade da violência penal e as suas teorias nem sempre escaparam ao mito da equivalência entre crime e castigo⁽¹⁷⁾. Basta aqui recordar estas discussões sem entrar no seu conteúdo; mas consideramos que a filosofia do direito e da vontade tem a possibilidade de mostrar a racionalidade do princípio da aplicação, pelo Estado, da violência penal.

Na nossa cultura ocidental, o teatro de Ésquilo (525-456' a.C.) é uma das primeiras testemunhas da passagem da vingança individual à justiça penal. A sua trilogia sobre a Oréstia apresenta os crimes em cadeia da família maldita. No retorno da guerra de Tróia, Agamémnon é morto pela mulher Clímenestra. Oreste vinga o pai matando a mãe Clímenestra, mas é perseguido pelas Erínias, que figuram a lei de talião: o sangue espalhado grita vingança. Mas Apolo e Atenas, deuses da cidade de Atenas, absolvem aquele que estava manchado: os deuses da cidade põem fim à vingança individual, as «Fúrias» (Erínias) são domesticadas e tornam-se «Benevolentes» (Euménides). É diante do tribunal da cidade que a vingança se transforma em justiça. No seio duma apresentação mitológica, a trilogia de Ésquilo atesta esta convicção que uma cidade — ainda não se tratava de Estado — é só viável se todos — partidos polí-

⁽¹⁶⁾ E. WEIL, «L'État et la violence», em *Essais et conférences*, t. 2.º, Paris, Plon, 1971, p. 365.

⁽¹⁷⁾ P. RICOEUR, «Interprétation du mythe de la peine», em *Le conflit des interprétations*, Paris, Seuil, pp. 348-369.

ticos e indivíduos — aceitam as decisões dos tribunais criados para fazer reinar a justiça. É o que o coro de *Agamémnon* chama a «violência benéfica».

2) *Guerra e política segundo Clausewitz*. O princípio da violência legítima permite-nos evocar Clausewitz e o seu tratado «Sobre a guerra». Mencionamos Clausewitz não para conduzir um estudo da sua estratégia da guerra, mas só na perspectiva da relação à política. Como se sabe, Clausewitz (1780-1831) foi um dos raros teóricos que tentou «pensar a guerra na sua totalidade e a partir do seu princípio»⁽¹⁸⁾. Contemporâneo de Hegel (1770-1831), Clausewitz reflectiu na base de três grandes experiências históricas: a Revolução Francesa, cuja consequência foi a aparição dum exército de cidadãos, a epopeia de Napoleão, que o ajudou a tematizar o «Blitzkrieg», a guerra-relâmpago, e a forma absoluta da guerra; mas a guerra napoleónica em Espanha assim como a retirada da Rússia favoreceram a sua meditação sobre a primazia da guerra defensiva. Esta terceira é pensada como a resposta do adversário ao «Blitzkrieg» napoleónico.

Para acabar esta brevíssima visão panorâmica de Clausewitz, recordemos ainda que o sucesso maior dele foi póstumo: é nas épocas que sucederam ao fim duma guerra e nos países que temeram ou conheceram o fracasso que Clausewitz foi mais estudado. Por outra parte, Clausewitz foi um tema de meditação para os marxistas que desde Engels e Marx pensaram no levantamento popular, Lenin e Mao-Zedong. Podia-se acrescentar que em geral os chefes de guerrilha não têm experiência estratégica e por isso mesmo dispõem só das teorias de Clausewitz como meio de reflexão.

Falamos de Clausewitz a fim de mostrar a ligação entre o acto da violência guerreira e a decisão política. Um dos princípios de Clausewitz que se tornou quase provérbio é que «a guerra é a continuação da política por outros meios». Por um lado isto quer dizer que a guerra não é o fruto dum ódio, ou duma catástrofe natural imprevisível. Por outro lado, isso não significa que a guerra não tenha o seu fim autónomo. Este fim é mesmo sublinhado pelo nosso autor quando fala da *forma absoluta* da guerra. No seu conceito, a guerra visa a destruição completa das

⁽¹⁸⁾ E. WEIL, «Guerre et politique selon Clausewitz», em *Essais et conférences*, t. 2.º, p. 365.

forças do adversário, ela é violência pura, enquanto que, como notou E. Weil⁽¹⁹⁾, a política quer alcançar os seus fins através da discussão e do comércio político entre nações. Quando se afirma então que a guerra «não é só um acto de política mas um autêntico instrumento dela»⁽²⁰⁾, é preciso referir mais de perto a articulação entre guerra e política.

Há uma diferença entre o *fim* da guerra (o *Ziel*), que é sempre a vitória pelas armas, e o *alcance* da política (o *Zweck*), que estabelece à guerra objectivos limitados, impedindo assim a guerra parcial de se tornar guerra total. Pois, como dizia Clausewitz, se a guerra não recebesse esta limitação da política, seguiria os seus fins, muitas vezes distintos daqueles da política; pensemos em Patton que, ao ver só a perspectiva da penetração americana na Alemanha em 1945, não queria parar, mas continuar até à tomada de Berlim. Em consequência, «a guerra não tem sentido senão com a condição de que os seus fins políticos sejam realizáveis»⁽²¹⁾. Quanto mais se aproxima da guerra total, mais o todo da política está em jogo. É por isso que o alcance político proíbe a guerra total que destruiria toda a possibilidade de diálogo político⁽²²⁾. Mas se a guerra é limitada, não absoluta, e se se trata duma guerra de agressão, é preciso observar, segundo Clausewitz, que «o agressor fará contra si a unidade dos outros Estados cada vez que não conseguir obter um sucesso *limitado* num tempo *limitado* contra um adversário que tem só que defender um interesse *limitado* e não consagrará nisto senão meios *limitados*».

Esta conclusão proveio duma meditação sobre o fracasso de todas as grandes guerras ofensivas que Clausewitz conheceu, e ela apoiou o seu princípio da superioridade da guerra defensiva: sobretudo quando a guerra é popular e aprovada pelo consenso nacional dos cidadãos, o tempo trabalha contra o agressor. Compreende-se então porquê os estrategos dos fenómenos revolucionários tenham passado muitas horas em companhia de Clausewitz.

⁽¹⁹⁾ E. WELL, op. cit., p. 225.

⁽²⁰⁾ «Sobre a guerra», II, 24.

⁽²¹⁾ E. WEIL, op. cit., p. 233.

⁽²²⁾ O leitor de A. Speer, «No Coração do Terceiro Reich», vê as consequências últimas da perda da guerra: Hitler queria e tentou destruir todo o potencial industrial da Alemanha, decisão à qual Speer se opôs por todos os meios à sua disposição a fim de evitar uma situação idêntica à da guerra total.

Antes deles contudo um escritor tinha-se pronunciado implicitamente sobre a superioridade da guerra defensiva: Tolstói. Na sua obra de arte «Guerra e Paz» ele mostra — para além de todas as verdades psicológicas que apresentam as suas descrições — que nenhuma vontade individual, na ocorrência a vontade imperial de Napoleão, pode vencer as *forças históricas* que põem um povo em movimento, o povo russo no romance do autor. A tal convicção Tolstói não chegou a partir duma reflexão sobre a estratégia guerreira, mas segundo a sua filosofia da história é só a sabedoria do povo (cfr. a figura de Platão Karataiev) que pode, a longo prazo, na submissão aos acontecimentos, fazer amadurecer a vitória. O homem é empurrado por forças que o superam, e aqueles que como Napoleão querem impor a própria vontade serão varridos por outros que, à maneira de Kutuzov (general russo vencedor de Napoleão), sabem esperar e ler os sinais do tempo sem «forçar» os acontecimentos. A superioridade da guerra defensiva em Tolstói está assim ligada à ideia do destino, cujas forças, cuja necessidade se exprimem não através da vontade caprichosa do chefe (Napoleão), mas na aparente inércia e resignação (Kutuzov), assim como na sabedoria popular (Platão Karataiev).

3) *Um exemplo «anti-Clausewitz»: a crise de Cuba (1962)*. Depois de ter assim salientado a relação entre guerra e política, queríamos apresentar um caso especial, a crise de Cuba em Outubro de 1962. Este caso vai servir-nos 1) para mostrar que a estratégia da dissuasão escapa às teorias de Clausewitz e 2) para introduzir o conceito de *fundamento da paz* numa perspectiva política. Este exemplo de Cuba, que deu lugar a uma análise bastante complexa de Glucksmann, um dos tenores entre «les nouveaux philosophes» de França⁽²³⁾, estará apresentado como o caso real em contraste com a dialéctica hegeliana do senhor e do escravo.

⁽²³⁾ Com J.-M. Benoist, Glucksmann é um dos mais velhos (39 e 44 anos em 1981) do grupo dos «Nouveaux philosophes» (Lévy, Nêmo, Jambet, Lardreau, Dollé); a «nova filosofia» francesa compreende-se em relação com os acontecimentos de Maio de 1968. Muitos deles vêm duma esquerda de tipo estalinista e ergueram-se sobre as barricadas de Maio de 1968. Mas a revelação do Goulag foi o princípio para eles duma desilusão geral e, queimando o que tinham adorado, muitos deles tornaram-se não só em fanáticos antimarxistas, mas também em denunciadores dos sistemas filosóficos modernos. Por exemplo, Glucksmann acha que se «a filosofia antiga nos ensina a aguentar a própria morte», a filosofia moderna pelo seu lado ensina-nos a suportar «a morte dos outros». Mas o fenómeno mais curioso embora muito explicável é que estes filósofos fizeram muito barulho em todos os meios da comunicação social, aproveitando-se destes meios para lançarem ataques em todas as direcções. O seu pessimismo global une-se ao culto do sensacional e do sucesso. São os novos sofistas? O futuro pronunciar-se-á!

O assunto dos mísseis de Cuba é um exemplo eloquente da estratégia de dissuasão nuclear. Esta estratégia político-militar repousa sobre o princípio do equilíbrio das forças, o equilíbrio do terror, que é ao mesmo tempo o terror do desequilíbrio. A diferença maior entre a dialética do senhor e do escravo é que aqui não houve combate real entre os Estados Unidos e a União Soviética. A paz não é resultado duma luta que deixa um vencedor e um vencido, duma guerra que permitiu medir as forças físicas, mas ela é o fruto da não guerra, da dissuasão. É a possibilidade da destruição mortal recíproca que funda a necessidade do diálogo. Aqui mede-se também a diferença com Clausewitz, segundo o qual o combate real é sempre a prova das forças dos adversários, prova que — como «o pagamento em espécies no comércio das letras de câmbio⁽²⁴⁾» — pode ser rara, mas nunca pode faltar totalmente.

Pelo contrário, o caso de Cuba põe em evidência uma *demonstração pelo absurdo*: seria absurdo começar uma guerra que não deixasse ninguém com vida! Em vez de ter um vencedor e um vencido, tem-se, depois de crise cubana, «o acordo na sombra duma morte comum»⁽²⁵⁾. Assim, no equilíbrio do terror, falta «o padrão da batalha decisiva onde todas as forças morais e políticas são apreciadas pelo seu valor físico»⁽²⁶⁾. Ao conceito de batalha substitui-se o conceito de *crise* que está entre a guerra quente e a paz no terror. Porém a crise representa uma subida da tensão nos extremos, quer dizer, os adversários, na crise, estão prontos para a luta de morte ao mesmo tempo que se dedicam ao discurso dissuasivo.

O que é o mais espantoso no discurso de crise é que 1) os adversários (Estados Unidos e União Soviética) têm como desafio o risco duma destruição senão total, pelo menos suficientemente grave para paralisar o inimigo; 2) os adversários criam eles mesmos as condições de acordo, condições sempre pontuais e limitadas: por exemplo o retiro dos mísseis de Cuba é considerado pelos Estados Unidos como prova, do lado dos Soviéticos, duma vontade de não agressão. Ligando estas duas observações temos no conceito de crise uma *aposta* com conseqüências *universais* em frente dum conflito cujos contornos são bem circunscritos. Isto quer dizer

⁽²⁴⁾ CLAUSEWITZ, op. cit., I, 2.

⁽²⁵⁾ GLUCKSMANN, «Le discours de la guerre», Paris, Grasset, 1979, p. 252.

⁽²⁶⁾ Idem, p. 253.

que a paz depende duma comunicação de mensagens entre os gigantes, podíamos mesmo dizer dum «código» arbitrariamente decidido pelos adversários.

Trata-se dum código em dois sentidos; em primeiro lugar o código significa que em tempo de crise quente, a mensagem informa — como um jogo matemático — sobre a decisão e os efectivos postos em acção no caso duma iniciativa «x» ser tomada ou não tomada pelo adversário. Assim a saída da crise é sempre imprevisível. «A crise cubana não conduzia necessariamente à guerra, não conduzia inevitavelmente à paz, daí o seu carácter dramático e sério» (27). O código designa aqui a receptividade e a avaliação da mensagem pelo adversário; no caso referido, Krustschev acreditou na ameaça e na determinação de Kennedy. Em segundo lugar, o código significa mais geralmente que mesmo entre os momentos quentes da crise, a paz depende do diálogo da dissuasão *que determina as próprias condições e critérios de avaliação* no que diz respeito às forças e à determinação do adversário. Um acordo como o *Salt II* procura estabelecer ou criar um tal código de entendimento (a ameaça dos *Cruise* seria por exemplo avaliada como equivalente à ameaça dos *bombardeiros Backfire*). Em todo o caso, o exemplo mostra-nos uma situação «pós-clausewitziana» na medida em que a dissuasão *deve* evitar a guerra, mas trata-se duma situação cujos dados de partida são na linha quer de Hegel, quer de Clausewitz: a lógica da oposição fica lógica da oposição à morte.

II — O conteúdo positivo da paz entre a ideologia e a utopia

A breve análise da crise cubana deu-nos a possibilidade de encarar o conceito de paz no diálogo político-militar. Tendo partido da consideração do Estado enquanto sede da violência legítima (I, 1), mostrámos que a guerra está sempre ligada a um conduto *político* do Estado (I, 2). Isto quer dizer que o diálogo *pacífico*, a paz, está presente no âmbito deste alcance político, mas numa presença cujo conteúdo repousa hoje sobre o *código* articulado do equilíbrio do terror (I, 3). Põe-se então, na nossa perspectiva que continua a ser o *destino da violência* (a possibilidade duma paz definitiva), a questão logicamente conexa: não terá a paz um *conteúdo positivo*? Não será possível procurar a paz por si mesma e não enquanto

(27) *Idem*, p. 259.

resultado sempre aleatório numa discussão feita debaixo duma nuvem de bombas suspensas, tal como a espada de Dâmocles, em cima das nossas cabeças?

1) *A liberdade, conteúdo positivo da paz.* Quando se trata da paz, é preciso olhar na direcção da filosofia política e ética. A nossa tese será simples: o conteúdo da paz, para além de implicar a ausência da guerra, implica a liberdade e a libertação de todas as sujeições que podem aprisionar o homem. Se a paz, definida pela liberdade, assume um conteúdo positivo, ao mesmo tempo veicula todas as dificuldades e ambiguidades presentes no termo de liberdade. É violência, neste sentido, tudo o que trava a procura da liberdade; a natureza, e apesar de ser eticamente neutra (o tratamento dos elementos naturais permite ao mesmo tempo as bombas termonucleares e as telecomunicações), apresenta-se como violenta para o homem submetido às suas exigências. Todo o trabalho do homem, como todos sabemos, é uma utilização da natureza contra a própria natureza, a fim de a tornar mais permeável ao ideal humano de autodomínio (o pianista adquire a técnica só para poder utilizá-la num fim artístico).

Mas não é só a natureza que é violenta. Também uma ordem social ou política pode ser intrinsecamente violenta na medida em que impede a alguns indivíduos ou sectores de população a fruição do autodomínio, o que necessita sempre de um conjunto de condições materiais. Se é necessário e imprescindível reconhecer que a maior parte do mundo ainda vive em condições sócio-económicas *violentas* — o que dialecticamente engendra a rebelião violenta de muitos indivíduos ou grupos —, é preciso também reconhecer que perdemos de vista a riqueza da liberdade quando a pensamos só ao nível do bem-estar material e económico. Já o filósofo Bergson dizia há cinquenta anos: o nosso mundo é um corpo desmedidamente crescido que reclama um suplemento de alma. Traduzamos: temos que reenocar o conteúdo totalmente humano da liberdade, num sentido ético assim como político, para poder tornar a paz em outra coisa que o repouso de corpos bem nutridos que nada vem incomodar.

O Estado é definido por E. Weil, na sua «Filosofia política», como «a organização duma comunidade histórica»⁽²⁸⁾, que se torna assim capaz de tomar decisões. Mas o mito político das nossas sociedades modernas seria a capitulação em frente dos imperativos económicos, como se uma

⁽²⁸⁾ E. WEIL, «Philosophie politique», Paris, Vrin, 1956, p. 131.

união política pudesse só surgir duma coligação de interesses. O filósofo Claude Bruaire, um dos maiores representantes católicos da filosofia francesa hoje, ergue-se no seu livro «La raison politique», contra esta ideia que a paz internacional podia ser o fruto automático do ajustamento espontâneo e natural dos sistemas económicos. A coligação de interesses dá origem a sistemas económicos «cuja independência não significa uma mesma liberdade de cidadãos que vivem dum mesmo direito, mas a autonomia dum funcionamento interno. Por conseguinte, as suas relações são puramente de exclusão; nunca têm a positividade duma paz internacional» (29).

Na esteira desta linha de pensamento afirmemos que a paz internacional pressupõe um *querer-ser* nacional. Em outras palavras, não há um *Superestado mundial* pensável, porque há só individualidades nacionais em relações múltiplas, em interdependência, individualidades que não podem perder cada uma a sua caracterização única. Cada nação com efeito define-se em si mesma, mas também se define pela sua diferença com outras nações ou Estados. Se um Estado mantém a sua independência diante dos outros Estados, qual seria «o outro» em frente do qual um Estado mundial definiria a sua especificidade? Não há, e é por isso que «em matéria internacional, onde não há nem poder nem nação mundial possível, não existe uma norma *constitutiva* do político, mas só reguladora das políticas. Reguladora na medida duma adesão dos poderes e das nações». Existe uma ONU porque não há possibilidade dum Superestado.

Reciprocamente as nações vivem dando uma forma concreta à sua liberdade. É aqui que encontramos qualquer coisa de perigoso ou mesmo de profundamente falso na tese de Clausewitz. Se é verdade que a guerra é a continuação da política por outros meios, Clausewitz dá a impressão que, para ele, a política inclui *necessariamente*, como o seu meio, a guerra. Ora esta afirmação pressupõe que «a política é, na sua essência, dominação do homem sobre o homem, o que exprime directamente, em particular, a guerra» (30). Mas compreendemos também que as relações de respeito, de reconhecimento e de aliança entre as nações são mais fundamentais que as relações de *dominação*. Na medida em que encara implicitamente as relações entre Estados como relações de dominação, o pensamento de

(29) C. BRUAIRE, «La raison politique», Paris, Fayard, 1974, p. 174.

(30) Idem, p. 89.

Clausewitz é filosoficamente falso, mesmo se a história concreta, infelizmente, lhe deu muitas vezes razão. A política de Clausewitz é um tipo de política, não a essência da política.

O resultado ao qual chegamos é portanto que a paz, positivamente definida, implica uma *liberdade* compreendida 1) como reconhecimento da própria individualidade *nacional* (presente na cultura e nos costumes), 2) assim como reconhecimento das *outras* nações enquanto outras individualidades políticas e espirituais.

2) *A afirmação ideológica do conteúdo positivo da paz.* Para quem deseja aprofundar esta conclusão, surge inevitavelmente o problema da ideologia. Dir-se-á: se cada nação dispõe duma liberdade própria, é porque ela vive da própria ideologia. Ora é claro que hoje vivemos num tempo marcado pela ruína das ideologias. Depois da Segunda Guerra Mundial, assistimos à erosão progressiva e acentuada da crença nas ideologias, fenómeno que se verifica quer a Leste, quer a Oeste. Fala-se dum tempo pós-marxista, duma era pós-cristã etc. Como se tivéssemos nascido demasiado tarde num mundo demasiado velho, opomos — e refiro-me aqui a uma grande parte da juventude — a recusa céptica e cortês diante das ideologias, como se tivéssemos já esgotado e criticado todas as virtualidades as quais conduzem as várias ideologias. E mais, a palavra mesma da ideologia é compreendida negativamente; não há ninguém que, em filosofia ou em política, pretenda abertamente inventar uma nova ideologia! A nossa pergunta então é a seguinte: a paz, apoiada sobre a liberdade, exprime-se necessariamente nos termos duma ideologia?

Antes de responder, vejamos um exemplo de ideologia contado admiravelmente por Dostoievsky na lenda do «Grande Inquisidor» presente numa das suas obras mais famosas, «Os Irmãos Karamazov». No romance é um dos três irmãos, Ivan o ateu, que conta esta narração. Estamos na Espanha do século XVI e o cardeal Grande Inquisidor é responsável da caça aos heréticos. Mas o Cristo em pessoa voltou para a terra sem prevenir ninguém, é perseguido pela Inquisição e finalmente é mandado para a prisão. O cardeal, contudo, homem inteligente, é o único que percebeu que esta pessoa é o Cristo que voltou à terra. A lenda apresenta então o encontro nocturno, na prisão do cardeal Grande Inquisidor, com o Cristo. Este último não pronuncia nenhuma palavra, é o cardeal que fala como para se justificar. Compreende muito bem, diz em síntese o prelado, quem Tu és; e percebo porque Tu voltaste para a terra. Mas não

devias ter voltado; foi um erro. Sei que voltaste para realizar o teu ideal que é libertar os homens. Contudo há uma coisa que não sabes e que eu compreendi: os homens não desejam a liberdade. Preferem tudo à liberdade, porque a liberdade é um peso demasiadamente grande, eles esperam só a segurança. Então eu prometo-lhes a segurança com a condição que eles acreditem na dogmática da Igreja sem deverem pensar nisso. Tiro-lhes a liberdade e dou-lhes em contrapartida a segurança. É isso mesmo que os homens querem. Tu, Cristo, vieste para libertar os homens, o que é teoricamente melhor, com certeza, mas provocaria tantos problemas que mais vale que voltes para o céu, deixando-me agir, pois conheço melhor os homens do que Tu.

Que sentido podemos retirar desta lenda criada antes da aparição do marxismo na Rússia? Haveria, à primeira vista, uma interpretação marxista: os chefes religiosos produzem um sistema enganador, uma superestrutura de tipo religioso cujo fim é adormecer o povo. Não é a lenda o exemplo perfeito da ideologia?

A nossa interpretação da ideologia será diferente. Pretendemos que a ideologia definida por Marx no domínio da superestrutura não salientou o carácter básico, fundamental da ideologia. O traço primeiro da ideologia é, com efeito, a sua função de integração social. Numa palavra, a ideologia não é um corpo de ideias simplesmente, mas corpo de ideias enquanto constitui a coesão dum grupo. Neste sentido há uma função ideológica ou um fenómeno social, necessário e inevitável desde que aparece um grupo. É preciso acrescentar contudo que a ideologia impõe a um corpo de ideias as exigências requeridas para torná-lo aceitável. Isso quer dizer que todo o grupo social precisa de se dar uma imagem de si mesmo, precisa de se representar, no sentido quase teatral da palavra. Por isso as ideias do grupo têm que se conectar com o acto de fundação do grupo (por exemplo a Revolução Francesa pela França, a Declaração americana dos Direitos pelos Estados Unidos, etc., a vida, morte e ressurreição do Cristo para os cristãos).

Assim já vemos que a ideologia não significa nem a verdade nem a falsidade das ideias dum grupo, mas a *função integrativa* das ideias. Há outros traços característicos do fenómeno ideológico dos quais mencionamos só os mais importantes. 1) Cada ideologia justifica e funda projectos e acções para o futuro, 2) ela é simplificadora e esquemática; a ideologia enquanto tal não se preocupa antes de tudo em demonstrar, em argumen-

tar, mas em proclamar. Ela é como uma bandeira para as ideias do grupo, por exemplo dum partido político. 3) A ideologia torna-se facilmente intolerante contra os marginais ou mesmo contra os intelectuais. Pois ela tem necessariamente um carácter conservador, para proteger o grupo face à novidade com que está confrontado. Mas se não acolhe de nenhuma maneira a novidade, o grupo cai na intolerância dum «gueto» e esgota-se em processos de eliminação dos seus membros que reclamam uma revisão das posições ou dos fins do grupo. A existência do Goulag provém do facto que cada contestação é imediatamente compreendida como dissidência.

Assim definida, a ideologia não é nem boa nem má, ela exerce uma função de integração dos indivíduos no grupo. Mas o sentido marxista da ideologia acrescenta qualquer coisa a esta definição: a função de dominação pelo engano. A ideologia constitui a coesão do grupo fazendo repousar a dominação dos governantes sobre um engano. É o que acontece na lenda do «Grande Inquisidor», com o pormenor suplementar que na lenda do «Grande Inquisidor», o chefe (o cardeal) enganava o povo cristão pensando assim prestar-lhe serviço.

Esta concepção da ideologia parece-nos mais fundada que a problemática marxista da ideologia, na medida em que mostra a possibilidade dum uso saudável dela. Marx tinha-se só fixado num aspecto, às vezes presente mas não necessário nem constitutivo do fenómeno ideológico; manteve que toda a ideologia é enganadora, misturando assim a função necessária da ideologia (integração e coesão dum grupo social) com a perversão possível dela, quer dizer, com o seu funcionamento que podíamos declarar *patológico*. Mas a patologia da ideologia não impede que ela possa exercer o seu papel.

A nossa conclusão será então mais positiva. A liberdade proclamada como conteúdo positivo da paz deve atravessar um corpo de afirmações *ideológicas* para poder ser a convicção e a afirmação de todos os membros na nação.

3) *A paz como utopia da liberdade*. O problema faz ricochete. Mesmo se a liberdade pode e deve encontrar uma formulação ideológica para justificar um projecto político de paz, não é isso a utopia do filósofo? Pois sabemos todos que, na maioria dos regimes actuais, é a economia que governa a política, e que o interesse económico é quase cego, autónomo,

e consegue contornar todas as medidas políticas (pensemos nos exemplos da África do Sul e mesmo nas sanções alimentares contra a União Soviética). Mais radicalmente: a hipótese dum homem futuro não violento não seria a expressão, perigosa, da utopia por excelência? Um conteúdo positivo à paz internacional, é isso um sonho utópico?

Como o fizemos para a ideologia e simetricamente em relação com ela, queremos mostrar que há dois usos, duas manifestações da utopia, um funcionamento saudável e um funcionamento patológico. Mais profundamente que toda a patologia da utopia, é preciso reconhecer a força da utopia. A sua força reside na descrição dum mundo ideal ainda não realizado e mesmo talvez não realizável. Produz assim uma *imagem-ficção* cujo fim é orientar o olhar na direcção do ideal e esclarecer a acção sobre os seus fins longínquos. A utopia dá deste modo uma apresentação imaginária ao ideal da razão. Mas o critério do bom funcionamento da utopia é a atenção que ela sempre suscita sobre a necessidade da actuação não adiada. Neste sentido, a afirmação utópica da paz internacional, quer dizer, a crença na sua possibilidade no próprio momento em que todas as aparências lhe são contrárias, é talvez — quando é acompanhado de lucidez e não de ingenuidade — a única maneira que tornará a paz possível. Em vez de se afastar da realidade, a *utopia da paz* é um dos únicos meios de a tornar *real*, a tal ponto que a violência já está em preparação quando é compreendida como meio necessário *a priori* numa certa circunstância histórica.

Estas considerações não suprimem contudo a possível patologia da utopia. Já fizemos alusão a estes perversões da utopia. Quando a utopia quer tudo imediatamente, ela engendra a violência, como prova o caso das Brigadas Vermelhas. Nesta linha de reflexão a anarquia é o exemplo mais claro da patologia da utopia: quando não aceita nada da situação política actual e quer uma substituição imediata, destrói tudo. A anarquia é a transcrição política do sonho adolescente «tudo imediatamente». Menos perigoso aparentemente, o doce sonhador que escreve utopias para fugir à realidade é talvez um bom poeta, mas não tem nada dum bom político.

A crítica feita à utopia em nome duma *Realpolitik* pode assim mascarar o verdadeiro fim que reconhecemos ao ideal político. Neste sentido, o utopista podia não só ter mais razão do que a *Realpolitik*, mas também, a longo prazo, mudar o decurso da história mais do que ela mesma.

III — *A paz na dialéctica das esferas política, religiosa e ética*

No termo das nossas reflexões, duas perguntas ficam ainda sem resposta; constituem o tema, o *leitmotiv* da segunda parte e tornam-se mais agudas depois das observações precedentes. 1) Poderá o homem um dia acabar com a violência e a guerra? 2) Pode a violência, a guerra, no seu fundo, ser moral ou não é ela imoral no seu princípio, mesmo quando é *legítima* ao olhar duma nação e dentro do Estado?

A pergunta sobre a moralidade da violência introduz a perspectiva ética que não tocámos directamente nesta exposição, mas que se perfilava em filigrana por detrás de todas as análises. Se o domínio da ética é o reino da acção humana, necessariamente põe-se no fim do percurso o problema da relação entre ética e política, quando se trata da guerra e da paz.

Uma das nossas conclusões gerais é que a possibilidade, não a necessidade, da violência, está inscrita no coração do homem, ou mais precisamente, no desejo e na finitude do homem. Cabe ao homem impedir que esta possibilidade insuperável não se converta em realidade. Isto depende da acção, da ética. Mas temos um contraste: se a ética manda «não matarás», porém a política pode declarar ou mesmo assumir guerras «justas». Este paradoxo, este contraste ilustra na nossa opinião a 'distância que separa a *ética* da *política*. E a nossa segunda conclusão é que a possibilidade duma violência legítima, reconhecida ao Estado, prova que de uma certa maneira há uma irreconciliação entre ética e política. Uma política não pode ser moral desde o princípio até ao fim. Reciprocamente o *homem moral*, obrigado a matar na guerra do seu país, encontra-se numa situação especial que se podia chamar «ética de aflição». Mas nesta dialéctica entre ética e política, nem sequer a ética se mantém pura: enquanto ligada à acção individual, a ética do homem moral não é capaz de desenvolver a rede das relações humanas até atingir o conjunto duma comunidade social. A *ética* cai também sob a reprimenda da sua ineficácia, pois ela é incapaz de *universalizar*, ou de abrir as relações humanas à universalidade da comunidade.

Na nossa opinião esta dupla e recíproca não reconciliação da ética e da política atesta a condição humana: o homem não está totalmente reconciliado nem consigo mesmo, nem com a comunidade. É por isso que a violência scrá para ele como o perigo que se deve — e deverá — sempre

conjurar. De certeza que a não reconciliação do ideal ético e do ideal político não autoriza o político a ser imoral, tal como não autoriza o indivíduo moral a ignorar a esfera do político. Mas esta não reconciliação, ao mesmo tempo que ilustra a *irracionalidade* presente na razão humana, poderia compreender-se e descobrir-se como o lugar da esperança. Talvez a virtude própria da esfera religiosa seja a de sugerir esta descoberta. Mas assim como há uma interpretação ética da política, e uma interpretação política da ética, haverá também uma interpretação *religiosa* do político (cujo extremo seria a teocracia como mostra o Irão) e uma interpretação *política* do religioso (o que levará a secularização absoluta: como alguns meios cristãos nos anos 70, com a teologia política). Estas interpretações, nos seus extremos — teocracia e secularização absoluta — engendram outra vez a violência. Mas entre estes extremos fica o lugar para uma interpretação *ética* do religioso e *religiosa* do ético. Porém isto é um outro capítulo filosófico que não vamos abrir. Queríamos só sublinhar a sua existência, para indicar que a esperança de ver o homem *possivelmente* violento tornar-se em homem *efectivamente* não violento, mesmo se há uma certa conexão com a utopia, ela não é tão infundada como se podia pensar.

O lugar do irracional no homem podia ser ao mesmo tempo o lugar das maiores esperanças e das surpresas mais inesperadas. E para quem não pode participar destas esperanças é ainda verdadeiro que, como dizia Claudel, «le pire n'est pas toujours sûr», «o pior não é sempre certo».

Michel Renaud

A ECONOMIA MUNDIAL EM 1981:
MODERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

A ECONOMIA MUNDIAL EM 1981: MODERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

A medida que vamos entrando na década dos anos 80, desvanece-se a impressão de que a crise económica seria um fenómeno passageiro e de que o mundo industrializado em breve voltaria às altas taxas de crescimento, com quase pleno emprego e reduzida inflação, que caracterizaram os anos 50 e 60. As perspectivas para 1981 apontam no sentido de um agravamento da conjuntura, com o desemprego a atingir níveis excepcionalmente altos e com a alta de preços praticamente ao mesmo ritmo.

Entre 1979 e 1980 o preço do petróleo mais do que duplicou (e nada garante que, nos próximos anos, não continue a subir aceleradamente). Ainda mal feito do primeiro grande choque do petróleo (quando, em 1973-74, os preços das ramas foram multiplicados por quatro), o mundo enfrenta, agora, a segunda recessão induzida pelo encarecimento brutal da energia — mas, desta vez, com uma percepção mais clara de que crises deste tipo vão suceder-se.

É, aliás, incorrecto atribuir à alta de preços do petróleo toda a responsabilidade pelas dificuldades actuais: foi antes de 1973 que economistas e comentadores puseram a correr a expressão *stagflation* («estagflação») para designar o fenómeno, até finais dos anos 60 praticamente desconhecido, da ocorrência simultânea de estagnação produtiva (com os consequentes problemas de emprego) e de inflação elevada. Naturalmente que a subida vertiginosa dos custos da energia veio agravar muitíssimo os sintomas de «panne» nos sistemas económicos dos países industrializados ocidentais; mas a crise já era visível antes dessa subida.

RIGIDEZ DOS MECANISMOS SOCIAIS

Dir-se-ia que, por volta do final da década de 60, começaram a funcionar mal os mecanismos económico-sociais que permitiram o mais longo e espectacular «boom» de que há memória. Um «boom» que consagrara a capacidade interveniente do Estado, desenvolvendo uma acção anticíclica e compensadora da imperfeição do mercado.

A aceleração do ritmo da alta de preços, anterior à crise do petróleo, denunciara uma certa rigidez dos mecanismos económico-sociais. Como era possível que desemprego e salários nominais aumentassem simultaneamente? Mas esse tornou-se um fenómeno corrente nos últimos quinze anos, como que a demonstrar a irrelevância do jogo tradicional da oferta e da procura. Outros factores haviam entrado em cena, limitando ou distorcendo o mercado: as intervenções estatais, a emergência das grandes empresas multinacionais e o poder contratual dos sindicatos.

Assim, a economia passou, cada vez mais, a responder apenas parcialmente aos estímulos. Num período de expansão sobem os salários — mas nem por isso eles descem numa fase depressiva. Inevitavelmente, a alta dos preços acelerou-se ao mesmo tempo que baixava a taxa de expansão produtiva.

O que se passa com a inflação é, aliás, típico. Pode dizer-se que, após um quarto de século em que, no Ocidente industrializado, a generalidade das pessoas se habituou a melhorar de nível de vida praticamente todos os anos, custa muito aceitar a estagnação. Desse modo, é difícil não melhorar nominalmente os salários, mesmo quando os ganhos de produtividade não o justifiquem: essa uma das razões para o acelerar da inflação, quando a economia estagna. A ilusão monetária disfarça a realidade.

Ao mesmo tempo, o desemprego cresce — e os salários nem por isso deixam de subir (aparentemente pelo menos). O próprio desenvolvimento do «welfare state» permite encarar, hoje, a situação de desemprego num país rico com relativo à-vontade: nada de comparável, certamente, à condenação à miséria que o desemprego significava há cinquenta anos ainda. Ainda hem — mas o preço deste progresso social está numa certa perda de eficácia do mercado de trabalho como mecanismo regulador.

Entretanto, o investimento produtivo mostra uma compreensível hesitação. Investir em tempo de crise é sempre arriscado, tanto mais que a crise não é apenas económica — também é social e política, com todas as incertezas inerentes. Assim se vai hipotecando o futuro, consumindo agora o que devia ser poupado e investido.

O receio de investir em empreendimentos de longa maturação e a prioridade dada à segurança levam a que seja insuficiente o desenvolvimento de novos sectores produtivos. Insistem os países mais industrializa-

dos em actividades industriais que, numa saudável divisão internacional do trabalho, deveriam abandonar em favor das economias menos avançadas — é o caso do sector têxtil, por exemplo, ou, até, do sector automóvel. Uns e outros perdem com isso, naturalmente, sendo o prejuízo dos países industrializados o que resulta de uma utilização menos produtiva de recursos.

RETORNO AO MERCADO?

Neste quadro é fácil de compreender a tendência, registada nos últimos anos, para um certo retorno aos mecanismos de mercado. A Alemanha Federal do social-democrata Helmut Schmidt tem sido, curiosamente, o bastião da economia de mercado — e é aí que se registam os resultados mais encorajadores (não obstante alguns sinais menos positivos nos últimos tempos). A Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e, mais recentemente, os Estados Unidos de Ronald Reagan apostaram também no mercado, o mesmo tendo feito a França de Giscard e Barre.

Resta saber até que ponto será capaz o Estado moderno de se auto-limitar, desobstruindo os mecanismos de mercado. Há um certo conservadorismo libertário, de tendência romântica, para o qual tudo está em impedir interferências do Governo na vida e na autonomia dos cidadãos. Infelizmente, porém, esse tipo de conservadorismo é bem pouco consciente das complexas realidades do mundo de hoje, que se mostra muito diferente do universo individualista e competitivo do século XIX da «Fronteira» americana, por exemplo.

A intervenção do Estado é muitas vezes imposta pelas necessidades sociais e políticas, independentemente das ideologias. M. Thatcher não impediu o aumento das despesas públicas britânicas nem Reagan acabou por se opor ao auxílio federal à empresa Chrysler.

A complexidade da vida moderna exige regulamentação e intervencionismos difíceis de evitar. Pense-se, por exemplo, no caso clássico da disciplina do trânsito numa grande cidade: quando os automóveis eram escassos, a liberdade de conduzir podia ser muito lata — agora, porém, com um tráfego intenso, as limitações não podem dispensar-se. Paralelamente, é a própria intenção de preservar os equilíbrios do mercado que, muitas vezes, leva os Estados a intervirem — por exemplo, para compensar o poder monopolista (ou quase) de grandes empresas e sindicatos, ou para

proteger grupos sociais sem força suficiente de afirmação (agricultores ou, noutro plano, os idosos e os diminuídos físicos).

Esta é, afinal, a verdadeira crise: o sistema funciona mal porque o mercado foi parcialmente bloqueado, mas parece ilusório regressar à plena e livre competição, que talvez tenha existido aqui e além no passado. Os economistas e os políticos ainda não encontraram sólidas perspectivas de saída.

PROBLEMAS A LESTE

Este impasse nem sequer é, agora, aproveitado pelo marxismo, como acontecera durante a longa depressão dos anos 30. As economias de Leste conhecem, elas também, sérios e profundos problemas que põem em causa o sistema. Só por razões de controlo político, que não de eficiência económica, se mantém aí o sistema de planeamento central (que alguns países, como a Hungria, conseguiram, já, tornar um pouco menos rígido).

As reformas económicas, mais ou menos liberalizantes, propostas nos anos 60, acabaram por ser boicotadas, em vários países de Leste, pelas burocracias partidárias, justamente receosas de que a descentralização dos poderes de decisão económica e a autonomia dos gestores de empresas lhes retirassem boa parte do seu poder. O resultado foi a ineficiência crescente da economia, afectada por uma produtividade muito baixa e índices inquietantes de desperdício (no sentido, por exemplo, de produção realizada apenas para cumprir as metas quantitativas do plano e não para satisfazer necessidades dos consumidores — um tipo de desperdício, diga-se de passagem, que lembra as alusões marxistas aos malefícios da publicidade ocidental).

E se o colectivismo permitiu, e mesmo facilitou (embora com enormes custos humanos), a industrialização rápida das economias da União Soviética e de outros países comunistas, a verdade é que a direcção económica central se revela cada vez mais inapta para diversificar a produção e os serviços no sentido desejado por sociedades constituídas por pessoas cujas necessidades básicas foram já satisfeitas. Nem essas pessoas, que não conheceram o subdesenvolvimento de outros tempos, se contentam, agora, com a supressão de carências essenciais. Por isso não espanta ver surgir, na Polónia, um tipo de reivindicações muito semelhantes às formuladas pelos operários ocidentais.

CONSEQUÊNCIAS DA ESTAGNAÇÃO

Entretanto, os anos de crise que já se viveram parecem ter contribuído para uma clara moderação das expectativas, pelo menos a Ocidente. Não se espera muito mais do Estado e das suas intervenções (ao contrário do que acontecia há vinte anos, quando se julgava ter a acção anticíclica dos Governos eliminado as crises para sempre), como a opinião pública já admite, sem grande resistência, que a prioridade das políticas económicas governamentais vá para o combate à inflação, em prejuízo do estímulo à expansão económica e da luta contra o desemprego.

Mas não nos iludamos: o actual nível de desemprego (com tendência a aumentar) poderá, como se referiu, não ter as catastróficas consequências sociais imediatas do passado, mas não deixa de produzir um efeito extremamente corrosivo, em particular sobre a juventude. A falta de perspectivas profissionais aflige boa parte dos jovens de hoje da Europa e da América. Ninguém pode prever quais serão as consequências políticas de um sentimento generalizado, por parte da juventude, de rejeição pela sociedade.

Noutro plano, as dificuldades económicas actuais coincidem com uma reconhecida necessidade, a Ocidente, de aumentar o esforço de defesa. A Leste, o consumidor tem sido a grande vítima dos acréscimos anuais do valor (em termos reais) das despesas militares. A «sociedade de consumo» ocidental deixou-se, assim, ultrapassar e foram precisas uma invasão (Afeganistão) e uma ameaça de invasão (Polónia) para a opinião pública começar a inquietar-se. Só que desviar recursos para a defesa quando a economia estagna, ou quase, torna-se politicamente difícil. A crise económica afecta, desse modo, a segurança — e não apenas o bem-estar das pessoas.

O problema é particularmente sensível na Europa, onde uma longa tradição de viver à sombra da protecção militar norte-americana parece ter desviado a atenção das responsabilidades com a defesa. É, afinal, essa relutância de assumir encargos com a própria segurança, com tudo o que isso significa politicamente, que — porventura bem mais do que a crise económica — tem frustrado a integração da Europa numa comunidade realmente unida.

CRISE NA INTEGRAÇÃO

É certo que a estagnação produtiva e o desemprego geram reflexos proteccionistas, travando a tendência para a integração económica internacional, tão em voga nos anos 60, quando se vivia um período de expansão e pleno emprego. Hoje a integração não está já na moda, e certas experiências selaram-se por fracassos, tendo sido parcialmente abandonadas (caso da integração na América Latina, através da ALALC, por exemplo).

Mas é sobretudo a vontade política que tem faltado à integração europeia. No Mercado Comum discute-se, agora, cada centavo do orçamento, procurando cada país membro contabilizar cuidadosamente os benefícios e os custos de pertencer à Comunidade. Nesse espírito é difícil prever que a CEE leve a bom termo as duas grandes tarefas que tem pela frente: reformar a política agrícola comum (excessivamente proteccionista, gerando distorções graves e absorvendo uma parcela enorme do orçamento comunitário), antes que se chegue à exaustão dos recursos para a financiarem; e proceder ao alargamento da Comunidade à Grécia (que já é o seu décimo membro), Portugal e Espanha.

A revisão da política agrícola europeia tem a ver, aliás, com a entrada do nosso país e da Espanha (até porque os franceses têm condicionado a segunda à primeira). Mas mais premente ainda é a necessidade de uma reforma institucional da CEE, em particular no que respeita aos mecanismos de decisão, de maneira a que a Comunidade de doze membros não fique condenada à paralisia. Ora, não se vê muito bem como será possível avançar nesse sentido — que exigirá uma certa dose de renúncia às soberanias nacionais, em favor de Bruxelas — sem uma forte vontade política integradora, a qual, por sua vez, implica necessariamente, de uma forma explícita ou não, um projecto comum de defesa. Resta esperar que os próprios problemas do alargamento representem o impulso eficaz para que a Comunidade Europeia consiga operar reformas sem as quais tenderá a diluir-se numa mera união aduaneira e pouco mais.

A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO

Se bem que, como atrás se referiu, não se possa imputar à subida do petróleo toda a responsabilidade no agravamento dos problemas económicos actuais, é inegável que a crise energética marca profundamente os

nossos dias. Quando se aponta a OPEP como um «cartel» internacional que logrou tirar todo o partido da dependência das economias industrializadas face ao petróleo, só se vê uma parte da verdade. Acontece que o papel da OPEP como monopólio tem sido exagerado: a realidade de fundo é a de uma escassez de oferta perante a expansão da procura de petróleo, fazendo inexoravelmente subir os preços.

Com ou sem a OPEP teríamos uma energia cara — a menos que se descobrisse (o que não aconteceu, pelo menos até agora) um substituto satisfatório para o petróleo. Com a energia nuclear alvo de forte contestação e com as fontes energéticas renováveis ainda de importância apenas marginal, a dependência em relação ao petróleo é enorme, numa altura em que a produção petrolífera mundial terá atingido, provavelmente, o seu máximo.

Poupar — isto é, conservar e não desperdiçar — energia revela-se, assim, uma das poucas linhas de defesa imediata contra o encarecimento do petróleo. O retorno ao carvão é outra via a que, cada vez mais, a escassez relativa do petróleo obriga a recorrer.

Embora os primeiros (e não acentuados) aumentos dos preços das ramas tivessem ocorrido já em 1973-74, só agora é que o consumidor europeu e, sobretudo, o norte-americano, começa a tomar plena consciência do problema. O atraso com que evoluíram — isto é, subiram — os preços dos produtos petrolíferos pagos pelo consumidor em relação ao custo do «crude» disfarçou a crise durante algum tempo. Só que, ao disfarçá-la, agravou-a também — na medida em que deixavam de funcionar incentivos não só para poupar como para desenvolver fontes energéticas alternativas.

Mas a tendência para um certo regresso às realidades do mercado — que já vimos caracterizar a economia deste tempo de crise — também se está a fazer sentir no sector dos produtos petrolíferos, em particular nos Estados Unidos, onde era maior a distorção. Desse modo vai entrando na consciência social a ideia de que o encarecimento das ramas, deteriorando as razões de troca para os importadores, significa que estes empobrecem, na medida em que terão de exportar cada vez mais bens para comprarem a mesma quantidade de petróleo.

Ou seja, também, o petróleo contribui para a acentuada moderação das expectativas de melhoria de bem-estar económico que, hoje, se suscitam nas sociedades industrializadas.

Entretanto, se os países ricos se preocupam, a Leste e a Oeste, com uma certa estagnação no crescimento, os países pobres vêm-se a braços com problemas aflitivos. Os «deficits» da balança de pagamentos aumentam vertiginosamente com o encarecimento do petróleo, as dívidas das economias do Terceiro Mundo aos bancos dos países do Ocidente atingem, já, níveis preocupantes, e as instâncias internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) tardam a encontrar fórmulas práticas e significativas de auxílio financeiro.

Estamos, de certo modo, no fim de uma época — quando parecem ter-se quase esgotado as virtualidades de desenvolvimento, ou até de sobrevivência, segundo os esquemas conhecidos. Ainda é cedo, porém, para se ter uma ideia do que serão as sociedades de futuro — nem sequer sabemos até que ponto seremos capazes de ultrapassar, em paz, os actuais problemas. Isso torna o tempo presente particularmente difícil, pela sua falta de perspectivas. Mas tais perspectivas novas não cairão do céu: terão os homens de as construir, agora. E essa tarefa é apaixonante.

Janeiro de 1981.

Francisco Sarsfield Cabral

**CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
ESTUDO DE GEOPOLÍTICA**

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

IV
DO CERCO AO EQUILÍBRIO

... em dia de san Ioam da dita era, encontrou com com uma nau da India, por nome san Filipe, a qual abalroou e tomou muito facilmente e mandou-a levar caminho de Inglaterra, a qual nova foi para esta cidade (Lisboa) de assás desconsolção e tanto espanto para todos por nunca se ver, até então, outra tal, mas eram os rios de ouro que diziam que haviam de correr pelas ruas sendo el Rei Dom Filipe Rey de Portugal e que não havia de ouzar ladrão nenhum de andar no mar, mas os rios de ouro, por nossos pecados mudaram-se para Inglaterra onde levavam a nata de tudo o bom de Portugal, como adiante ouvireis que ainda isto é pão e mel...

Memorial de Pero Roiz Soares, *1, Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, pág. 239, comentário relativo ao ano de 1587.*

Os acontecimentos do final do século XVI e do princípio do século XVII tinham já insinuado, de modo bem claro, que o destino de Portugal, enquanto estivesse na dependência política de Espanha, seria manifestamente secundário, sem que fosse mais seguro. Os centros europeus de decisão estavam longe, as áreas ricas também e o acesso que a elas podia ter Portugal dependia, sem dúvida alguma, da licença filipina. Nas áreas onde, antes, Portugal intervinha por iniciativa própria — o Atlântico, o Índico e mesmo o Pacífico — passou a estar sujeito, em virtude da sujeição dinástica à Espanha, a compromissos que, sem aligeirar os próprios, ainda mais forte-

mente o afectavam. Com efeito, em nada tinha diminuído o encargo de garantir a segurança das rotas que interessavam a Portugal e de que não podia desistir. As responsabilidades militares de Portugal tinham mesmo aumentado e não podiam ser enjeitadas: se os portugueses pretendiam conservar posições para, em melhor ocasião, tornar viável a recuperação da independência, não podiam desistir de serem eles próprios a assegurar a segurança das suas rotas.

Nas condições em que se encontravam, nesta altura, os confrontos europeus, a intervenção da Espanha em Portugal teria sido muito difícil de evitar. Para lhe atenuar os efeitos político-militares, os portugueses estabeleceram com o rei de Espanha, nas Cortes de Tomar, um estatuto jurídico cujos compromissos conservavam o máximo das possibilidades nacionais. A Espanha negociara-o tendo em conta a necessidade de integrar pacificamente Portugal, pouco depois de se terem constituído as *Provincias Unidas* e quando os Estados que as formavam tinham declarado a deposição de Filipe II. Muitos dos direitos nacionais de Portugal (afinal quase só os que estariam incluídos nas atribuições administrativas de um estado) permaneceram; por essa via podiam os portugueses nutrir uma certa esperança de vir a recuperar a independência plena. Mas estas perspectivas só podiam ser aproveitadas se o corpo nacional mantivesse intacta um mínimo da sua habilitação militar e se os seus corpos políticos continuassem capazes de permanecer sensíveis às alterações internacionais que se iam desenvolvendo, em condições portanto de se aproveitar delas.

Essas alterações iam desenvolver-se em dois planos: os estruturais e os conjunturais.

1 — *As propostas da conjuntura*

No final dos anos de 20, do século XVII, no decurso da Guerra dos 30 Anos, a Áustria, a França e a Espanha como estados e a Alemanha como conjunto político estavam envolvidos num processo de luta pela hegemonia europeia. Mas a decisão não podia ser alcançada só pelo confronto nas áreas cujo domínio mais directamente se procurava assegurar. A Áustria e a Espanha empreendiam um esforço decisivo para manter em segurança as principais zonas que cobriam as suas fronteiras que tinham resultado da evolução político-militar do século XVI. A França, muito mais desfavorecida, alargava a tática de negociar o apoio de forças marginais à definição

do poder europeu, embora importantes nas zonas que lhes competiam: Portugal, a Catalunha, o Báltico, como regiões; os antagonismos nacionais como motivações sociais de apoio.

Foi nessa base que se verificou a intervenção da Suécia na Guerra dos 30 Anos. Potência que ambicionava a hegemonia no Báltico, dispunha dos materiais estratégicos essenciais na época: o ferro, o linho e a madeira; tinha meios de pressão para dominar as entradas sobre a planície russa e a Polónia e manter uma posição de força na Dinamarca, de modo a tomar posições decisivas para as entradas no Báltico. Nutria pois a ambição de o transformar num «lago» sueco. Por aí, podia também exercer uma pressão político-militar poderosa sobre os estados alemães e constituir aí uma alternativa à hegemonia imperial. A resistência austríaca e russa a estes projectos era imediata e embora a intervenção desta última fosse, na altura, dispicienda, o mesmo se não podia dizer da austríaca que se revelava perfeitamente consciente dos propósitos suecos. Mas a recíproca também era verdadeira. Se a Alemanha se unificasse sob a direcção da Áustria, numa federação compreensiva de estados, certamente que a Suécia sofreria as consequências nesse mesmo mar que pretendia dominar: o Báltico. Por isso, a Suécia coincidia com a França, no seu voto de impedir uma Alemanha unificada sob hegemonia austríaca.

A intervenção da Suécia, solicitada pela França contra a Áustria, era acompanhada na Europa Central pela mobilização dos regionalismos alemães com vista a que se opusessem a qualquer forma de unificação. Na Europa Ocidental, em coincidência com esta manobra, a França orientava-se no sentido de impedir a mobilização contra ela dos recursos espanhóis. Para tanto, utilizava o mesmo tipo de recursos: o incitamento aos antagonismos regionais contra a hegemonia castelhana na Península. Evidentemente que tanto os Reis Católicos como Filipe II (os dois monarcas bem sucedidos na unidade hispânica do mundo moderno) conheciam a força do regionalismo e o carácter artificial e voluntarista da unificação da Península num só estado⁽¹⁾. Por isso, para a levar a efeito, invocaram, sobretudo, razões momentâneas, já que o comportamento real das populações era inteiramente oposto a essa unificação, mesmo que meramente dinástica. Os Reis Católicos invocaram, no século XV, para Aragão, o objectivo da hege-

(1) Uma península não é obrigatoriamente uma unidade geográfica. E, quando muito, uma unidade física.

monia da Itália. No século XVI, Filipe II invocou, para Portugal, a necessidade de garantir a hegemonia atlântica. Mas, no século XVII, esse objectivo estava já visivelmente distante das possibilidades espanholas. Os projectos unitários tinham, portanto, perdido capacidade política de mobilização, na altura em que os antagonismos regionais retomavam toda a pujança. Catalães, vascos, castelhanos, portugueses só podiam estar unidos se tivessem um objectivo que os dirigisse num só sentido que «valesse» a «perda» da independência. Desaparecida essa possibilidade, a consequência era a luta pela independência. Enfraquecidos os objectivos comuns válidos, e aceites, a garantia da unidade hispânica só podia estar, como o viu Olivares, na criação de estruturas unificadoras e na integração dos recursos diplomáticos, militares e económicos num estado, desse modo, centralizado. Mas a resistência a tais planos era vivíssima e, como se vê, as condições estruturais não os favoreciam. Foi no apoio à oposição aos planos unitaristas de Olivares que a França manobrou com vista ao enfraquecimento da Espanha.

No que diz respeito a Portugal, o rei era espanhol. Recebera por herança o reino, com as suas leis, o seu sistema administrativo, etc. Nada havia no estatuto estipulado pelas Cortes de Tomar (1581) que autorizasse o rei espanhol a alterar a situação do reino de Portugal, cuja coroa, em termos de direito, lhe tinha sido, *ocasionalmente*, entregue. Como rei de Portugal, teria de consultar as Cortes. Ou seja: só uma concepção regalista do absolutismo poderia modificar estas exigências políticas.

A intervenção da Espanha na Guerra dos 30 Anos (1628) e a clara política francesa de apelo aos antagonismos regionalistas quase coincidiu com as tentativas de reforço da unificação hispânica e o consequente projecto de subalternização dos foros e privilégios locais. O conde-duque de Olivares só esperava a oportunidade para o realizar. A consequência seria — pensavam os seus defensores — o reforço da posição da Espanha no concerto europeu. Isto é, a vitória da unidade Espanha-Austria sobre a França, defensora interessada das autonomias locais, aliada à Suécia e contando com o apoio da Holanda e a benevolência da Grã-Bretanha, tornaria viável o projecto da *Grande Espanha*. Esta certeza de que o ataque aos foros particulares seria inevitável, caso a Espanha vencesse a Guerra dos 30 Anos, era vivida em todos os reinos sujeitos à coroa de Espanha, e constituía um motor de intensa preocupação, frente à coroa de Castela. Era também um motivo de certeza do apoio francês aos mo-

vimentos de dissidência que pudesse formar-se com probabilidades de mobilização. Apresentavam-se bem claras as intenções do conde-duque de Olivares: a Espanha devia ser uma entidade unitária e centralizada e todos os seus componentes deviam estar subordinados, como províncias, ao seu Rei. E muito embora essa subordinação como províncias pudesse não ser contrária a uma consciência regional — era-o, com certeza, às consciências nacionais que se tinham vitalizado na independência.

Estes projectos de unidade hispânica de Olivares assentavam no pressuposto de que o interesse das diversas áreas da Península Ibérica pelos problemas europeus era igual e que todos se encontravam preocupados com uma hegemonia europeia de dimensão hispânica. Isto é, partia da ideia de que os problemas da Europa Central e da França tinham igual urgência para a Catalunha, as Vascongadas, Portugal ou a Andaluzia, e que as vontades nacionais estavam dispostas a sacrificar-se por esse novo projecto comum. Não sucedia assim. Mesmo o interesse da Catalunha mediterrânica quanto à sua autonomia não coincidia com o de Portugal, este voltado para o Atlântico, o Brasil e o mar do Norte. Mesmo estas duas nações, potencialmente aliadas, dispunham de recursos e de viabilidades de auxílios completamente diversos. Assim, a Catalunha podia ser uma aliada constante na França. Os seus interesses estavam essencialmente ligados ao Mediterrâneo e à América do Sul. Portugal, pelo contrário, ligado à Espanha por herança, tinha um reino a recuperar (não a reconstituir); tinha uma política externa com amplas tradições, ligada ao mar do Norte e uma aliança tradicional — a britânica; tinha possibilidade de aproveitar grandes interesses que criava no Índico, no Atlântico e em África. Os seus produtos tradicionais tendiam a ser concorrentes dos espanhóis e, nessas condições, não podiam esperar da unidade hispânica grandes possibilidades para conservar mercados próprios, desde a Europa à América do Sul. Por outro lado, o açúcar procurava necessariamente os mercados do Norte da Europa, enquanto o tráfico escravo se dirigia a clientes portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses, negociados no local. Lisboa visava o comércio intercontinental com a Índia e a China. O consumo dos seus artigos só podia ser procurado na Inglaterra, na Holanda e na Alemanha. Outro tanto se pode dizer para as Vascongadas, cuja indústria mineira estava em concorrência com a Suécia e procurava a Inglaterra, também pretendida para a lã de que a Mesta tinha feito o monopólio, concentrando a produção nos

portos do Norte da Espanha. Como unificar os interesses nacionais castelhanos numa linha comum à Catalunha, às Vascongadas, a Portugal, com as suas zonas de interesses específicos a cada um deles? Onde é que as zonas de influência directa que iam da Índia ao Brasil, da África às zonas do Norte podiam coincidir com os que visavam o Levante ou a Itália? Para que lhes servia a unificação?

No ponto de vista político, a posição de Portugal também era divergente. Dotado de uma política externa, baseada no cálculo ponderado e empírico dos interesses internacionais, em consonância com o seu esforço de sobrevivência, Portugal não podia, depois da ocupação espanhola, utilizar ou manejar os privilégios de que dispunha, no sentido de criar colónias de mercadores nos grandes portos europeus, ou mesmo nos portos espanhóis da América do Sul. As colónias que os Portugueses tinham constituído na Flandres e em Londres estavam afastadas de qualquer ligação à nova realza espanhola e altamente contaminadas pelas diferenças de religião e outras dificuldades de contacto com o país de origem. Portugal, sem a sua política externa tradicional mas com necessidade de tráfego comercial com a Europa do Norte, tinha chegado, portanto, a uma situação de insegurança, ainda maior do que no século XVI. Na prática, afinal, em face destas divergências com a Espanha, não podia ter protecção diplomática, nem negociar contratos ou concorrer com os espanhóis, o que, na verdade, era inevitável. A ligação de Portugal à Espanha afastava-o da Europa ou tornava essa ligação sujeita à consideração dos interesses espanhóis. E a política global destes não podia admitir qualquer divergência nas áreas europeias onde a sua hegemonia era disputada. Em toda a parte, os interesses portugueses tinham pois de se subalternizar: consequência grave mas inevitável. A posição de Portugal, em todas estas áreas, não podia coincidir com a Espanha.

Podemos considerar, para as questões relativas à política externa, três fases bem distintas na evolução do domínio espanhol em Portugal. A primeira vai até à crise financeira de 1607-1608, com o fim das ilusões acerca das vantagens económicas e políticas da unidade hispânica. A segunda vai até 1628, durante a qual desaparecem as possibilidades da interferência de Portugal na vida política espanhola, com o afastamento inevitável das propostas da transferência da capital das Espanhas para Lisboa, juntamente com a falência dos projectos da constituição de companhias mono-

polistas em Lisboa, Sevilha, Bilbao e Barcelona e com os ataques dos holandeses ao Brasil. A terceira, finalmente, é ocupada pelo processo da preparação da independência. A ameaça à autonomia portuguesa não foi o problema mais importante, no decurso de todo o período da ocupação espanhola. Verdadeiramente, só começou a verificar-se na terceira fase.

Depois de 1628, as condições da sociedade portuguesa tornaram-se altamente receptivas quanto ao restabelecimento da independência que lhe trouxesse, de novo, o acesso a uma política externa própria, com possibilidade de Portugal dispor de meios para promover negociações directas, ou tomar a iniciativa das expedições militares. Quando, na Índia, as frotas portuguesas tiveram de enfrentar a armada inglesa ou quando, em Macau e no Brasil, os holandeses atacaram os portugueses, estes resistiram com os recursos locais e reduzida capacidade em obter meios de defesa. Em compensação, o vice-rei da Índia, o conde de Redondo, pôde realizar negociações directas com os ingleses com excelentes resultados práticos. Não tinha sucedido o mesmo no Brasil, onde Maurício de Nassau conseguira ocupar Pernambuco. Para lhe fazer face, intercalavam-se as ameaças e os confrontos. Não era o Conselho de Portugal, com sede em Madrid e obrigado a ter em conta múltiplas coordenadas estranhas ao País, que podia resolver ou definir uma linha de política externa útil para Portugal. O nosso país encontrava-se, até, em conflito com espanhóis no Peru e no Prata, embora os interesses coincidissem em África e nas Caraíbas. As posições portuguesas podiam ter aspectos de concordância militar relativamente à Flandres, Holanda e Dinamarca, mas pouco lhes interessava o Mediterrâneo e a Europa Central que, por sua vez, absorviam grande parte das forças espanholas. Para definir uma política externa relativa a Portugal e a Espanha, havia, portanto, mais áreas de conflito do que de acordo. Contudo, Portugal ainda não estava em condições de restabelecer, como tinha feito entre o século XII e XVI, a sua separação relativamente aos Estados da Península para poder levar por diante a defesa dos seus interesses económicos e políticos.

O escol português nunca tinha deixado de pensar nesse sentido. Do mesmo modo, havia espanhóis para quem contava muito o receio de que a unidade da monarquia peninsular desse aos portugueses possibilidade de entrarem nas suas zonas reservadas da América do Sul. E caso se mantivessem as duas nacionalidades distintas, embora colocadas debaixo do mesmo rei, tal possibilidade podia estar afastada. E foi o que sucedeu.

A ideia de que Portugal, durante o domínio espanhol, não concebeu a política externa que lhe convinha e não lutou por ela, é falsa. Certo é que lhe não foi possível impô-la às dominantes espanholas, mas nunca perdeu de vista a linha de orientação que mais lhe servia. Na evolução para a reconquista da independência — isto é, para a reconquista de uma política externa soberana — primeiro, foi preciso desgastar-se a doutrinação acerca da legitimidade do poder, como herança, e substituí-lo pelo conceito de realeza com um serviço nacional, não definida, portanto, só por direitos herdados. A prova de que a comunidade nacional continuava vigilante está precisamente, por paradoxal que pareça, no facto de, vigiando as condições mundiais não ter gasto as suas forças numa luta precoce que anularia as instituições próprias, base da acção eficaz, logo que surgisse uma oportunidade com probabilidade de sucesso. As Nações não são aventuras: são instituições naturais. Defendê-las não é usá-las, mas evitar que se destruam. Há tempo para proteger e tempo para atacar: regra de ouro da defesa das nacionalidades. Assim, os portugueses começaram por aceitar a política de tréguas, seguida pela Espanha, tendo mantido as suas relações com o Norte de África, a Inglaterra e a Holanda. Os comerciantes ingleses negociaram mesmo privilégios para o seu comércio, mantendo-se aberto esse mercado tradicional. O mesmo se verificou com a Holanda. Ao mesmo tempo, independentemente dos seus projectos de hegemonia política, Lisboa e a costa portuguesa iam retomando o seu papel transitário. As potencialidades internacionais da costa portuguesa voltaram a aperceber-se do interesse europeu contido na independência portuguesa, quando já era evidente a vocação do seu escol para retomar a direcção do Estado. Por sua vez, a especialização económica nacional, seja no Brasil com o açúcar, o tabaco, e depois o couro, seja na metrópole com o sal e o vinho, davam-lhe a indispensável autonomia económica. Além disso, ainda, a derrota da proposta para que a capital das Espanhas fosse Lisboa, revelou, afinal, a consciência de que Portugal só podia defender-se se retomasse o cálculo programático das medidas a tomar, com uma política externa adequada, de sua própria responsabilidade.

2 — *Habilitações estruturais: a navegação*

A situação diplomática e estratégica europeia evoluía, em diversos sentidos, de um modo que viria a reflectir-se, com a maior relevância, em Portugal.

Alterações profundas em diferentes domínios essenciais da vida social, económica, política e militar conduziram a que se definisse, a partir do segundo quartel do século XVII, uma situação dotada de novas, grandes, potencialidades. Num primeiro aspecto, verificava-se o aparecimento, não só de mais potências marítimas, como de um número muito maior de navios, facilitado por consideráveis melhoramentos na construção naval e nas técnicas de navegação que permitiam tentar e praticar novas rotas, além das vias já conhecidas. A descoberta desses novos recursos de navegação assegurou mais tráfego. Por isso, a concorrência internacional tornava-se maior e a incontestável hegemonia espanhola, mesmo que se exercesse sobre áreas bem definidas, não podia chegar a todas as que já eram utilizadas: a doutrina do *mare liberum* resultava, afinal, das maiores possibilidades de navegação em todos os lugares e regiões, o que tornava a aplicação da doutrina do *mare clausum* um encargo materialmente insuportável, caso não houvesse uma ordem internacional respeitada, com os seus árbitros autorizados e acatados. E essa ordem não existia: nas condições internacionais de permanente confronto, tornava-se impossível que tal acontecesse. O aumento da construção naval e os novos meios de navegação permitiam que o mar fosse mais devassado; portanto, a hegemonia espanhola, embora não tivesse desaparecido por completo, não podia proceder ao patrulhamento efectivo dos mares. O mar estava realmente livre. Mas não se abriu por enfraquecimento da Espanha. Ocorreu em face das novas condições de navegação que ampliaram consideravelmente as possibilidades de acesso de novos concorrentes às diferentes rotas, sem que, paralelamente, tivessem surgido meios militares eficientes para o impedir. E como a Espanha não conseguiu aumentar os seus meios de vigilância e controlo, foi obrigada a reconhecer, ou a aceitar, essas possibilidades de navegação para outras potências. Como tal, teve de se resignar à partilha dos direitos do mar.

Esse melhoramento das técnicas de navegação, acompanhado da maior rapidez e aperfeiçoamento da construção naval, trouxe até mais eficácia na navegação solitária e com ela o aumento da pirataria. O curso que o século XVI conhecera⁽²⁾, sem desaparecer, passara para segundo plano no domínio das preocupações internacionais, enquanto a pirataria se tor-

(2) Ruy de Albuquerque, *As represálias. Estudo de História do Direito Português (séculos XV e XVI)*. Lisboa 1972.

nava um acontecimento alarmante, desprovido, como estava, de meios de ligação ao campo legal, como sucedia com o corso. A construção de navios rápidos acentuava a diferença entre navios piratas e navios comerciais e obrigava à necessidade de organizar comboios de navios, providos de protecção militar naval. O mar tinha-se tornado mais seguro, pela qualidade dos navios, com navegação mais diversificada pelo maior número de áreas economicamente interessantes. Tornava-se, porém, mais arriscado pelo aumento da pirataria. Fenómeno essencial que vai ao encontro de novas condições tecnológicas, demográficas e políticas verificadas no continente.

Com efeito, este acontecimento ocorre quando se verifica o crescimento económico da Europa do Norte, tanto no domínio comercial como agrícola. O melhoramento da produtividade agrária e o conseqüente aumento das exportações do Norte da Europa, faz com que as potências marítimas daquela zona se interessem pelo mercado mediterrânico, desde sempre, ávido de cereais. Por essa via, a costa portuguesa retoma importância europeia, não só como no século XVI em relação aos novos mares, mas renovando-se como zona indispensável ao comércio transitário e de acesso ao Mediterrâneo.

Enquanto estas lentas ocorrências levam a uma diferente definição das costas e do mar, as guerras do continente europeu renovavam-se, com campos bem diversificados, no que se refere ao seu conteúdo estratégico: a zona oriental, de confronto com o turco; a da Europa Central onde, como se viu, se desenvolviam e acumulavam os antagonismos e as divergências que conduziram e alimentaram a Guerra dos 30 Anos; a zona da Flandres, da Holanda e do mar do Norte, que tangiam, mais directamente, com o Atlântico e o domínio do Reno e da Alemanha Ocidental. Mas, embora comportasse essas três áreas de influência (ou de guerra), a Europa não estava tão diversificada em potências hegemónicas. Dois grandes estados aliados — a Espanha e a Áustria — tinham responsabilidades políticas e militares em todas essas regiões, onde, por sua vez, os adversários se dividiam: a África enfrentava, a Oriente, o turco e a Ocidente, o francês, na rivalidade relativa à hegemonia na Europa Central. A Espanha enfrentava a França no Mediterrâneo e na sua influência sobre a Flandres. A paz (concebida em termos de hegemonia) era sempre interpretada de uma forma precária. A Áustria destinava-se a unificar a Ale-

manha e a partir daí, expulsar os turcos e destruir os «reformados»; a Espanha projectava dominar a Flandres e assim esmagar essa mesma Reforma. Para mais longe, unia-os a esperança de reunir a hegemonia marítima com a hegemonia terrestre. Possível? E quais os limites do seu poder? Como o usariam? A França encabeçava o cepticismo de grande parte da Europa acerca do uso que se faria dessas preponderâncias e dos exércitos que as corroboravam.

Não obstante, apesar das anarquias da guerra, a Europa Central e Ocidental exibiu, até 1620, uma crescente capacidade de produção. Depois da prosperidade agrícola do final do século XVI, a que se seguiu uma crise de vendas e de crédito, os preços retomaram o seu sentido ascendente. O facto não deixou de estimular o comércio, no sentido de procurar novos lugares de comércio. De qualquer modo, era da Europa Central e Ocidental que vinham os excedentes que garantiam este último, alimentavam os exércitos e estimulavam as capacidades locais. Estas continuavam a ser decisivas quer porque diminuía os encargos militares quer porque os meios de transporte terrestres e marítimos não dispensavam o apoio dos pontos intermédios e os lugares de abastecimento. O século XVII desenvolve-se, pois, no ponto de vista estratégico, sob o signo da influência cada vez maior das zonas intermédias para garantia das grandes áreas de decisão. Os grandes estados podiam ser hegemónicos mas não dispensavam o apoio de satélites, para lhes aumentar a segurança. E as ruínas causadas pela guerra tornavam indispensável recorrer a outras zonas de abastecimento e defesa. Estratégica e economicamente, a Europa Central não se bastava a si mesma.

3 — *Do exército e das armas*

Evolução semelhante se verificava nas condições militares. Os objectivos dos grandes estados continuavam a ser o estabelecimento de uma hegemonia estável, mas, no século XVI e princípio do século XVII, a sua definição era mais fácil. A superioridade militar assentava no manejo dos corpos militares organizados e caros, cuja disponibilidade só estava ao alcance de potências ricas. O uso concentrado dessas tropas especializadas era a única maneira de ganhar as guerras e as cidades, em crescimento, estavam ao alcance dos ataques e cercos, procedimento característico do século XVI, em que a artilharia e os exércitos baseavam a

sua acção na possibilidade efectiva de actuar sobre as cidades e centros económicos, que tinham — ou não — possibilidades de se defender. Foram esses os fundamentos da tática militar dos portugueses na Índia; assim chegaram os turcos às portas de Viena, as tropas imperiais saquearam Roma, os ingleses incendiaram Edimburgo e pilharam Cádiz, assim como os espanhóis ocuparam Leyde, ect. Do mesmo modo, as batalhas campais do século XVI, quase todas travadas junto a cidades, visavam impedir os exércitos de agir sobre elas ou sobre outros centros como sejam portos, estradas minas, acampamentos comerciais ou lugares de passagem. As grandes aglomerações no século XVI exerciam funções políticas e sociais que ligavam ao seu destino à força militar. Tornavam-se, pois, indispensáveis os exércitos especializados e concentrados, providos de meios de acção para as coagir à vontade política do mais forte. O facto tornava os países dependentes da capacidade de defesa dos seus principais centros. Na verdade, no século XVI, havia uma enorme diferença entre a força da população e a dos exércitos, assim como das condições de ataque a uma cidade e a possibilidade da sua defesa, o que obrigava ao recurso constante a forças armadas. Estas, para ter valor, precisavam de poder agir sobre as cidades. Como mero exemplo, cite-se a preparação de um exército para a defesa de Lisboa, em 1572. Acrescentar-se-á, ainda, que Lisboa ficou inteiramente à disposição das tropas do duque de Alba, em 1580. As tropas especializadas espanholas dispunham de meios de investimento de excepcional eficácia. E a posse da cidade decidiu do domínio do País.

A situação começou lentamente a modificar-se desde fins do século XVI. O facto está relacionado com o aumento da capacidade do combatente individual e a sua auto-subsistência. A possibilidade de constituição de pequenos grupos de combatentes ajustados às possibilidades do terreno, impedindo a ocupação integral do território, retomou importância na defesa nacional. A guerra dos *gueux*, na Holanda, desencadeada na década de 1570, era uma primeira prevenção a esse respeito, numa área com grandes recursos de abastecimento, por um lado, e de apoio popular, por outro. Terminou, como é sabido, pela vitória desses mesmos *gueux* (que nada tinham de maltrapilhos), numa área dos Países Baixos cheia de possibilidades para a constituição de um estado, como realmente veio a verificar-se.

Esta evolução no sentido do aumento do poder ofensivo das pequenas armas e a conseqüente valorização ofensiva das pequenas unidades de combate, quer pelo aperfeiçoamento das pistolas, quer pela diminuição do

peso dos mosquetes, quer ainda pelo uso do cartucho como munição que tornava o mosqueteiro, de certo modo, quase tão auto-subsistente, como já o tinha sido o cavaleiro, cria uma situação sócio-militar nova. Por volta de 1615 aparece o fuzil que, a partir de 1630, veio a tornar-se uma excelente arma individual. Evolução semelhante se verificou com a artilharia, que se tornou mais manejável, tanto no transporte como no uso.

Além disso, passou a ser, também, mais barata, leve e disponível, tendo-se aperfeiçoado as técnicas de disposição do tiro, a partir das muralhas. Nesse aspecto, a cidade passou a estar mais protegida por fortalezas de acesso e a poder defender-se melhor porque passava a dispor de maior número de combatentes detentores de armas mais acessíveis e eficazes. Estes dois factos conduzem ao restabelecimento do papel das fortalezas e dos lugares fortificados.

Por esses mesmos motivos, os exércitos precisavam de promover a ocupação efectiva do território, o que não podia ser levado a efeito só pelo esmagamento do exército inimigo. Na verdade, grupos armados podiam continuar a actuar contra o vencedor e ainda com maior perigo para ele. Em consequência disso, o conceito de território nacional renovou a sua função estratégica, uma vez que se tornava mais praticável uma resistência colectiva. O poder de tiro dos guerrilheiros passou a ser considerável. É este facto que está por detrás da completa impossibilidade de a Áustria dominar a Alemanha, apesar da excelência do seu exército e da qualidade dos seus generais, assim como explica o insucesso suco em assegurar o território conquistado pelas vitórias de Gustavo Adolfo. O mesmo se dirá da eficácia da resistência armada contra os turcos e da capacidade de resistência dos portugueses contra os holandeses do Brasil. Estes nada conseguiram fazer contra a guerrilha portuguesa e brasileira, depressa transformada em exército que, a partir do interior e com o apoio do governo português, conseguiu recuperar a terra brasileira. A consequência diplomática desta situação geral é a inutilidade do prosseguimento da guerra, quando se chega a uma situação nacional desta natureza, tornando-se indispensável manter, por parte do estado, capacidade de negociação política.

No mar, as condições de manobra dos navios contiuram a melhorar, aumentando a sua capacidade militar quer em artilharia, quer pela diminuição do número de marinheiros e consequente aumento no número de soldados. Por outro lado, o navio dispunha de muito maior

autonomia, desde que tivesse assegurado um pequeno número de pontos de apoio: portos e estaleiros.

Neste contexto novo e complexo, o território e a população portuguesas recuperaram todas as potencialidades estratégicas e passaram a constituir, caso se desencadeasse uma revolta, uma área de difícil ocupação, por um lado, e de apoios navais negociáveis, por outro. Com o aumento da eficácia das armas de fogo individuais e o melhoramento da defesa dos centros populacionais, como focos de resistência e de acção ofensiva, o território português recuperava as suas condições de defesa, numa superfície difícil de «ocupar», como tinha tido até ao século XVI. Com efeito, foi nesse sentido que D. Manuel fortificou o território, instalando ou reconstruindo fortalezas ao longo da fronteira terrestre⁽³⁾, tendo assegurado igualmente as fortalezas do século XV, no eixo interior do País, Barcelos-Guimarães-Vila da Feira-Ourém-Óbidos.

No século XVII, os exércitos revelavam pois menor diferença em capacidade de acção armada, relativamente à população. Deste modo se explica a violência repressiva durante a Guerra dos 30 Anos. E por essa mesma razão, os exércitos precisavam melhorar a sua eficácia, pela disciplina, concentração do poder ofensivo e aproveitamento planeado da força disponível. É o que se verifica nas transformações levadas a efeito durante e em consequência da Guerra dos 30 Anos. Assim como se percebe o levantamento da Catalunha, em 1640, realizado a partir das novas condições de resistência dos centros populacionais e do aproveitamento do terreno montanhoso. Para enfrentar os espanhóis, os catalães puderam levar a efeito uma guerra de posição e de desgaste, que só terminou quando, pelo completo isolamento da Catalunha, foi possível uma paz negociada. O aproveitamento estratégico das regiões e a sua consequente autonomia passava, por outro lado, a ser utilizado, nas negociações diplomáticas, como forma de evitar as guerras demasiado onerosas em vidas e dinheiro.

4 — *As exigências da espera*

Portugal, sob o domínio espanhol, depois de 1580, não tinha, como se disse, política externa independente. Não quer isto dizer que a comu-

⁽³⁾ *Livro das Fortalezas* de Duarte Damas. Introdução anotada por João d'Almeida, Lisboa, 1943.

nidade não fosse sensível ao problema e não tivesse meios de revelar a consciência dos seus interesses e do alcance das posições essenciais, existentes e a tomar. Há, na verdade, durante o domínio espanhol, uma atitude portuguesa quanto à política externa, solicitada, por intermédio de Lisboa, ao Conselho de Portugal, em Madrid, mas que quase nunca foi atendida. Acentuava-se, assim, no escol português, a certeza da importância da independência política. Deve dizer-se que a situação era, na realidade, insolúvel, caso ela se não recuperasse. Com efeito, nas condições em que estava a Europa, a Espanha levava a efeito uma política de intervenção generalizada. Portugal, pelo contrário, tinha exigências e competências claramente sectoriais. Mantinha a tenção de procurar vias de escoamento no Norte da Europa e de assegurar as linhas de tráfego com a Índia e o Brasil e de conservar o acesso directo aos mercados para o açúcar, pimenta, vinho e sal portugueses. Assim como não esquecia, evidentemente, as suas crescentes disponibilidades para o tráfego transitório que resultava dos numerosos e excelentes portos de que dispunha no Atlântico. Por sua vez, o Brasil tornava-se uma área de produção e povoamento para o qual se podiam prever as melhores perspectivas. Importava defendê-lo a todo o custo.

A primeira advertência geral quanto às possibilidades de apoio por mar resultou da própria acção francesa contra os Açores, em 1582. Mas, depressa, os portugueses se aperceberam que, dado o primeiro, decisivo, passo que tinha sido a entrega da coroa de Portugal aos Filipes, a inevitável recuperação da independência tinha de ser feita com cautela. Na verdade, se Portugal não queria aparecer como amigo de Filipe de Espanha, também não o queria ser dos seus inimigos, cujas exigências eram extraordinariamente vorazes, completamente desinteressadas dos interesses portugueses. Além disso, conhecida a capacidade militar e naval espanhola e as condições de vida nacional que Portugal mantinha, a reconquista da independência tinha de esperar por uma oportunidade; o auxílio externo necessário à empresa era, então, relativamente limitado e de pesadas condições, tendo em conta que a costa portuguesa tinha perante si o mar oceano que não era o mar do Norte por onde os auxílios se podiam esperar com facilidade. No mar *ainda* mandou a Espanha, durante alguns anos. Era bem evidente que esta não admitiria uma quebra do prestígio tão grande como a de perder Portugal, logo depois de o anexar: envolver-se-ia, sem qualquer dúvida, numa guerra dura e decisiva, para a qual tinha, na altura, todos os meios necessários. Não podia ficar em cheque perante

a Europa; uma incapacidade em Portugal provocaria outras tentativas de levantamento na Alemanha, na Flandres e na Itália, etc. Assim, depois da perda da independência, em 1580, a sua recuperação só poderia ser conseguida por uma guerra geral e decisiva, não por uma guerra local e de guerrilha. E os portugueses sabiam-no. Não tinham política externa de sua iniciativa, mas não estavam desprovidos de um escol dirigente acatado e consultado entre os portugueses e que vigiava as ocasiões. A atitude desse escol foi a de verificar que tinha de manter as hierarquias que definem uma Nação ocupada e esperar. Só que tinha de esperar de uma forma intensamente informada da situação europeia. Como nacionalidade, Portugal não perdeu os seus recursos institucionais e culturais, a sua capacidade de debate e de construção duma análise política adequada. É o que se pode ver em Frei Amador Arrais, Pero Roiz Soares, Salgado de Araújo, João Pinto Ribeiro, Rodrigues Lobo, Dr. António de Sousa de Macedo, D. Francisco Manuel de Melo, etc. Só que tal não podia bastar para que a independência fosse recuperada, pois iria afectar, em condições extremamente perigosas, o prestígio da Espanha. Por outro lado, o condicionamento tecnológico da valorização do combatente individual, só amadurecia lentamente, pelo que as perspectivas de levantamento nacional imediato eram limitadas. Havia que esperar.

Até 1630, ainda estavam de pé quase todas essas condições que tinham levado à perda da independência. O desastre espanhol da *Invincível Armada* tinha posto problemas interessantes, como sejam o da especialidade da tecnologia naval e portanto a impossibilidade em que, afinal, a Espanha estava de reunir forças navais de diferentes proveniências geográficas. Finalmente, os ataques de Francis Drake às costas hispânicas (1589-1596) tinham revelado a precaridade das defesas peninsulares para um ataque súbito, mas mostraram também a resistência inevitável aos ataques prolongados. Portugal mantinha o seu domínio sobre o território nacional: as ordens de resistência ao invasor inglês foram integralmente cumpridas. A monarquia espanhola era atacável mas não era frágil e o seu aparelho militar e naval funcionava dentro das condições técnicas da época. Não lhe foi difícil levar a guerra naval às costas da Irlanda (1596-1602). Nas condições da Europa do 1.º quartel do século XVII, não se vislumbravam ainda grandes possibilidades de resistir ao exército, artilharia e armada espanhóis. Assim se manteve um equilíbrio precário. Entretanto, definem-se melhor as viabilidades da política interna, em que se colocam o Estado espanhol

e os seus apoios, assim como as oposições que é indispensável considerar. As dificuldades quanto à unidade da Espanha tornavam-se maiores com a viabilidade do regionalismo e tinham de ser cuidadosamente ponderadas. É dentro deste contexto que se deve considerar, tanto a expulsão dos moriscos (1609) como a irregularidade do uso da Inquisição, quanto à Espanha; a sucessiva revogação das cláusulas militares do Édito de Nantes, culminando no certo de La Rochelle (1626), perdida pelos protestantes, quanto à França. Ou ainda a instalação de serviços repressivos da opinião na Grã-Bretanha, na Suécia, etc.

Perante as perspectivas dos levantamentos locais no século XVII, o aumento dos recursos para mercado, a necessidade de defesa militar das áreas mais povoadas, as possibilidades portuguesas cresciam. A sua capacidade política de intervenção crescia igualmente, como pode ver-se pelas suas propostas que atingem, nalguns casos, dimensões peninsulares. Foi o que sucedeu com a proposta de transformar Lisboa na capital das Espanhas, termo que abrangia os diferentes reinos peninsulares. Essa nova atitude toma posição pública, na visita a Lisboa de Filipe III de Espanha (II de Portugal) em 1621. Mas dela nada, evidentemente, podia resultar. Marca, afinal, o início da viragem para a reconquista da independência.

5 — *O sentido dos antagonismos europeus*

Enquanto se dava uma evolução desta natureza, a Espanha procurou, por toda a maneira, chegar a relações internacionais estáveis, tanto com a França como com a Holanda e a Inglaterra. Estabeleceu uma trégua com as Províncias Unidas (1609), firmou uma aliança com Viena, a paz com a França (1612) e Sabóia (1617). Mas não há dúvida que as dificuldades internas, nos finais do primeiro quartel do século, tornavam esta orientação bastante precária. Impunha-se definir uma hegemonia.

Na Europa Central, a possibilidade do território alemão se manter desunido, entre as duas grandes potências em confronto — a Áustria e a França — começava a tornar-se uma solução, desde o princípio do segundo quartel do século. Era patente que os estados alemães, unidos, estariam em condições de decidir do equilíbrio europeu, a favor de quem promovesse ou dirigisse essa união. Era isso vantajoso para quem? A Alemanha tinha, assim, no século XVII, a mesma função que a Itália teve, entre os séculos XIII e XVI: quem nela tivesse a hegemonia, dominaria a Europa.

A partir do primeiro quartel do século XVII, veio a verificar-se uma espécie de corrida ao domínio da Alemanha, desde o mar do Norte e o Báltico à Baviera, e à Saxónia. Entretanto, o aumento das potencialidades do regionalismo acentuava uma terceira via: a manutenção dos estados regionais alemães, hipótese que a França perfilhou e que Richelieu sistematicamente aplicou, desde 1628.

No início do século, não parecia que a área atlântica tivesse um grande papel no equilíbrio europeu. Na realidade, não tinha. Era uma importante zona de tráfego mas muito pouco do que lá circulava era essencial à subsistência da Europa, embora as exportações para o Oriente e para a América do Sul, assim como as respectivas importações, tivessem um papel sensível como estímulo à produção e à poupança e fossem uma forma de captação de capitais disponíveis, por parte da burguesia comercial. Para uma ponderação estratégica essencial, o Atlântico, na primeira metade do século XVII, só o era para a Península Ibérica. A Inglaterra e a Holanda realizavam um tráfego rendoso que lhes trazia grandes capitais e uma influência comercial que não decidia da sua fundamental posição europeia: só a acrescentava.

No fim do primeiro quartel do século, a Europa tinha zonas de confrontos diferentes das que essencialmente interessavam a Portugal; foi nelas que se desencadearam os primeiros choques da Guerra dos 30 Anos. E nessas mesmas zonas se decidiram. A Áustria, cujo poder central se tinha organizado no século XV e XVI, tinha adoptado uma espécie de federalismo centralizado; nele esperava integrar os estados alemães. A Reforma religiosa tinha tornado difícil a sua consolidação. Em face disso, a Áustria tentava agora a via militar para esse projecto de incluir alguns estados alemães na sua área política. Assim já tinha sucedido com a Boémia e a Hungria, regiões-chave da Europa Central. Para além desses territórios, na zona montanhosa dos Balcans, em poder dos turcos, começava a defesa da Europa.

Na área alemã, predominavam os pequenos estados. Tornava-se insuportável para a Áustria que a França, a Polónia ou a Suécia pudessem substituí-la junto dessas pequenas potências, com o que a Áustria se sentiria directamente ameaçada. Por isso, concentraram-se na Guerra dos 30 Anos as ambições à volta da unificação política da Europa Central. A Áustria tentava tomar para si uma área sempre crescente de interferência, de modo

a assegurar na Alemanha a sua presença hegemónica. Para integrar aqueles territórios numa coordenação governativa centralista, ainda que mínima, tornava-se indispensável que a questão religiosa alemã ou fosse resolvida ou ocorresse uma alteração de mentalidade que permitisse que por ela se não agravassem as divergências regionais: a nação alemã tinha de se tornar mais importante que a religião pelo que, para defender a primeira, poderiam conciliar-se diferentes confissões religiosas ou mesmo desistir delas. Era o ponto de vista da Áustria. Em contrapartida, para impedir o papel unificador desta última, como estado unificador da Europa Central, impunha-se ampliar as divergências nacionais, regionais ou religiosas, para que se tornassem irreconciliáveis. Era a orientação da França.

Assim, o esforço pela unidade da Europa Central, encabeçado pela Áustria e o da regionalização da mesma área, encabeçado pela França, exprimiam as duas habilitações essenciais da Europa: a unidade do Estado e a capacidade do regionalismo. É à volta deles que se travam as principais lutas, sobretudo depois da vitória da Montanha Branca (1620) que integrou o trono da Boémia no Império Austríaco. Alcançada esta vitória da Áustria, seguiram-se manobras de formulação mais política do que militar. Com efeito, todos os triunfos militares chegavam a soluções que não podiam ter continuidade perante as dificuldades da ocupação. A Áustria, ao pretender dar estabilidade ao seu domínio, inicialmente, quase garantido, encontrava a insuperável resistência religiosa e autonomista, estimulada pelas potências vizinhas que pretendiam dispor de influência na Alemanha: assim procediam a França, a Suécia, a Dinamarca, a Holanda. Foi essa esperança de influência ou a ameaça do seu desaparecimento (caso se reunissem todos os estados da Europa Central sob a égide da Áustria) que provocou a intervenção da Dinamarca, da Suécia e depois da França. E foi contra esta última, mais determinada na sua resistência, que se deu a aliança militar entre a Espanha e a Áustria com vista a enfrentar-lhe as manobras políticas, diplomáticas e militares. Por sua vez, a França lutava por diminuir a influência espanhola na área Ocidental do continente europeu, de modo a que a Áustria viesse a ter de se cingir aos recursos estratégicos que a área da sua influência lhe podia oferecer: ficaria absorvida pelas contingências dos interesses alemães, da ameaça turca, o que atenuava consideravelmente a viabilidade dos planos da unificação federal da Europa Central e, a mais longo prazo, da Europa.

Um projecto importante neste conjunto era pois a aliança entre a Áustria e a Espanha. Ambas as potências dispunham, como se vê, de considerável influência europeia. A Espanha dominava o Mediterrâneo Ocidental, com a posse da Península, e de parte da costa de Marrocos, tinha a hegemonia da Itália, assim como da foz do Reno. A Áustria dispunha de uma sólida influência na Europa Central, era um bastião prestigiado contra os turcos. A Espanha acrescentava, depois da anexação de Portugal, o domínio da América do Sul, além de uma presença não dispicienda em África, no Oceano Índico e até ao mar da China. Não eram estas últimas regiões essenciais para a hegemonia europeia; mas condicionavam-na. Compreendiam, sobretudo, zonas de fornecimento de riquezas que aumentavam a capacidade de captação de capitais a quem delas dispunha. As possessões ultramarinas eram, sobretudo, um excepcional estímulo para o desenvolvimento da Europa, forçando-a a produzir matérias-primas (metais) e a fabricar mercadorias que lhe permitissem alcançar esses bens de proveniência externa, desde o ouro às mercadorias sumptuárias ou aos consumos exóticos. Fosse como fosse, dispor desses recursos, sem ser decisivo como prova de força económica e militar, significava que se dispunha dos meios de pagamentos que permitiam a manutenção dos exércitos. Evidentemente que o facto só era possível porque a Europa assegurava a produção de excedentes económicos, com os quais podia pagar todo esse comércio exótico. É indispensável dizer-se que a existência desse comércio intercontinental criado pela Europa não constituiu, inicialmente, um reforço do poder europeu. Era, sim, a expressão da sua capacidade: apesar da evasão de bens que esse comércio representava para a Europa, a exportação de grande número de produtos mantinha-se sem que se verificasse um abaixamento sensível no nível de vida habitual da população activa. A subida dos preços no século XVI exprimia, sobretudo, uma desarticulação entre o consumo e a produção europeia que constantemente crescia. Só de um modo muito limitado, se relacionava com a abundância de ouro americano, como Hugo Grotius supôs. Em suma, no século XVII, apesar do comércio e das rotas intercontinentais, assim como da existência de potências que beneficiavam desse comércio, como sejam a Grã-Bretanha, a Holanda, a Espanha e Portugal, o facto não lhes trazia, por aí, uma capacidade económica ou política excepcional. Mantinha, tão-só, abertos os caminhos do oceano e provava que a Europa

podia sustentar e pagar esse comércio, com produtos trabalhados, e valiosos pela eficácia prática a que tinha chegado e pela alta qualidade técnica do seu acabamento.

Quer dizer, os problemas decisivos para a Europa eram o domínio das suas áreas de riqueza: o território francês, o italiano, a Europa Central, a Europa do Norte. No seu conjunto, a Europa produzia trigo e metais, manufacturava tecidos, contava com excelente madeira e dispunha de uma população culta autónoma e civilizada, isto é, capaz de aprender qualquer officio. O seu escol tinha a noção da importância da lei na vida pública e estava habituado ao governo directo. E começava, além disso, a verificar que se podia adaptar a muitos outros climas e regiões.

Neste mundo de realidades e solicitações concretas, apoiar uma nação que tinha perdido a sua independência não é um acto generoso: é um sério acto político.

6 — *A reconquista da disponibilidade*

A guerra entre a França e a Espanha desencadeou-se abertamente em 1635. Como não podia deixar de ser, o facto provocou um interesse maior do Cardeal de Richelieu pela situação portuguesa, como nacionalidade integrada na monarquia hispânica. Impunha-se averiguar da sua disposição e capacidade de recuperar a independência. Em Portugal, desde 1623 que essa hipótese era claramente considerada e desde 1628 que se verificavam revoltas dispersas. A novidade a partir de 1635, é que a situação passou a ter mais claras perspectivas internacionais imediatas do que os portugueses imediatamente se aperceberam.

Em Portugal havia diversos núcleos populacionais, com facilidade de comunicação com o exterior — estrangeiros e cristãos-novos. Pelo menos, esses dois veículos foram aproveitados para conhecer e negociar o apoio internacional indispensável ao levantamento possível. Os responsáveis portugueses tinham abandonado a hipótese do auxílio inglês e desde os anos 30 que a probabilidade dos franceses para esse efeito, tinha sido retomada pelos notáveis políticos, desde os juristas aos militares, aos nobres e aos eclesiásticos. Entretanto, as medidas fiscais espanholas criavam um ambiente de revolta endémica que veio a tomar a sua forma mais espectacular, em Évora, em 1637. Quando ela se verificou, já as negociações com a França estavam entabuladas — embora pareçam ter sido, nessa altura, meras sondagens. No entanto, não está provado que tivessem tido inter-

venção concreta nas ocorrências: as condições de levantamento eram nacionais e uma coisa; as viabilidades de apoio externo eram outra questão e posterior ao levantamento.

As negociações para o apoio externo parecem ter-se centrado em Lisboa. Os franceses estavam seguros da realidade social em que tinha assentado a revolta de Évora. E chegaram ao ponto de fazer propostas de desembarque de tropas e de envio de uma esquadra. Não foi, porém, essa a solução aceite pelos portugueses. A solução escolhida e amadurecida foi a de promover uma revolta nacional, à qual estava garantido apoio francês. Não se conhecem os debates das discussões que certamente se realizaram, desde 1636, em Lisboa, ou em Paris, mas são conhecidas as propostas francesas no sentido de um desembarque de tropas suas e que foram recusadas. Jogou decerto aqui a experiência portuguesa relativa à tentativa de ocupação dos Açores pelos franceses e o retraimento que isso trouxe à população portuguesa, em geral. O mesmo fenómeno se verificou, também, na metrópole, entre 1588 e 1596, com os desembarques ingleses no Algarve.

Os portugueses escolheram, desde logo, um levantamento contra os espanhóis, levado a efeito de acordo com as possibilidades nacionais; preferiram apoiar-se na sua própria capacidade de organização, sem que isso quisesse dizer que menosprezassem o apoio francês, que seria recebido, para assegurar os resultados do levantamento. Pode, pois, perceber-se que a possibilidade e mesmo necessidade do apoio francês foi negociada, acautelando a integridade do território português.

O conde-duque de Olivares, com a sua concepção imperial de estado, conhecia, não obstante, os processos franceses de fazer a guerra, tanto o de tentar dispersar as forças do inimigo, como o de incitar à revolta os agrupamentos nacionais desejosos de independência. Tendo-os, decerto, em consideração, procurou conseguir a colaboração do duque de Bragança nos empreendimentos bélicos espanhóis, assim como da nobreza portuguesa, na guerra contra a Catalunha. Em vão.

Nem sempre se tem chamado a atenção para o facto de o comportamento conhecido do duque de Bragança e de grande número de nobres portugueses implicar a existência de projectos longamente maturados que esperavam oportunidades para se executar. Apesar disso, foram numerosos os soldados portugueses mobilizados para as guerras espanholas. No entanto,

quando o movimento autonomista catalão se iniciou em Março de 1640, já os preparativos internacionais e nacionais portugueses estavam muito adiantados, no sentido de levar a efeito o levantamento nacional (*).

O apoio do duque de Bragança foi essencial tanto ao movimento, em si mesmo, como no modo como ele se desencadeou. Se ele não estivesse assegurado, desde havia muito tempo, decerto que a montagem levantamento nacional teria sido outra e muito mais incerta, sobretudo no que se refere à autonomia em que o País ficaria relativamente à França. O projecto de desembarque de tropas francesas em Portugal ter-se-ia tornado uma solução muito mais próxima, seguindo, aliás, o sistema aplicado pela França no seu auxílio à Catalunha e que acabou por redundar em total insucesso: a Catalunha regressou à monarquia hispânica.

A entrada de tropas estrangeiras em Portugal teria transformado imediatamente Portugal num campo de batalha. É certo que, em 1640, as condições de negociação de apoio externo eram muito melhores do que no final do século XVI, quando das que foram levadas a efeito pelo Prior do Crato, para recuperar o Trono. Em 1640, o antagonismo entre a Espanha e a França era radical, enquanto em 1581-1595 ainda se não tinha revelado de uma forma tão absoluta. Embora já se desenhasse o confronto, ainda comportava a hipótese de aparentes recuos por parte da França, visto a Espanha ser uma grande potência. E a própria Espanha os negociou. Em 1640, porém, o choque franco-espanhol era total. É certo que a situação poderia vir a alterar-se com facilidade. Podemos dizer que a conjuntura internacional favorável a Portugal era precária, não quanto ao momento propriamente dito, mas quanto à sua duração. Nestas condições, o apoio do duque de Bragança permitiu que a revolução libertadora fosse feita na melhor altura e tivessem sido resolvidos da melhor maneira diversos problemas: foi um levantamento nacional da exclusiva responsabilidade de dirigentes portugueses que dominaram Lisboa, quase sem luta imediata, embora tivessem vencido a guarda alemã e logo a seguir tivessem obrigado à rendição os soldados espanhóis do castelo de S. Jorge. Na tarde de 1 de Dezembro já a cidade era patrulhada por piquetes de jovens fidalgos portugueses. Num curtíssimo espaço de tempo, na metrópole — o necessário para a notícia ser recebida — o País inteiro aderiu

(*) Em 1642 numa só leva dos prisioneiros feitos num encontro entre espanhóis e franceses, foram libertados pelo embaixador de Portugal em Paris 130 portugueses.

à Revolução de 1640; praticamente, não houve resistência em lugar algum do continente. Pela maneira como decorreram os acontecimentos quer em Lisboa quer em Vila Viçosa e pela chegada rápida do duque de Bragança, a Lisboa, vê-se que se actuou segundo um plano concertado.

O golpe de 1 de Dezembro de 1640 já foi realizado dentro das condições militares, da habilitação para a acção individual; tendo em conta a eficiência dos pequenos grupos bem armados, assim como a maior capacidade de resistência dos aglomerados populacionais. Ao apoiar a revolução, o País transformou-se num conjunto de núcleos armados potencialmente resistentes. Além disso, o rei passou à constituição imediata de um exército profissional, habilitado para ocorrer aos pontos nevrálgicos. A actividade militar principal pertenceu, porém, à Nação em armas. Foi esta que dissuadiu a Espanha quanto a uma acção militar imediata. Mais uma vez, a resistência nacional venceu a *Grande Espanha*, metáfora oportunista, tantas vezes invocada, antes e depois de 1640, na vida política portuguesa.

A revolução ocorreu nesse contexto internacional, bem conhecido dos responsáveis. Essa consciência da situação internacional chama a atenção para a permanência de um escol político bem dirigido que, na realidade, aproveitou a situação da melhor maneira e com um mínimo de perdas territoriais. Certo era que, um ano depois, já a disposição do Cardeal de Richelieu para com a revolta não teria, muito provavelmente, sido a mesma. Importante ponto a salientar foi que a revolução se consolidou sem necessidade de forças armadas estrangeiras para que Filipe IV de Espanha fosse afastado do trono português.

Uma vez assegurada a situação em Lisboa, D. João IV começou imediatamente a nomear responsáveis pelos serviços e a impor a obediência como rei legítimo. Em termos de direito público, a revolução destinava-se a repor os direitos do duque de Bragança postergados, em 1580, pela força espanhola. A revolução de 1 de Dezembro de 1640 tornava-se pois legítima e quem, em Portugal, a recusasse era considerado rebelde. Na linha do raciocínio que, na época, em Portugal, se formulava relativamente à Revolução triunfante salientava-se outro tópico. Era esse que, embora os Filipes pudessem ter tido alguns direitos (válidos, depois de reconhecidos, nas Cortes de Tomar, em 1581), tinham-nos perdido porque tinham violado o pacto negociado naquelas cortes. Aí, o rei espanhol tomara compromissos que não foram cumpridos, nem quanto aos cargos atribuídos

só a portugueses, nem quanto a impostos, nem quanto ao emprego de soldados portugueses, nem quanto às consultas às entidades nacionais. Neste modo de pensar, a dinastia filipina, mesmo que tivesse tido direitos, tinha-os perdido.

A defesa da legitimidade da independência desenvolvia-se naqueles dois planos. Um primeiro apelava para o direito de «revogar» um rei porque ele não cumpria os deveres por que se responsabilizara. Um segundo considerava o movimento do 1.º de Dezembro uma pura reposição dos direitos ao trono da Casa de Bragança.

Nesta ordem de razões a Revolução de 1640 pretendia apresentar-se como legítima, não por ser um levantamento popular, mas em consequência do princípio essencial da Guerra Justa em que a luta é legítima quando visa repor um direito, esse de que a Casa de Bragança tinha sido esbulhada. A Revolução de 1640 era pois justa, assente como estava na necessidade (que os teólogos aceitam) de pegar em armas para recuperar um direito. Ao mesmo tempo, o princípio do pacto social — tão referido na escolástica para explicar o governo das sociedades — apontava que o não cumprimento tirânico do *pactum subjectionis* legitimava a substituição do rei por outro que o povo organizado em comunidade responsável escolhesse e aceitasse.

Como é compreensível, os espanhóis não aceitavam qualquer destas duas vias de legitimação do movimento. Consideravam indiscutíveis os direitos de Filipe II e dos seus herdeiros e afirmavam que o rei governava no respeito pelos foros jurados em Tomar. Nestas condições, tanto D. João IV como os seus partidários eram, pelo lado espanhol, colocados dentro do estatuto jurídico de rebeldes. Deste modo, ficava proibido a qualquer estado o estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal, sob pena de entrar em guerra com Espanha. Com isto, pretendia, primeiro que tudo, eliminar os recursos portugueses no campo diplomático, restringindo-o aos inimigos declarados da própria Espanha, o que obrigava estes últimos a considerar, também, o alargamento das hostilidades. E os neutrais deixariam de ser, logo que reconhecessem o novo rei de Portugal. Escusado será dizer que o não fizeram. No plano mais directamente jurídico-militar, a guerra passava assim a ser interpretada como sendo conduzida pelo exército regular espanhol contra rebeldes portugueses. Isto implicava a perda, por parte dos portugueses, de diversos direitos de belligerância,

o mais importante dos quais era o respeito pelos prisioneiros. Segundo o estatuto de «rebelde», seriam executados. Assim tinha sucedido em 1582, quando do desembarque francês nos Açores.

Do mesmo modo, a Revolução de 1640, envolvia, para Portugal, pela sua própria lógica e pela necessidade de defesa, a necessidade de conduzir uma política externa, simultaneamente, muito cautelosa e muito clara: os inimigos da Espanha eram os únicos amigos de Portugal, mas isto só acontecia enquanto durasse a sua beligerância com a Espanha. E os inimigos de Portugal e da Espanha, com a Holanda? Era preciso distinguir a beligerância na Europa, na Índia, em Angola e no Brasil!

Considerando todos estes elementos, estruturais e conjunturais, é possível compreender-se por que motivo os espanhóis não tentaram imediatamente, depois da Revolução do 1.º de Dezembro, repor a antiga situação do reino de Portugal, sujeito a Filipe III. Igualmente se compreende o lúcido sentido da oportunidade que teve o movimento nacional português levado a efeito durante o curtíssimo período durante o qual a Espanha tinha uma frente na Catalunha e os Franceses, ainda sem projectos de paz, precisavam que a Espanha enviasse tropas para o extremo ocidente da Península.

A deslocação das tropas para a fronteira portuguesa era, porém, um empreendimento arriscado, por parte da Espanha. Além de dispendiosa, teria de ser conduzida de modo a ter o sucesso assegurado. Se assim não fosse, fomentaria novos focos de revolta e desencadearia uma guerra com grandes baixas como são sempre os levantamentos nacionais, tanto mais que a unanimidade dos portugueses era bem clara. Prova disso foi a audaciosa facilidade com que se constituíram os quadros de direcção do Estado português. O governo de D. João IV responsabilizou, desde logo, grande número de entidades públicas, atribuindo-lhes cargos e funções. Por elas eram postas à prova, pela prática, as suas declarações de apoio a Portugal independente.

A Revolução do 1.º de Dezembro de 1640 tem pois características da decisão política final de um movimento longamente amadurecido.

Jorge Borges de Macedo

Professor da Universidade Clássica de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa

ESTRATÉGIA INDIRECTA E FORÇAS ARMADAS

ESTRATÉGIA INDIRECTA E FORÇAS ARMADAS

«AS circunstâncias em que Portugal chegava à campanha de 1801 eram extremamente melindrosas. Confiando o seu governo na possível ajuda da Inglaterra procurava arrastar as negociações o mais possível, sem cuidar da defesa nacional, quando o rancor expresso de Madrid e Paris tudo fazia para declarar o estado de guerra, que era o objectivo último da sua política ainda mesmo quando as condições gerais da Europa pareciam impedi-la.» (...)

«Alás os fracos recursos militares da Nação explicavam muita incerteza e muita hesitação.» (...)

«Em Setembro de 1800 encarregava-se a reorganização militar do País ao General prussiano Von Goltz.» (...)

«Segundo o cômputo do General Goltz o exército português cifrava-se em 16 000 infantes e 2000 cavaleiros. O mais grave, porém, é que o General prussiano logo reconheceu a falta de oficiais e sobretudo a tremenda indisciplina que os tornava praticamente inutilizáveis.» (...)

«Parece que toda a esperança portuguesa estava posta no socorro dum exército inglês que Luís Pinto de Sous Coutinho reclamava insistentemente durante todo o ano de 1800.» (...)

«Em Lisboa, Walpole e depois Arbuthnot, antigo superintendente de negócios em Portugal, recolhidos no seu cepticismo, cuidavam que o perigo era somenos e por sugestão do seu governo incitavam o gabinete português a empreender os esforços máximos para a resistência.» (...)

«No mês de Outubro de 1800 desembarcou em LISBOA o novo ministro inglês, John Hookhan Frere, que vinha munido de instruções para incitar o governo português a confiar exclusivamente nos seus recursos e a armar-se quando lhe fosse possível.» (...)

«Só neste momento, e convencido de que não podia confiar no auxílio da Inglaterra, é que o governo português procurou organizar a resistência à invasão.» (...)

«Assinalámos já como a indisciplina lavrada entre as tropas portuguesas, a que largos anos de paz e quietude tinham quebrado os brios militares. As praças de armas estavam na generalidade abertas ou incompletamente reparadas, à mercê do primeiro assalto, deficientemente municadas e guarnecidas. O decorrer da campanha mostrou, porém, que mais alguma coisa escasseava: a decisão e a virtude militar.»

Manuel Lopes de Almeida — «História de Portugal» — Edição de Barcelos — págs. 279 a 282 do Vol. VI.

Dentro do tema «Estratégia Indirecta», e na sequência do pensamento já desenvolvido⁽¹⁾, abordarei agora um novo elemento, componente do todo complexo que sempre quero salientar. Assim, considero oportuno meditar sobre um aspecto que é actual — estou convencido de que o tem sido desde sempre —: o da necessidade de Forças Armadas, mesmo quando se pretende ou se tem de optar pela forma de «estratégia indirecta». Logicamente, associado a este tema, o da caracterização das Forças Armadas necessárias.

Pretendo, desde já, tornar clara uma posição, a minha: o raciocínio que vou desenvolver, e os argumentos que vou utilizar, poderão sofrer da minha condição de militar. Esforçar-me-ei, contudo, por me situar no ponto de vista de cidadão preocupado com os problemas do seu País, especialmente desta conjuntura em que a Constituição vai ser revista e que as Leis da Defesa Nacional e do Serviço Militar serão publicadas. É importante recordar que a responsabilidade de fixar a necessidade de Forças Armadas, o seu papel no quadro amplo de Segurança Nacional e no sistema operativo de Defesa Nacional, e o que elas devem ser — opções no que respeita aos «sistemas de forças» —, cabe inteiramente ao Povo Português por intermédio dos seus legítimos representantes. São horas de se compreender que a existência das Forças Armadas não se deve só ao

⁽¹⁾ Estratégia Indirecta e Independência Nacional — Revista «Nação e Defesa» — Janeiro-Março de 1980, n.º 13.

querer dos militares. É raciocínio simplista este, de carácter demagógico, e que só visa, a maioria das vezes, o transferir as culpas dos desastres nacionais para a instituição castrense.

Tivemos já ocasião de indicar esquematicamente que a existência de Forças Armadas se torna indispensável para evitar que o Estado fique à mercê de um golpe militar lançado do exterior ou de acção insurreccional provocada no interior. Por um lado, pretende-se forçar o adversário a só usar meios de coacção não militares ou, no caso do seu emprego, a fazer diminuir o seu grau de agressividade, mesmo a colocar-se numa atitude defensiva e, por outro lado, combater a insurreição se ela vier a ser desencadeada.

As razões apontadas parecem evidentes e não carecem de explicações adicionais. Há, no entanto, que as apresentar, vistas as dúvidas, os erros, as especulações e as ambiguidades que todos os dias surgem a público.

Frequentemente, procura-se trazer, ao estudo da problemática da necessidade das Forças Armadas, razões como a da sua vantagem económico-social em relação a áreas atrasadas ou degradadas, o auxílio que prestam à recuperação do atraso no campo do alfabetismo ou do ensino técnico e a capacidade potencial quanto à sua intervenção em emergências nacionais, desde as de ordem pública até grandes desastres ou catástrofes. É certo que, em todos estes sectores, as Forças Armadas podem ter papel relevante mas a sua justificação não decorre disso. As Forças Armadas são uma instituição nacional fundamental e são justificadas por uma missão a um tempo simples e profunda de significado: preservar a paz ou fazer a guerra. Essa missão é deduzida claramente da Constituição — Artigo 273.º, n.º 1, e Artigo 276.º, n.º 1: «As Forças Armadas Portuguesas garantem a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território.» (...); «A defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses.»

Estou convencido de que, em todo o Mundo, não há diferenças neste ponto. E vamos ver, apoiados na História e nas práticas política e estratégica, que assim é.

Gostaria de ensaiar uma metodologia que, em sequência ou não, nos pusesse um sistema de «questões-hipóteses-análises-interpretações-algumas respostas». Não o é possível aqui de forma completa e extensa. Mas pore-

mos algumas notas de referência. Também, como em qualquer estudo estratégico, devemos ir buscar à história o que ela nos transmite de experiência e de dedução de factores influentes e constantes como o são, por exemplo, o Povo e a Geografia.

A ocupação humana do nosso território, a formação nele de comunidades, a consolidação do seu carácter e as relações que tiveram com outros povos, foram influenciadas profundamente pela geografia.

Sabemos as dificuldades que nos tiram ainda hoje o gosto e a vontade de viajar até à maioria das terras fronteiriças. Por aí, podemos imaginar — e os dados históricos assim o dizem — que Portugal foi sempre mais fácil de abordar pelo mar do que por terra.

Pelo mar chegaram Fenícios, Gregos e Cruzados que não se aventuraram para o interior. Foi sobre esse mesmo mar que, a partir do século XIV, se processou a nossa expansão, voltando as costas à Europa durante cerca de 500 anos. Nas potências marítimas fomos procurar os aliados, especialmente a partir da Restauração.

Dos que vieram por terra, sabemos que os Romanos se limitaram às suas vias calçadas e às suas cidades, e as dificuldades que tiveram com os indígenas apoiados no terreno são ainda recordadas. Por terra também chegaram depois, com evidente dificuldade, algumas invasões. Muitas delas, aliás, não passaram das fronteiras.

Este factor ajudou a que, no começo da nacionalidade, AFONSO HENRIQUES, como já seus pais, pudesse ter mantido uma forte autonomia e alcançasse por fim a independência. Beneficiou evidentemente da estratégia peninsular de então, que tinha como direcção preferencial LEÃO-TOLEDO-GRANADA. Também os príncipes cristãos evitavam confrontos entre si para não comprometer a luta comum contra os mouros. Todos os factores estratégicos não aconselhavam a que se distraíssem forças num teatro secundário, em terreno difícil, despovoado e fazendo face a um oceano Atlântico mal conhecido que só mais tarde revelou poder ser continuação da dinâmica peninsular. Mas o valor militar do nosso primeiro Rei e a determinação dos que o acompanhavam ajudaram a dissuadir os projectos de imposição de vassalagem por parte de Leão. Por outro lado, em acções decisivas, teve de aceitar o apoio dos Cruzados cujo poder foi compensado com dificuldade quando das negociações e no controlo dos saques.

Com D. FERNANDO, e na Revolução de 1383-85, os exércitos castelhanos sentiram dificuldades, especialmente logísticas. Nos dois casos procurou completar-se a acção terrestre com o emprego de uma esquadra no TEJO. O objectivo decisivo no contexto português começava a ser LISBOA que, no conjunto peninsular, tinha relativamente pouca importância. Só a partir do século XV a capital portuguesa adquiriu outro valor. Nestas duas ocasiões, pese o valor dos guerreiros portugueses, os problemas começavam a avolumar-se. É desta data a aliança com a Inglaterra. Contudo, pudemos ainda evitar grandes custos políticos porque Castela tinha outras preocupações e as condições político-estratégicas permitiram a nossa expansão com suficiente autonomia.

O desaparecimento do Exército em Alcácer-Quibir favoreceu imediatamente o pretendente ao trono português que estava em melhor situação militar e esse era o Rei de Espanha.

Quando da Restauração, a reorganização rápida das forças nacionais, com decisivo mas oneroso apoio estrangeiro, permitiu manter a independência. Aqui, também a geografia, valorizada pelas praças fortes, especialmente no Alentejo, jogou papel muito importante.

Na situação seguinte de emergência — a Guerra Peninsular — o Exército Português vivia numa desorganização permanente e praticamente deixou de ter valor combatente com a retirada da Corte para o Brasil, a sua dissolução por Junot e a constituição da Legião enviada a combater integrada nos Exércitos de Napoleão. Como já vinha a ser habitual, confiava-se decisivamente na aliança com a Inglaterra, contava-se com tropas expedicionárias daquele país e faziam-se contas com as suas dádivas. Contratavam-se oficiais estrangeiros para organizar, treinar e disciplinar o nosso Exército. Acabavam por ser dispensados, por força das intrigas dos que nunca nada fizeram e que utilizavam os cargos unicamente para sua própria promoção pessoal, mesmo em ocasiões em que graves crises ameaçavam o País.

O facto é que, em 1801, e anos seguintes, fomos invadidos por tropas espanholas e francesas quase que sem oposição. As dificuldades que tiveram as que praticamente não passaram das fronteiras e mesmo as que, comandadas por Junot, chegaram a Lisboa, parecem fazer entender que um Exército minimamente capaz teria evitado a perda de muita vida e de muita fazenda. Não é tudo! Se tivesse existido um núcleo nacional

de forças de dimensão e composição suficientes, com organização autónoma e sob comando português, teria havido uma compensação para o corpo expedicionário inglês que seria necessário por certo, mas não como dono e senhor, e sim como aliado em pé de relativa igualdade.

Assim não aconteceu. Ainda que as milícias portuguesas, especialmente as das BEIRAS e TRAS-OS-MONTES, se tenham levantado e causado graves dificuldades ao invasor, as nossas forças regulares tiveram de ser reorganizadas e dirigidas pelo pulso férreo de Beresford, os nossos Regimentos e Brigadas na sua maioria foram comandados por oficiais ingleses e os exércitos aliados foram superiormente chefiados, dentro do território nacional, pelo Duque de Wellington. Esta incapacidade levou o País a uma sujeição tal que Beresford foi praticamente o senhor do País exercendo um poder discricionário e absoluto. Portugal caiu, ainda mais, numa situação política e económica de controlo por parte da Inglaterra que podemos considerar, com bastante certeza, uma das causas históricas mais importantes de um atraso nacional crónico e de uma abulia que se terprojectado na educação, na incapacidade organizativa e na falta de determinação quando se impõe tomar decisões e realizar. Com certeza que a culpa não pertence só ao facto de faltarem forças militares organizadas e de valor operacional sob comando português. Mas é um factor muito importante que, em tempo de crise, pode ser decisivo.

A experiência de todos estes tempos conflituais mostra que nas grandes crises — Fundação, Revolução de 1385, crise de 1580, Restauração e invasões francesas — as Forças Armadas Portuguesas não tinham as condições ideais para resolver o problema da defesa militar e contribuir para a solução do problema político. Praticamente em todas elas houve que hipotecar algo. Os compromissos externos assumidos foram, de uma maneira geral, bastante ruinosos para o nosso país. Os factos históricos são conhecidos, pelo menos nos seus aspectos e consequências gerais, para precisarmos de adiantar algo.

Depois da revisão que acaba de se fazer, interessa agora pôr a questão de saber como, num sistema complexo de interdependências, hoje quase que à escala mundial, se pode aceitar um grau de independência e qual a sua relação com a problemática das Forças Armadas.

Efectivamente, em estratégia, Forças Armadas ideais contribuiriam para a liberdade de acção plena só reduzida pelo valor dos factores político, económico, social, etc. No outro extremo, Forças Armadas inexistentes, ou demasiadamente inoperantes, poriam o Estado à mercê do menor golpe de força, portanto em risco absoluto de perder a independência. Entre estes dois pontos está um termo que poderíamos definir da seguinte forma: a defesa nacional, no campo militar, exige «sistemas de forças» que impeçam a hipoteca de valores nacionais ou a assunção de compromissos por parte do Estado que leve este a perder a liberdade de poder tomar opções do ponto de vista político e, assim, a sua independência.

Daqui resulta que há obrigações que só pelos portugueses devem ser assumidas e que os compromissos externos só podem ser aceites depois de cuidadosa ponderação. O contrário seria confiar a componente de força da Defesa Nacional — potencial militar à disposição do Estado — a tropas estrangeiras o que significaria que ela não seria mais nacional. O País não estaria a empenhar na defesa dos seus interesses um mínimo dos seus recursos e um mínimo de sacrifícios.

Passemos agora à actualidade para, com base no que foi exposto, apreciar a posição portuguesa face aos interesses estranhos que a podem considerar como objectivo.

O território continental português confina com a Espanha e o Atlântico. Neste último, estão situados os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Com a Espanha (ou com os seus antigos Reinos) temo-nos defrontado desde há oito séculos. Com altos e baixos. Com tempos de cooperação e de profundo antagonismo. Estes últimos têm correspondido, fundamentalmente, a épocas de divergência nos sistemas institucionais políticos vigentes nos dois países ou a posições diferenciadas no contexto geopolítico mundial ou europeu. O facto de tal não ter acontecido de há cerca de 45 anos a esta parte permitiu concentrar as nossas forças no Ultramar de 1961 a 1974, desarmando quase totalmente no território europeu. Mas é período demasiado curto e com características especiais, para justificar nova lei de comportamento entre os dois países. A própria regionalização da Espanha não anula a possibilidade de um conflito com o emprego da coacção militar. Acidentes políticos num ou noutro país podem vir de novo a pôr o problema. Actualmente, os factores de situação estratégica indicam não ser de prever que sejam possíveis situações conflituais com

confrontação militar na Península. Contudo, a hipótese não é de afastar definitivamente do estudo estratégico nacional. Não só podem surgir sistemas políticos diferentes na Península — a História mostra que essa possibilidade se tem verificado — como há a tentação de resolver os pontos de conflito por via ou com pressão militar, se o oponente é demasiado fraco. Um mínimo de potencial militar obrigará o possível agressor a preparativos militares de certa envergadura o que implicará a perda da surpresa, custos desproporcionados com os objectivos procurados ou a intervenção oportuna de outros Estados. Da mesma forma, a falta de uma superioridade militar manifesta esvaziará a agressividade de certos meios não militares por não terem apoio na força. Daí, há que manter Forças Armadas capazes de exercer uma acção de dissuasão evitando o risco de custos severos de toda a ordem.

Em relação ao Atlântico, onde se destacam os arquipélagos da Madeira e dos Açores, o problema põe-se no quadro da confrontação Aliança do Atlântico Norte-Pacto de Varsóvia. A posição portuguesa tem aqui um valor, em alguns aspectos, quase decisivo. A sua importância e o seu aproveitamento derivam da ameaça geral. Uma sua componente é a ameaça particular sobre o território português, suas gentes e seus bens, ameaça essa que tem de ser apreciada e avaliada face às vulnerabilidades e aos riscos que se decide aceitar. Riscos que, por sua vez, são uma componente dos custos gerais da Defesa Nacional sendo outros os que derivam dos «sistemas de forças» necessários.

Em síntese, as opções que se abrem aos portugueses, quando ponderam o seu problema estratégico, são as seguintes:

- não aceitar custos financeiros, mas só determinados riscos e os custos políticos, o que se traduz em entregar aos aliados a defesa militar com desprezível participação nacional — a independência é comprometida e a soberania limitada;
- aceitar todos os custos financeiros, o que se traduz na manutenção das Forças Armadas ideais — a independência seria total mas é solução inexequível;
- aceitar razoáveis custos financeiros, em conjugação com os de risco e políticos, o que significa a participação equilibrada de Forças Portuguesas com Forças Aliadas, aquelas com emprego apenas

no nosso território — a independência sofre condicionamentos mas sem comprometer a plena soberania;

- aceitar a solução idêntica à anterior mas com a participação de forças portuguesas fora de território nacional — a independência sofre condicionamentos mas o encargo mais elevado da participação militar fora do território nacional (nos aspectos material, psicológico e de política interna) pode trazer vantagens políticas (diminuição dos custos políticos).

Na síntese que acabamos de elaborar, identificamos três factores variáveis: os custos financeiros, os de risco e os políticos. Debrucemo-nos um pouco sobre as consequências que deles derivam.

Os fins últimos do Estado são a Justiça, o Bem-Estar e o Progresso, e a Segurança. Consideramos que a Justiça, além de representar um valor imanente, está contida implícita e explicitamente nos outros dois pelo que nos limitaremos à correlação entre estes.

Segurança e Bem-Estar são procurados através da formulação de um sistema complexo de objectivos e de uma actuação operativa delicada já que a sua incidência se exerce combinadamente sobre pessoas e comunidades tanto na ordem nacional como internacional. Para esta actuação operativa, os recursos nacionais, na sua globalidade, não permitem atingir soluções ideais. Por isso, põe-se fortemente a relatividade da distribuição e do emprego dos recursos nacionais e dos seus potenciais estratégicos.

A um aumento na atribuição de recursos à defesa corresponderá um aumento do potencial militar à disposição do Estado, mas o desenvolvimento nacional sofrerá e as carências que surgirão poderão provocar descontentamento interno. Ao contrário, restrições acentuadas no campo da defesa militar poderão permitir acentuado desenvolvimento, mas as vulnerabilidades não são compensadas e a apetência de interferências estranhas será mais acentuada. O político e o estratega terão, assim, de ponderar qual a solução desejável.

Por outro lado, em estratégia indirecta, procura-se resolver o conflito principalmente através da coacção não militar. Aqui, também, há que decidir pela solução que oferece mais probabilidades de êxito. Neste contexto, é possível, por exemplo, encarar uma acção psicológica como poderoso vector de intervenção externa. Efectivamente, um Estado, com alto

gabarito de desenvolvimento, poderá exercer, num antagonista que lhe seja vizinho, uma influência contínua através da ostentação de um nível de vida superior que poderá levar, neste último, a fazer surgir uma reivindicação de mais bens de consumo, melhores serviços e um melhor estilo de vida, forçando a uma redução das despesas com a defesa militar, ao seu enfraquecimento e, por conseguinte, a uma tendência para o equilíbrio e a preservação da paz. Se o Estado antagonista conseguir preservar a sua frente interna e mantiver gastos elevados para a defesa militar, poderá provocar por seu turno, no primeiro, a exigência de sacrificar o seu nível de vida para manter ou aperfeiçoar, ainda mais, a sua capacidade militar. O desequilíbrio económico daí resultante poderá levar a descontentamentos que enfraquecerão a frente interna.

O caso de Portugal não foge às regras teóricas e práticas enunciadas. Vimos também como no passado a falta desta ponderação política e estratégica conduziu o País a situações graves que vieram reflectir-se na vida nacional durante séculos.

País com carências graves em todos os sectores, especialmente no económico, tem de procurar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de Forças Armadas adequadas e a do desenvolvimento nacional. As soluções que se nos abrem levam-nos a pensar em termos de Forças Armadas mínimas ou das possíveis. A primeira corresponde a forças simbólicas com a aceitação de riscos máximos e de custos políticos elevados. A segunda faz apelo a uma aceitação de custos militares a um nível que, ainda não comprometendo o desenvolvimento, sacrifique algumas comodidades. Em conclusão, a sua escolha não deve comprometer o desenvolvimento nacional, deve considerar os riscos que se aceitam e procura garantir a máxima independência, ou seja, a capacidade de tomar as opções que interessam fundamentalmente aos portugueses.

Naquilo que chamamos os «custos políticos», o enfraquecimento das Forças Armadas implicaria forçosamente que a ameaça passaria a ser enfrentada principalmente por Forças Aliadas que, concerteza, tomariam medidas em relação a objectivos do seu interesse e não do interesse nacional — as vulnerabilidades gerais ficariam por resolver. Por outro lado, os armamentos, a sua logística e, sobretudo, o pessoal dos sistemas que servem, são muito caros. O Estado protegido militarmente tem que suportar

um ónus financeiro ou, na impossibilidade de o pagar, aceitar acordos económicos e políticos favorecendo largamente o protector. Muitas vezes, o poder de opção e de decisão do Estado passa a ser fortemente condicionado pela presença estrangeira porque, na devida altura, não houve a percepção de que a solução militar fraca poderia implicar compromissos gravosos para o País.

Entretanto, pode pôr-se a solução de os Aliados contribuírem em prioridade para as despesas do desenvolvimento por forma a que as Forças Armadas sejam um encargo nacional especialmente quando há um consenso geral de que a posição geoestratégica do País tem uma importância decisiva.

No campo interno, o Estado pode não dispor de condições de paz, ordem e de estabilidade, que lhe permitam trabalhar eficazmente no sentido da aplicação dos planos e programas com vista à realização dos objectivos nacionais estabelecidos, se as Forças Armadas não lhe conferirem a segurança necessária. A Constituição Portuguesa reconhece este aspecto quando diz no seu Artigo 273.º, n.º 3: «As Forças Armadas garantem regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição.»

Poderá argumentar-se que esta missão poderá ou deverá ser cometida à Força Pública de carácter policial. Isso levar-nos-ia bastante longe mas não o vamos fazer a não ser no estritamente indispensável.

Desde logo, põe-se o problema se essa Força Pública também deve pertencer às Forças Armadas. Pondo de lado a organização policial de carácter cívico, mais ligada ao dia-a-dia do cidadão que acompanha estreitamente, em quase todos os países da Europa Ocidental a Força Pública tem carácter militar e pertence às Forças Armadas. Daqui decorre que a sua Missão, executada com maior ou menor capacidade de intervenção, está incluída na missão geral das Forças Armadas já que é difícil diferenciar absolutamente o que compete à defesa externa ou à defesa interna. Qualquer que seja a solução institucional, é impossível considerar uma Força Pública que tenha potencial suficiente para enfrentar todos os graus da escalada de confrontação que a insurreição pode provocar. Se assim fosse, acabaríamos por cair numa organização quase tão potente como o Exército, para considerar só a que normalmente actua em terra. No conjunto dos equilíbrios de forças dentro de um Estado, torna-se necessário

salvaguardar o princípio de não criar uma Força Pública demasiado potente. Por outro lado, faria pouco sentido que não se considerasse a utilização das Forças Armadas na preservação da ordem interna, quando a capacidade de intervenção da Força Pública se tiver esgotado. Também, quando o conflito de ordem interna se tornar extremamente agudo, há toda a vantagem que a utilização da força tenha o carácter de completa isenção e de respeito pelas normas do Direito, o que tem mais possibilidades de se conseguir através do emprego de todos os meios pelos comandos militares por força do seu carácter de instituição nacional fundamental, e não de mera organização combatente que pode ser solicitada facilmente por uma qualquer das facções ou partidos. A sua existência, a posição de autonomia operacional e a característica ética de defesa de valores essenciais, aspectos normalmente consignados na Constituição, tornam-nos um poderoso elemento dissuasor desde logo e um interventor decisivo quando possa haver a intenção de subverter a situação de direito que a Nação pretende ver mantida e respeitada.

O problema consequente que deve ser estudado é o da caracterização das Forças Armadas necessárias ou seja a definição dos «Sistemas de Forças». Utilizaremos aqui o esquema gráfico em anexo como auxiliar no desenvolvimento do raciocínio.

O primeiro elemento a definir, a analisar e, do seu estudo, a serem estabelecidas as suas possibilidades, é a AMEAÇA. A «ameaça» é também um elemento complexo, pois pode haver uma ou várias ameaças externas — independentes ou relacionadas — e da mesma forma na ordem interna. Do seu estudo resultaria a obtenção de soluções diferentes por cada origem e tipo de «ameaça». A solução tem, contudo, de ser procurada considerando a «ameaça» mais provável ou a mais perigosa.

Paralelamente em relação com a «ameaça», há que fazer o levantamento das VULNERABILIDADES. Há «vulnerabilidades» estruturais e outras conjunturais, algumas delas inalteráveis, ou dificilmente, como a extensão do território, a sua morfologia e a distribuição demográfica. São as «vulnerabilidades» o factor mais importante para servir de base ao estudo do CONCEITO DE DEFESA e os seus CUSTOS.

Aqui, estamos fundamentalmente perante três tipos de «custos»: os RISCOS que se assumem e que podem ser traduzidos em deixar por corrigir certas «vulnerabilidades» ou em aceitar algum grau de descontenta-

mento por não serem satisfeitas determinadas necessidades de bem-estar; os CUSTOS POLÍTICOS traduzidos pela abdicação de certa soberania, hipotecando património nacional ou aceitando compromissos financeiros, económicos ou outros de carácter gravoso ou até humilhante; e os CUSTOS MILITARES, derivados da existência permanente de «sistemas de forças» com todo o seu complemento de uma pesada, complexa e dispendiosa organização administrativo-logística. Estes «sistemas de forças», que devem estar continuamente exercitados para fazer a guerra, só podem ter compensação económica na aplicação das suas extensas capacidades humanas, materiais e organizativas, no desempenho de missões secundárias, uma das quais vem realçada no Artigo 273.º, n.º 5, da Constituição: «As Forças Armadas Portuguesas colaboram nas tarefas de reconstrução nacional.»

Podemos verificar facilmente que todos os factores apontados são variáveis e inter-reagem. A acção dos aliados fará aumentar ou diminuir o grau e o carácter da «ameaça» sobre o conjunto nacional. A «ameaça» pode ter a iniciativa ou não e ser combinação de acções externas ou internas. Em consequência, as suas possibilidades tornam-se completamente diferentes. Por sua vez, a «ameaça» influenciará a sensibilidade de importância das «vulnerabilidades» e a actuação correctiva neste campo levará a que os «riscos» possam ser maiores ou menores e mais ou menos especificados. No capítulo dos «custos», o Estado tem à sua disposição várias combinações de opções que devem ser cuidadosamente ponderadas no seu Estudo de Situação Estratégico e cuja decisão deve, em princípio, merecer um consenso nacional.

EMGFA, Lisboa, 8 de Janeiro de 1981.

Arménio Nuno Ramires de Oliveira
General

**HONRA E DIGNIDADE,
FACTORES DE EFICIÊNCIA MILITAR**

HONRA E DIGNIDADE, FACTORES DE EFICIÊNCIA MILITAR

1. *Introdução*

Determinadas palavras parecem funcionar como indicadores, ou reflexos, das alterações sociais em curso numa determinada sociedade. Esse papel de indicador pode encontrar-se tanto na maior ou menor frequência com que essas palavras aparecem nas conversas quotidianas e nos meios de comunicação, como na variação do significado que usualmente lhes é atribuído.

Vem isto a propósito das palavras a que se refere o título deste artigo. Em 1974, e já mesmo antes, nos fins de 1973, a palavra dignidade aparecia com desusada frequência nas conversas informais entre militares, referindo-se à Instituição de que faziam parte. A necessidade de dignificar as Forças Armadas era afirmação comumente aceite sem que, aliás, se procurasse então nessas conversas informais, por via de regra, explicitar em quê e porquê essa dignificação se tornava necessária, mas a necessidade assumia-se como evidência e aparecia assim como um dos pontos de relativo consenso na época. No entanto, era fácil então, mesmo na mais curta conversa, perceber que a mesma palavra, dignidade, assumia contornos e cobria exigências diferentes de pessoa para pessoa. Em suma, a dignidade que tantos reclamavam não era a mesma, e muitas vezes a dignidade que uns pretendiam excluía a dignidade pretendida por outros.

Continua-se a falar ainda hoje muito em dignidade das Forças Armadas, e parece-me bastante claro que a mesma palavra continua a cobrir realidades diferentes. Parece-me também, que, pertencendo o conceito da palavra dignidade ao conjunto de valores morais verdadeiramente essenciais à Instituição Militar, é importante reflectir um pouco sobre ele e procurarmos, cada um de nós com o seu próprio esforço, evitar a utilização automática de um conceito verdadeiramente importante, cuja invocação superficial o pode desvalorizar. Não é por essa razão que um dos mandamentos da lei de Deus é não invocar o Seu Santo Nome em vão?

Sem ter a pretensão de dizer nada de novo, nem de aprofundar esta matéria, considero que o simples facto de se procurar emitir sobre ela uma opinião relativamente fundamentada tem interesse, já que mais não seja pela magna importância que este assunto tem para a credibilidade, para a legitimidade e para a eficiência das Forças Armadas.

Escrevi honra e dignidade, não só porque há íntima relação entre os dois conceitos, como também porque me parece que, do mesmo modo que a frequência de utilização do termo dignidade das Forças Armadas tem sido elevada — com variações desde 1974, mas sempre muito utilizada — a utilização do termo honra tem sido relativamente rara. É certo que os dois conceitos têm amplas áreas de sobreposição e muitas vezes são utilizáveis como sinónimos. Mas se a razão fosse essa relativa equivalência, deveria aparecer indiferente a utilização, o que não tem sido o caso.

Há uma certa evolução na utilização das palavras, que condena algumas a lentamente desaparecerem da linguagem corrente. Isso porém não me parece aqui aplicar-se. A palavra de honra de uma pessoa, as honrarias recebidas ou dadas, são expressões que continuam a ser utilizadas sem que apareçam termos verdadeiramente substitutos. Se naquelas conversas de intenções regeneradoras, a palavra dignidade tem sido quase sempre preferida à palavra honra, talvez se deva procurar a razão naquilo que distingue os dois conceitos, e portanto numa sobrevalorização de determinados aspectos atribuíveis a um e não a outro.

Numa fase em que a Nação sai de um dos maiores traumatismos da sua História, obrigada a readaptar-se ao seu território, a repensar o seu destino, e, conseqüentemente, a reencontrar a sua Identidade, julgo que os valores morais são mais importantes do que nunca, já que podem aparecer como vectores de união.

Por outro lado, no que respeita à Instituição Militar, o tempo é também de profunda reorganização. Repensar a dimensão, a organização, o equipamento, a instrução, implica decidir primeiro os objectivos, isto é, os interesses nacionais que necessitam do concurso das Forças Armadas, para decidir depois como se pode dar esse concurso, daí um acrescido interesse na discussão dos problemas ligados à nossa posição geoestratégica e à Defesa Nacional. Mas implica também reflectir sobre os valores morais que hão-de iluminar e apoiar essa responsabilidade, já que, e é esse

um ponto que se pretende desenvolver neste artigo, a eficiência das Forças Armadas é proporcional à solidez dos valores éticos que lhe são próprios.

Dignidade e Honra são valores que tiveram sempre posição do maior destaque dentro do conjunto de valores que têm sido reclamados pela Ética Militar.

2. *Discussão dos conceitos*

A distinção dos significados atribuídos aos conceitos de Dignidade e Honra é uma tarefa difícil, mas que não posso evitar dentro do tema deste trabalho. Procurarei fazê-lo socorrendo-me do que sobre o assunto se encontra nos dicionários e enciclopédias, por serem livros de consulta mais rápida e sobretudo por neles se encontrarem já sob a forma de síntese trabalhada por especialistas, e dirigida para o serviço da opinião não especializada, reflectindo portanto mais os conceitos geral ou comumente aceites do que os que tecnicamente lhes possam ser atribuídos numa ou noutra disciplina das Ciências Sociais.

Assim, no «Grande Dicionário Cândido de Figueiredo», 14.^a Edição, pode ler-se que «Dignidade é o título ou cargo de graduação elevada. Honraria. Qualidade daquele ou daquilo que é nobre e grande. Modo de proceder que se impõe ao respeito público. Respeitabilidade. Pundonor. Seriedade. Autoridade. Nobreza». A «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» define dignidade como «nobreza, elevação de sentimentos, respeito de si próprio nos actos, nos modos; compostura; seriedade: ter um ar de dignidade; comportar-se com dignidade. Também se emprega em relação a certas coisas que indicam o respeito que lhes devemos ter: a dignidade da desventura, a dignidade da virtude, a dignidade de um assunto. Posto eminente, cargo considerável. Aplica-se igualmente a certos benefícios eclesiásticos».

Destes dois conjuntos de definições, ressalta a evidência de que o termo dignidade é complexo e multivalente, cobrindo uma grande variedade de significados.

Podemos tentar agrupar estes significados através das suas afinidades e assim verificar que parte destes se liga a uma apreciação formal daquilo ou daquele que tem a dignidade, e que essa apreciação formal se traduz ou em distinção atribuída (posto, cargo, benefício eclesiástico,

honraria) ou em boa fama (modo de proceder que se impõe ao respeito público, respeito de si próprio nos actos, nos modos, compostura seriedade, comportamento digno, etc.). Outra parte liga-se a uma apreciação essencial, baseada ou em uma determinada qualidade que assim é destacada (pundonor, autoridade) ou em um conjunto completo de qualidades (qualidade daquilo ou daquele que é nobre e grande; elevação de sentimentos). Para além das críticas que se podem fazer a esta tentativa de «arrumar» separando aspectos de comportamento em si mesmos complexos e interligados, julgo que ela nos poderá ajudar a detectar o sentido dominante de um conceito que cobre um tão amplo campo de significados. E neste caso, creio que esse sentido será o de qualificar aquilo que é gerador de respeito. As distinções ou os símbolos de qualidade a boa fama, a aplicação do termo dignidade a determinadas situações merecedoras de respeito (e só quando são considerados em termos de merecer esse respeito) tais como a desventura, a virtude, um assunto, indicam claramente esse sentido.

Também a aplicação do termo dignidade a determinadas qualidades ou conjunto de qualidades só é uso fazê-la quando essa qualidade ou conjunto gera o respeito geral, por dominância moral (nobreza, pundonor elevação de sentimentos).

Quanto ao conceito de honra, igualmente se apresenta complexo e multivalente. No «Cândido de Figueiredo», honra é definida como «consideração ou homenagem à virtude, ao talento, às boas qualidades humanas. Pundonor. Sentimento que leva o homem a procurar merecer e manter a consideração pública; boa fama; glória; favor; distinção; castidade virgindade; título honorífico». Na «Enciclopédia Britânica», edição de 1957 honra é definida como «o estado ou condição da pessoa que suscita o sentimento ou expressão dessa estima (respeito, estima ou deferência para com uma pessoa em consideração do seu carácter, rectidão ou posição) particularmente um alto carácter pessoal completado com conduta em concordância com um correcto sentido do que é direito e verdadeiro devido à posição mantida». A «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» define honra como a «consideração, estima que dão a virtude o talento, as qualidades, a boa fama, a reputação imaculada; sentimento que leva o homem a merecer o acatamento, a reverência, a deferência dos seus semelhantes, e a proceder sempre correctamente por respeito de si próprio e paz da sua consciência. Diz-se igualmente do bom nome

da reputação de uma entidade, de uma Nação; Escola de honra, ambiente, meio, sociedade onde só se ensinam e praticam normas correctas, dignas de servirem de exemplo e lição».

Vemos, numa primeira análise dos significados recolhidos, que também o conceito de honra parece poder ligar-se quer a uma apreciação formal, como distinção ou como boa fama atribuídas (consideração ou homenagem, favor, título honorífico, estima, reputação imaculada, bom nome, etc.) quer a uma apreciação da essência, valorizando qualidades comprovadas por actuação, procedimentos (sentimento que leva o homem a procurar merecer e manter a consideração pública, castidade, estado ou condição da pessoa que suscita o respeito, estima ou deferência, alto carácter pessoal completado com conduta em concordância, proceder sempre correctamente por respeito de si próprio e paz da sua consciência, etc.).

No aspecto da apreciação formal não parece poder distinguir-se facilmente dignidade e honra, a não ser talvez quanto à boa fama, numa aparente maior «ligeireza» do primeiro conceito em relação ao segundo, já que a simples compostura e seriedade podem justificar a qualificação de digno a um comportamento, mas não aparecem na qualificação de honra, que exige reputação imaculada, bom nome. Quanto à apreciação da essência, o conceito de honra também cobre simples qualidades isoladas, como no caso da dignidade, mas esta refere-se a qualidades mais ligadas a atitudes (pundonor, autoridade, nobreza) e aquela a qualidades mais ligadas a situações (castidade, honestidade, probidade). Porém o conceito de honra parece ir mais além e mais fundo, envolvendo a própria natureza do carácter. O conceito de honra, tal como o define a «Enciclopédia Britânica», abrange o estado ou condição da pessoa e, particularmente, «um alto carácter pessoal». A dignidade pode ser obtida pelo simples comportamento, desde que este gere o respeito público, o respeito dos outros, mesmo que esse comportamento, ou esse símbolo, esse cargo, não correspondam a verdadeiras qualidades e sim apenas à aparência delas ou ao pressuposto da sua existência. Já a honra, podendo cobrir esse mesmo conceito formal aparente, que parece caber sobretudo no campo do conceito de dignidade, vai mais além, e implica uma realidade profunda. Cobrindo ambos os conceitos uma vasta gama de significados semelhantes, julgo que a principal distinção entre eles reside numa maior gravidade, numa intensidade mais dramática e uma permanência do conceito

de honra, que aparece mais como estado ou condição, enquanto o conceito de dignidade parece ter uma maior ligação com as aparências, mais relacionado com um momento ou ocasião, com a forma de agir, aparecendo assim mais como actuação. É claro que estas distinções são tendenciais e há uma muito ampla escala de sobreposição de significados. Mas julgo que seria errado considerá-los conceitos completamente coincidentes, e que, no fundo, a separação sugerida pelas definições atrás expostas seria no sentido que lhe estou dando. A própria história do comportamento humano parece apoiar esta interpretação, pois sempre que o homem tem morrido e matado em defesa da sua reputação, muito mais frequentemente se tem falado em honra do que em dignidade. E se é possível dizer que uma cerimónia tem dignidade, não é adequado, de nenhuma, dizer que tem honra. Também se aceita dentro do significado geral atribuído aos dois conceitos, afirmar que um individuo tendo perdido a sua dignidade, a tenha recuperado depois, enquanto que a perda da honra é geralmente considerada irremediável.

Assim, e para terminar uma análise certamente árida embora pouco profunda, se a dignidade nos aparece como qualidade daquilo ou daquele que gera o respeito (pela sua actuação), poderíamos dizer que a honra nos aparece como o estado ou a situação daquele ou daquilo que é respeitado (mais pela sua natureza embora esta seja avaliada pela sua actuação). Esta interpretação procura contemplar quer as diferenças de «gravidade» ou profundidade, quer as diferenças de permanência, dos dois conceitos.

Um último aspecto que desejo sublinhar é o carácter sincrético de ambos. Embora possam ser aplicados, como vimos, a qualidades isoladas, o seu uso habitual é para caracterização de impressões globais. Mesmo quando aplicados em termos de caracterização de uma só qualidade, é quando se subentende que essa qualidade digna de público respeito não é prejudicada por outras que a contrariam no merecimento desse público respeito, porque se tal for o caso, não se fala então em honra ou em dignidade, mas sim apenas na referida qualidade. Quando se chama honrada a uma pessoa que é honesta ou que é casta, em vez de se dizer apenas que é honesta ou que é casta, subentende-se que o conjunto da sua personalidade moral não compromete, antes confirma, a qualidade em destaque. Do mesmo modo quando se fala em dignidade a propósito da

autoridade ou do pundonor de alguém, é toda uma impressão de conjunto ligada ao seu comportamento que é qualificada.

Uma frase muito interessante de Alexandre Soljenitsine⁽¹⁾ elucida bem esta faceta da globalidade de apreciação, bem como o carácter profundo e permanente de conceito de honra. Disse ele: «A genuína liberdade humana é uma liberdade interior que nos é dada por Deus: a liberdade de decidir sobre os nossos próprios actos, bem como a respectiva responsabilidade — aquilo que numa palavra tão antiga como os tempos, e que hoje soa de modo estranho, se chama: honra».

A honra, aqui, aparece como a responsabilidade pelo uso da liberdade interior. Responsabilidade significa compromisso perante alguém e significa também juízo de valor, apreciação do mérito ou demérito. O uso da liberdade interior de decidir sobre os nossos próprios actos abrange, evidentemente, todos os campos do comportamento humano consciente, e portanto a responsabilidade respectiva é eminentemente global. A ideia de compromisso e o correspondente juízo de valor, implica a existência de um juiz e de um código de conduta de cuja aplicação resulta o julgamento. Esse juiz pode ser, num plano religioso, Deus, o código de conduta ser as normas de procedimento preceituadas ou recomendadas pela religião, o julgamento ser a apreciação do mérito ou demérito feita pela colectividade à luz daquelas normas. Mesmo sem a intervenção da ideia religiosa, o raciocínio implícito na frase de Soljenitsine pode formular-se do mesmo modo, assumindo-se então o compromisso directamente com a sociedade em que se está integrado, pautando-se o julgamento, efectuado pela opinião pública, pelas normas de procedimento ético em vigor nessa sociedade. Dentro deste raciocínio, a honra sintetiza não só o profundo e completo acordo com o sistema ético, como também a aceitação do valor sancionatório do juízo colectivo acerca da existência e perfeição desse acordo.

O conceito de honra aparece assim com duas faces. Por um lado é intrínseco e pode reconduzir-se ao respeito do indivíduo por si próprio, ligado à sua boa consciência, que lhe pode dar a aprovação dos actos, e ao conhecimento de si mesmo, que lhe pode afirmar o estado ou condição de merecedor. Por outro lado é extrínseco e recoduz-se à imagem

(1) Discurso proferido em Junho de 1976 quando na Hoover Institution aceitou o American Friendship Award da Freedom Foundation.

que perante a actuação do indivíduo se vai criando, isto é, o prestígio. Ligada sobretudo a juízos de valor, a imagem associada à honra funciona como espelho de uma síntese das regras morais aceites pela comunidade, e é-se tanto mais ou menos honrado, quanto os actos mereçam maior ou menor aprovação.

Esta associação ao conjunto das regras morais em uso na sociedade parece-me ser muito mais forte e evidente com o conceito de honra do que com o de dignidade. Como já tivemos oportunidade de referir, o conceito de dignidade tem um aspecto relativamente circunstancial e um pendôr mais formal, o que contribui para não evocar, de forma tão imediata e completa, uma identificação com o sistema ético como acontece com a palavra «honra». Ora esta evocação creio ser extremamente importante.

Segundo disse João XXIII⁽²⁾, «A ordem que há-de vigorar na sociedade humana é de natureza moral. Com efeito, é uma ordem que se funda na verdade, que há-de realizar-se segundo a justiça, que há-de animar-se e conservar-se no amor, que há-de recompor-se sempre na liberdade, mas sempre também em novo equilíbrio cada vez mais humano».

Em termos práticos a moral pode ser considerada um código de convivência social. São as regras nem sempre escritas do que a comunidade aceita como justo ou injusto, certo ou errado, bom ou mau. No início, terá sido provavelmente estabelecida uma óptica de «utilidade», no sentido de possibilitar ou reforçar os laços da vida social, embora a evolução inevitável das organizações sociais, fazendo-se mais rápida que a evolução também inevitável dos valores morais, possa eventualmente tornar menos clara a ligação entre uma ou outra norma moral e a utilidade que dela resulte para a solidariedade social.

A constatação da existência de variadas e diversas ordens morais nas culturas dos diferentes povos, por vezes até contraditórias nos seus mandamentos, não nos deve pois surpreender. Sendo diferentes as suas organizações sociais, os meios a que se adaptam, os recursos de que dispõem e que utilizam, as vias de evolução trilhadas, nada mais natural também que diferentes tenham sido os valores morais que cada comunidade tenha encontrado como úteis à manutenção da sua coesão nos diferentes «campos de força» em que a comunidade evoluiu ao longo do tempo. Essa constatação não pode senão levar-nos a concluir da relatividade dos

(2) Alocução na solenidade da Ceia do Senhor, em Roma, 11 de Abril de 1963.

valores morais mas nunca a pôr em dúvida a sua necessidade. Surgidos como produto da reacção entre a liberdade individual e a necessidade de pertencer e se integrar num grupo, esses valores são necessários enquanto o for a própria existência do grupo. Terá portanto que existir sempre, e ser respeitada, uma moral familiar enquanto houver família, uma moral profissional enquanto houver grupo profissional que se reconheça como entidade social ligada a um fim e a uma actividade, uma moral social enquanto houver sociedade organizada. A simples lei escrita não basta para substituir o código moral. É que a lei escrita é a norma que vem de fora do indivíduo, e que se impõe a ele pelo medo da sanção ou pelo consenso social da sua necessidade, enquanto a norma moral, interiorizada pelo indivíduo pela sua vivência quotidiana desde os mais tenros anos, sempre presente no ambiente colectivo em que se move, acaba por surgir de dentro do indivíduo, e, mesmo sem outra sanção que não seja a simples aprovação ou reprovação dos seus semelhantes, por influir poderosa e continuamente no seu comportamento. Não quer dizer que o código moral dispense a existência dos códigos jurídicos. Estes são complementares daqueles. Uma sociedade não pode dispensar nem uns nem outros como aliás claramente o demonstra a história das sociedades humanas.

Por outro lado, o sistema ético é elemento importante da identidade cultural. A cultura de um grupo pode ser considerada como o conjunto de todas as formas de relação do homem com o meio e com os outros homens, incluindo a língua, ritos, tradições, história, artes, técnicas, moral, religião, alimentação, vestuário, etc., que foram adoptadas pelo grupo, isto é, que dentro deste se tornaram prática colectiva. É ela portanto que dá identidade ao grupo, que permite a cada elemento do grupo reconhecer-se a si próprio como tal, e reconhecer os outros como pertencentes a esse mesmo grupo.

Ora o homem é um animal social. Como tal, como acontece com os outros animais sociais, não é ele próprio fora do grupo. Necessita de pertencer ao grupo. Necessita portanto de identificar o grupo a que pertence. Quando, por exemplo, a identidade cultural de um grupo se dissolve, os elementos desse grupo fazem a «aprendizagem» mais lenta ou mais rápida da cultura do grupo que absorveu aquele, e integram-se neste. O período em que já perderam a ligação ao seu grupo de origem, e ainda não estão ou não se sentem integrados no novo grupo, é um período em

que o indivíduo se sente verdadeiramente «perdido», desorientado, angustiado, e o seu comportamento pode ser altamente anti-social.

Nas sociedades modernas do mundo industrializado, o racionalismo crítico começou por descobrir o aparente irracionalismo de muitos costumes, bem como o relativismo dos valores morais, a falta de verdade e de objectividade das tradições históricas comumente aceites, etc. Ao fazê-lo, tem libertado os elementos dos grupos sociais de outros tantos laços, e diminuído o poder caracterizador e moldador das respectivas culturas. De certo modo, o homem moderno sente-se construindo dia a dia, ao sabor das descobertas científicas, novas culturas diferentes. Só que, discutidos, os valores que vêm substituindo os antigos não definem uma nova imagem cultural, antes a complexificam, e por essa via tornam ambígua a identidade do grupo. Inevitavelmente, gera-se uma sensação de insegurança e, portanto, de angústia. O homem, que precisa «biologicamente» de pertencer a um grupo bem definido, procura então muitas vezes encontrar essa segurança em outros grupos de valores mais firmes, de cariz religioso uns, de cariz ideológico outros, mas geralmente caracterizados pelo fanatismo resultante justamente dessa vontade, tornada excessiva, de afirmar valores. Não podendo, nem devendo, renunciar ao progresso no conhecimento, a humanidade terá então que procurar, conforme disse João XXIII na frase citada, uma «nova ordem fundada na verdade mas de natureza moral», recuperando o sistema ético pelo reconhecimento simultâneo da sua relatividade e da sua necessidade.

Estas são pois algumas das razões que tornam extremamente importante a manutenção «viva» de um sistema ético. Sendo elemento fundamental de uma cultura, é também sempre elemento fundamental de uma identidade de grupo, e sem identidade não existe o grupo. Mais ainda, por serem regras de conduta, de acção, as regras morais são a parte mais dinâmica, mais marcante, do complexo cultural.

É neste sentido que o desuso da palavra honra pode ser preocupante, se for um sinal de que entrou também em desuso a ideia de que cada um de nós está obrigado a aceitar e cumprir um determinado sistema ético-social (que é, afinal de contas, o esqueleto central da própria sociedade) sendo essa aceitação e esse cumprimento responsabilidades nossas perante Deus, perante nós, perante os outros. Falar em dignidade quando for caso de falar em honra não nos parece bastante, pois que a menor

gravidade, o sentido mais formal e menos vinculado deste conceito implicará uma tendência para diminuir o peso e a força da responsabilidade moral. Falar em honra quando bastará ou será mais adequado falar em dignidade também nos parece inconveniente, porque, não só existem situações em que se pode e deve falar em dignidade e se torna evidentemente deslocado falar em honra, como também o uso excessivo e leviano de uma palavra lhe atenua o impacto. Julgo que há lugar para as duas na língua portuguesa, e que é importante, para salvaguarda das próprias realidades que elas simbolizam, que sejam adequadamente utilizadas.

3. *Considerações sobre ética*

Escrevemos há pouco que a existência e a observância de um código ético era elemento fundamental do complexo cultural, e que era este que originava e marcava a identidade do grupo. Se o grupo for uma Nação^(*), a identidade ligada à cultura e portanto à ética, será a identidade nacional. Se o grupo for o conjunto militar das Forças Armadas, a identidade em causa chamar-se-á espírito de corpo, e do mesmo modo estará estreitamente ligada à ética, neste caso, militar.

Mas, como a razão de ser e a finalidade das Forças Armadas é servir a Nação defendendo-a e garantindo a sua preservação, e esta preservação subentende a manutenção da sua identidade, as Forças Armadas não podem deixar de, em todos os momentos, estar também ao serviço dessa identidade. A consciência da existência dessa identidade nacional e a vontade de conquistar e manter essa identidade sabemos todos que se chama nacionalismo ou, se se preferir, para evitar outras conotações daquele termo, patriotismo. Uma das «utilidades» das Forças Armadas reside precisamente nesta capacidade que tem de materializar e garantir a permanência de um generalizado espírito patriótico. Por isso, além de outras razões, uma Nação-Estado que não quer ter Forças Armadas está, implicitamente, a declarar que não se preocupa em garantir a sua continuidade como Nação-Estado, e por isso também, entre outras razões, não há no mundo nenhuma Nação-Estado, menos ainda nenhum Estado plurinacional, que não mantenha qualquer espécie de Forças Armadas.

(*) Entendida como comunidade de base cultural, assente em tradições e costumes, geralmente expressos ou conservados numa língua comum, conforme escreve Marcelo Caetano no «Manual de Ciência Política».

Esta ligação fundamental entre as Forças Armadas e o patriotismo ou nacionalismo concorre para a importância que assume nas Forças Armadas a preservação dos valores morais. Mas as próprias Forças Armadas são também um grupo definido com identidade própria, e, portanto, com uma ética também própria, a ética militar, que de certo modo re-estabelece e re-define os valores éticos dominantes na sociedade Nação em que se inserem, introduzindo-lhes algumas alterações de hierarquia e de valor. Uma identidade própria forte por parte da instituição militar e dos seus diferentes corpos é desejável, na medida em que, traduzindo uma mais intensa vida ética, potencializa o espírito de corpo, portanto a coesão, portanto a capacidade de obter mais sacrifícios e adesões individuais, portanto maior eficiência. Mas uma identidade forte da instituição militar não pode desenvolver-se ignorando, muito menos contrariando, a supremacia da identidade nacional, sendo a Nação-Estado, razão de ser e finalidade das Forças Armadas. Assim sendo, a identidade do grupo militar há-de desenvolver-se no sentido em que simultaneamente se desenvolva também a identidade do grupo Nação, porque só assim poderá cumprir bem a sua missão.

Se o conceito de honra, como afirma Soljenitsine, abrange a liberdade interior de decidir sobre os nossos próprios actos bem como a responsabilidade respectiva, isto é, se ela abrange todo o campo do comportamento e portanto sintetiza a aceitação e o cumprimento de todo o sistema ético da sociedade, então cultivando a honra cultiva-se o sistema ético global e portanto o conceito de honra tem de ser um conceito extremamente importante em termos militares dada a ligação já apontada anteriormente entre os códigos éticos e a identidade-coesão dos grupos.

E quanto à dignidade? Como já vimos, esta cobre em muitos significados o mesmo campo que o conceito de honra, e a distinção que se pode fazer residirá na maior conotação daquele conceito com formalidades e símbolos, com situações transitórias, enquanto este se liga mais a caracterizações de fundo, permanentes e, sobretudo, responsáveis e responsabilizantes em termos morais. A dignidade, assim definida, tem o seu papel extremamente importante também no reforço do espírito de corpo. Geradora do respeito através do formalismo, ela deve impregnar as cerimónias, os símbolos, e as atitudes, enquanto a honra, respeitável em si mesma, deve constituir o fundamento que dá verdade e força à dignidade. Em termos da instituição militar, dignidade e honra complementam-se.

Quando por vezes se fala em dignidade da Instituição Militar, julgo que se deve ter em atenção que ela não se poderá reduzir a termos de reformulação da preparação académica, como também não se poderá reduzir a termos de remuneração adequada. É claro que ambos estes aspectos têm inegável importância, já que ambos influem na imagem que na opinião se forma, e a dignidade geradora de respeito precisa que os militares não sejam nem ignorantes nem miseráveis. Mas precisa também que os militares se respeitem a si próprios, às suas Unidades, aos seus Corpos e Armas, às suas Forças Armadas. É preciso que o seu comportamento seja ele próprio, e sempre, eminentemente respeitável. E para poder sê-lo precisa de ser inteligente e informado, daí a importância da preparação académica e profissional, precisa de ser honesto e compatível com a sua categoria social e com a valia social da própria Instituição, daí a importância da remuneração adequada, mas precisa sobretudo de ser moralmente irrepreensível, daí a importância da honra. Daí portanto que no Estatuto do Oficial das Forças Armadas se estabeleça que «o oficial deve regular o seu procedimento pelas normas da virtude e da honra e subordinar os seus actos às imposições decorrentes do dever militar e à obrigação de assegurar a sua responsabilidade e o prestígio das Forças Armadas» (artigo 5.º). Daí também que o bom comportamento moral seja condição indispensável para a promoção dos oficiais (artigo 74.º), que se vede aos oficiais o exercício de funções ou misteres impróprios do seu grau hierárquico ou lesivos do decoro militar, que afectem a sua respeitabilidade ou a dignidade da sua posição para com as Forças Armadas ou para com a Sociedade (artigo 13.º), que se considere razão suficiente para separar do serviço a prática de actos atentatórios do prestígio da Instituição Militar (artigo 50.º) e que no Regulamento de Disciplina Militar a obrigação de respeitar tanto a dignidade pessoal como a da Instituição e de regular o seu procedimento pelos «ditames da honra» apareça várias vezes e de várias formas (n.º 3 do artigo 2.º, artigo 4.º, n.º 16, 23 e 29 do artigo 4.º, artigo 71.º). Mas não apenas o conjunto ético, através das suas manifestações essenciais (honra) e formais (dignidade) é considerado. Também várias qualidades éticas que hão-de confluir no conjunto ético militar são cada uma de per si referidas no RDM, impondo-se assim, compulsivamente, o seu cumprimento, como acontece, por exemplo, com a obediência (1.º, 2.º, 10.º, 21.º, 37.º, 38.º, 43.º deveres do artigo 4.º), a lealdade

(3.º, 10.º, 12.º, 15.º, 24.º 55.º deveres do artigo 4.º), a obrigatoriedade do exemplo, ou seja, a verdade no comportamento (4.º dever do artigo 4.º), a justiça (5.º, 19.º, 20.º, 22.º deveres do artigo 4.º), a firmeza (deveres 5.º e 6.º do artigo 4.º), a responsabilidade (dever 7.º do artigo 4.º), a verdade (deveres 8.º, 50.º, 53.º do artigo 4.º), a dedicação (deveres 9.º, 27.º, 34.º), o apartidarismo político, ou seja, a permanente subordinação das ideologias e convicções pessoais à superior ideia da unidade nacional (deveres 13.º e 14.º do artigo 4.º), o decoro (dever 16.º do artigo 4.º), a honestidade (deveres 17.º, 25.º, 26.º, 39.º, 46.º, 47.º, 49.º do artigo 4.º), a moderação (deveres 18.º, 28.º, 29.º, 30.º, 32.º, 41.º do artigo 4.º), a pontualidade (dever 33.º do artigo 4.º), a boa apresentação (deveres 35.º, 44.º e 45.º do artigo 4.º), a modéstia (deveres 40.º, 48.º e 54.º do artigo 4.º).

Posto isto, como podemos caracterizar a honra e a dignidade da Instituição Militar considerada no seu todo?

A honra e a dignidade estão ligadas ao que se é, e também ao que os outros julgam que se é, isto é, ao que parece ser. Estão ligadas portanto tanto ao que se faz como ao público conhecimento do que se faz. As duas condições significam respeito, mas exigem simultaneamente acções que justifiquem esse respeito: vejamos a essa luz o caso do conceito de honra. O acto de honrar alguém pode fazer-se em dois níveis: respeitando esse alguém ou actuando de forma a que o bom crédito da acção recaia sobre esse alguém. Mas, nenhum dos dois níveis funciona sem que o outro também esteja preenchido ou se admita que o esteja. Isto é, o respeito por alguém não honra esse alguém se a actuação de quem respeita não valorizar esse respeito, nem, por outro lado, a actuação meritória de alguém honra outrem a quem esteja ligado, não existir o seu público respeito. Quando, por exemplo, se afirma que «os filhos honram os pais» isso pode querer dizer, e tem de querer dizer, que eles os respeitam — se não, não os honram — mas pode também querer dizer que as suas acções são meritórias, e, assim, honram os pais, acrescentando a consideração que tenham eles próprios conquistado, pela prova de boa educação e bom exemplo, reflectida, segundo a opinião geral, nas atitudes dos filhos. Em conclusão, a honra que recai sobre uma pessoa depende daquilo que ela é e que ela faz, e depende também daquilo que outras pessoas com ela ligadas por laços institucionais (família, grupo social, grupo profissional) façam.

A honra da Instituição Militar terá então que ser vista em dois níveis. O primeiro será o da honra de cada um dos seus membros, seu representante, reflectindo o seu comportamento de algum modo o ambiente geral da Instituição, que deverá ter influenciado esse comportamento, e que portanto a opinião pública sempre projectará na reputação da Instituição, do mesmo modo que projecta o comportamento dos filhos na opinião sobre os pais. Aqui age sobretudo a imagem de cada um a nível moral, que é a que mais facilmente é apreciada pelos indivíduos exteriores à Instituição. Embora a imagem a nível profissional seja inequivocamente importante pelo que sugere em termos de capacidade e confiança que merece, normalmente ela resulta do juízo formulado pelos seus companheiros de trabalho e tem uma difusão mais restrita e assim, a imagem boa ou má, do individuo, o julgamento feito pela opinião fora da Instituição, recai quase exclusivamente sobre o comportamento moral. Já em termos da opinião dentro da Instituição, o julgamento se baseará em proporções equivalentes nas aparências morais e técnicas do comportamento individual, talvez mesmo com tendência para privilegiar a componente da valia técnica. Em conclusão, a imagem da honra individual, que se reflectirá na honra da Instituição, dependerá predominantemente do comportamento ético, em termos de opinião geral, dependendo quase só desse comportamento em termos de opinião formada fora da Instituição, e, em menor grau, mas ainda de forma importante, em termos da opinião formada dentro da Instituição.

O segundo nível em que se terá de ver o problema da honra da Instituição Militar será o da própria Instituição em bloco. Tal como vimos no exemplo que demos da honra dos pais pelos filhos, a Instituição será honrada pelo respeito que merecer dos seus próprios membros, tanto como pelo comportamento honrado de cada um destes, mas para que estes factores, necessários mas não suficientes, se traduzam efectivamente num reconhecimento da honra, isto é, no prestígio, é preciso que também a Instituição, como tal, mereça o público e generalizado respeito.

Esse público e generalizado respeito dependerá, mais uma vez, do julgamento das pessoas e órgãos sociais fora da Instituição, e do julgamento dos próprios elementos desta, cujo respeito, recorda-se, é factor necessário, já referido. Esses julgamentos serão determinados pelas imagens de eficiência e de dignidade que a Instituição, como organização, souber projectar.

A eficiência tem aqui um grande papel. Logicamente, as pessoas não aceitam que alguma organização possa existir e gastar dinheiro sem ser para cumprir alguma finalidade, uma finalidade que se entenda como razão de ser da organização e que esta terá que atingir, e atingir bem. A dignidade, através de cerimónias, aspectos formais de disciplina, brio e atavio, etc. funciona aqui como símbolo e realce tanto da eficiência que a Instituição se esforça por atingir e manter, como da forte vivência que lhe é essencial.

Em conclusão, a honra da Instituição Militar está ligada à imagem que dela se fizer e que depende tanto da actuação dos seus órgãos e elementos, como dela própria, no seu conjunto, e tanto do ponto de vista moral, como do ponto de vista estritamente técnico-profissional da competência. Esse julgamento estará dependente, portanto, das missões atribuídas à Instituição, que pela sua importância e natureza podem ser elas próprias fonte de dignidade, bem como das aptidões reveladas ou supostas (o problema da imagem) para as cumprir.

4. Considerações sobre as Missões das Forças Armadas

Isso conduz-nos naturalmente a considerar o problema das missões atribuídas ou atribuíveis às Forças Armadas. Para que servem, afinal, as Forças Armadas?

Esta é uma pergunta que qualquer indivíduo tem todo o direito de formular. As Forças Armadas constituem uma instituição nacional, paga com o dinheiro dos contribuintes. Mas, a um direito de ser informado, corresponde um dever de informar. Quem deve então informar os contribuintes? Como não se trata de uma Instituição nova, mas sim de uma Instituição que já existe, e é mesmo tão antiga como o próprio Estado, as suas funções, as missões que lhe competem, as razões que levaram a criá-la e a mantê-la, devem ter permanecido, e ser geralmente conhecidas. O dever de informar deve então ser geral, e cometido a todos os órgãos que usualmente têm missões informativas, desde as escolas até aos governantes passando pelos profissionais da comunicação social e pelos políticos, mesmo aqueles que, por hipótese, considerem que a existência das Forças Armadas não tem razão de ser. Porque mesmo esses, dado que a existência das Forças Armadas é um facto, não poderão argumentar validamente contra essa existência se não recordando primeiro porquê e

para quê existem, para depois demonstrarem que as necessidades que levaram à criação e permanência da instituição militar já não existem mais, ou que, continuando a existir, passaram a ser satisfeitas por outras organizações de forma cabalmente satisfatória, ou ainda, que deixaram de ser necessidades importantes, e a sua satisfação não justifica já a despesa que se faz com as Forças Armadas.

Mas se o dever de informar o cidadão comum sobre as missões das Forças Armadas, aquilo para que elas servem ou deveriam servir, é um dever geral, mesmo daqueles que sustentam que se prescindia delas, parece ser lógico no entanto que esse dever compita antes de mais às próprias Forças Armadas, que melhor que ninguém conhecerão as suas missões, bem como as tarefas que desempenham para as cumprir e que, incidentalmente, poderão ter outras valias sociais para além das contidas naquelas missões, e que, mais do que ninguém, deverão estar interessadas em que a Nação onde se inserem conheça e compreenda com verdade e com justiça qual o seu papel, quais as necessidades sociais cujo preenchimento visam, quais os problemas e dificuldades com que se debatem.

A reflexão sobre as necessidades sociais preenchidas pelas Forças Armadas, as missões destas e os objectivos e tarefas que a elas conduzem, é um tema cuja importância, e cuja dimensão, amplamente justificaria um artigo só a ele dedicado. Não se poderá aqui, no desenvolvimento deste outro tema, fazer mais do que uma breve referência aos aspectos mais gerais e mais salientes, dessa problemática.

A necessidade da existência das Forças Armadas é, antes de mais, uma necessidade de raiz ligada ao próprio facto de existirem Estados independentes, acima dos quais não há nenhum poder efectivamente controlador das suas actividades internacionais que, garantindo a aplicação de um direito internacional, dispensasse a necessidade dos Estados se defenderem a si próprios. Conforme se refere no Concílio Vaticano II (*). «Enquanto o risco de guerra subsistir, e não exista autoridade internacional competente e dispendo de forças suficientes, não se poderá negar aos governos, uma vez esgotadas todas as possibilidades de acordo pacífico, o direito de legítima defesa». As Forças Armadas são o instrumento dessa legítima defesa.

(*) Padre René Coste, no artigo *Evangelho e Violência* a pág. 98 da revista «*Défense Nationale*» de Maio de 1980, citando o n.º 79 § 4 da Constituição «*A Igreja no mundo deste tempo (Gaudium et Spes)*» do Concílio Vaticano II.

Em 20 de Fevereiro de 1976, o Sr. Dr. Diogo Freitas do Amaral, numa exposição realizada no Instituto de Altos Estudos Militares em Pedrouços⁽⁵⁾, declarou, a propósito da necessidade de existência das Forças Armadas em Portugal: «... No nosso modo de ver, as instituições militares são um elemento essencial do conceito actual de soberania. Teria pois consequências incalculáveis, tanto no plano interno como no plano internacional, o acto pelo qual se despojasse o Estado de um dos seus principais atributos (...) Por outro lado, é obviamente demasiado simplista a teoria que reduz à vizinha Espanha o leque das ameaças potenciais a ter em conta numa política correcta de defesa nacional: basta pensar na nossa costa marítima, nos Açores e na Madeira, na necessidade de protecção das frotas portuguesas de pesca e de marinha mercante, e ainda na nossa pertença à NATO, para se concluir que o inimigo, se inimigo houver, pode surgir em quase todos os azimutes. Em suma, o peso político, o valor estratégico e a respeitabilidade diplomática de um Portugal inerme diminuiriam de tal forma, que a capacidade de defesa externa dos nossos interesses e a credibilidade da negociação internacional depressa nos reduziriam a um estatuto de quase irrelevância no concerto das nações.»

Depois de ter assim afirmado a necessidade da existência das Forças Armadas, mais adiante tece algumas considerações sobre as missões que devem competir às Forças Armadas no actual momento histórico. Assim, declara «... Entre as missões permanentes das Forças Armadas podemos destacar, pela sua importância, as seguintes: assegurar a defesa nacional, dar execução aos compromissos internacionais de carácter militar, colaborar na manutenção da ordem pública e participar nas tarefas de protecção civil. Quanto à defesa nacional, nenhuma dúvida se levanta aqui, arrumado que foi logo de início o problema da necessidade de possuir Forças Armadas. A verdade é que garantir em permanência, em quaisquer circunstâncias e contra todas as formas de agressão, a segurança e integridade do território nacional, bem como a vida e os bens da população, sempre foi e continua a ser o fundamento último da instituição militar (...) A noção de defesa nacional vem assim juntar-se, sem contudo a substituir, os conceitos de defesa atlântica e de defesa europeia (...) Tanto na direcção da defesa atlântica como na da defesa europeia, Portugal terá pois nos próximos anos possibilidades consideráveis de alargamento

(5) Edição de 1976 do CDS.

da sua acção militar no domínio internacional (...) Segue-se a colaboração na manutenção da ordem pública. Trata-se, no entendimento do CDS, de uma missão puramente eventual que só deve ser exercida a título supletivo, isto é, se e na medida em que as forças de polícia não puderem desincumbir-se da sua tarefa específica (...) O mesmo se diga, por último e em termos análogos, da quarta e última missão permanente atrás enunciada, a participação nas tarefas ditas de protecção civil — que são no fundo as acções directas de socorro contra incêndios, inundações, terremotos, acidentes de viação, e outras calamidades públicas (...) E passemos agora às missões transitórias (...) Conclui-se que segundo esta lei (Lei Constitucional n.º 17/75, de 26 de Dezembro) as missões transitórias das Forças Armadas são três: assegurar a transição para a democracia, assegurar a transição para o socialismo, e colaborar na reconstrução nacional (...).»

Comparando estas afirmações do Professor Dr. Freitas do Amaral com as missões atribuídas às Forças Armadas pela Constituição (título x, artigo 273.º), verifica-se que a parte do seu discurso em que se refere à missão de assegurar a defesa nacional (garantir a permanência, em quaisquer circunstâncias, da segurança e integridade no território nacional e da vida e bens da população) se pode aproximar do n.º 1 do artigo 273.º: «As Forças Armadas Portuguesas garantem a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território.»

A parte que se refere, no discurso citado, à execução a dar aos compromissos internacionais de carácter militar não tem correspondência expressa nas missões atribuídas pela Constituição, embora se possa considerar que essa execução decorra naturalmente da combinação entre as necessidades de garantir eficazmente a defesa da integridade do território (e vida e bens da população) e a defesa e exercício da independência nacional, através de alianças livremente assumidas com outros Estados. Quanto às missões permanentes de colaborar na manutenção da ordem pública e tarefas de protecção civil, que não são missões normais e prioritárias das Forças Armadas mas apenas missões de recurso, supletivas das carências de outros órgãos civis, também elas não constam nestes termos no artigo 273.º da Constituição, mas podem considerar-se de certo modo abrangidas pelos n.º 3 (As Forças Armadas garantem o regular fun-

cionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição) e n.º 5 (As Forças Armadas colaboram nas tarefas de reconstrução nacional).

Quanto às missões transitórias a que se refere o Dr. Freitas do Amaral, as duas primeiras (transição para a democracia e transição para o socialismo) estão claramente expressas no n.º 4 e subentendidas no n.º 2 do artigo 273.º, correspondendo a terceira (colaborar na reconstrução nacional) ao n.º 5 daquele artigo.

Do que atrás vem escrito poder-se-á desde logo verificar que a necessidade da existência das Forças Armadas está directa e indissolavelmente ligada à própria existência da comunidade política soberana e independente, cujo «peso político, valor estratégico e respeitabilidade diplomática» seriam quase anuladas na sua falta. Verifica-se também que as missões das Forças Armadas Portuguesas se podem agrupar em várias categorias, sendo umas permanentes e outras transitórias, sendo umas tradicionais, históricas, essencialmente militares e directamente ligadas com as necessidades de defesa e afirmação política internacional da soberania do Estado, voltadas sobretudo contra ameaças externas, e outras não essencialmente militares, de carácter supletivo e de recurso, voltadas sobretudo contra ameaças e vulnerabilidades internas.

As missões tradicionais, históricas, são por isso mesmo essencialmente militares e não podem deixar de ser permanentes. São aquelas que realmente caracterizam as Forças Armadas e que só elas podem cumprir. Dizem respeito à garantia da existência do Estado, assegurando a sua unidade, a integridade do território, a independência ou, como diz o sr. Prof. Dr. Freitas do Amaral, na conferência citada, assegurando a Defesa Nacional. Isso não quererá dizer que apenas às Forças Armadas compete executar todas as medidas conducentes a essa Defesa, já que, segundo conceitos modernos, ela abrange tanto as medidas de carácter militar como as de carácter político, económico, social e cultural que possam contribuir para a Segurança Nacional. Mas, julga-se, as Forças Armadas desempenharão nesse campo um papel fulcral, tanto pela natureza decisiva dos aspectos propriamente militares da Defesa, como pelo peso que a sua existência dissuasora empresta a muitas das medidas tomadas nos sectores político e social.

As missões não essencialmente militares atrás referidas destinam-se a dar resposta à necessidade de «garantir o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição» ou de «colaborar na manutenção da ordem pública», à necessidade de colaborar «nas tarefas de reconstrução nacional» e nas «tarefas de protecção civil» durante calamidades públicas. Incluem ainda missões como assegurar a transição para a democracia e para o socialismo (n.º 4 do artigo 273.º).

Estas missões são todas elas marginais relativamente à verdadeira razão de ser das Forças Armadas, a quem competem apenas de forma supletiva, e se quanto a algumas elas se podem considerar permanentes e naturalmente decorrentes das aptidões e meios que existem nas Forças Armadas, tal como as que dizem respeito à colaboração na ordem pública e na protecção e ajuda às populações, já quanto a outras, aperecem nitidamente circunstanciais e transitórias, como as que dizem respeito às transições para a democracia, que se poderá considerar cumprida, e para o socialismo, que é altamente discutível como missão fixada às Forças Armadas, podendo considerar-se mesmo em contradição com a concepção democrática de Forças Armadas, politicamente descomprometidas e subordinadas ao poder político legítimo, já que a formação de um Estado socialista se pode considerar como objectivo partidário político assumido por apenas uma parte da população portuguesa e naturalmente sujeito às alternâncias da vontade maioritária.

De qualquer modo, deste conjunto de missões se pode concluir que as Forças Armadas, para além das missões essenciais ligadas à Defesa Nacional, que lhes são próprias e são as características, estão disponíveis e são utilizadas, como instituição nacional profundamente dedicada ao serviço colectivo, em outras missões extremamente importantes, sempre que uma emergência ocorra, e não resulte disso prejuízo para as suas missões fundamentais.

Conforme se escreve na Constituição *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II «Quanto àqueles que se dedicam ao serviço da pátria na vida militar, que eles se considerem também como os servidores da segurança e da liberdade dos povos: se se desempenharem correctamente dessa tarefa, concorrerão verdadeiramente para a manutenção da paz»^(*).

(*) Evangelho e Violência pelo Padre René Coste, a pág. 98 da Revista «Défense Nationale» de Maio de 1980.

Mas a existência das Forças Armadas, por si só, para além das missões já referidas, assegura ainda a prestação de outros serviços inestimáveis à colectividade, tais como a estabilidade social, o fortalecimento do patriotismo, o aperfeiçoamento ou a integração tecnológica de largas massas da população.

Efectivamente, a natureza especial da organização das Forças Armadas, em que a hierarquia e a disciplina são valores não apenas importantes, mas mais do que isso, perfeitamente essenciais, e a condição de apartidarismo político que decorre necessariamente da sua vocação nacional, fazem com que naturalmente as tensões e agitações da sociedade onde se inserem se neutralizem ou pelo menos atenuem dentro dos quartéis. É claro que a Instituição militar não é imune a essas tensões e agitações. Membros como são da colectividade nacional, os militares logicamente trazem consigo os ódios, as revoltas, as insatisfações, os recalçamentos, que num determinado momento histórico afligem os seus concidadãos. Mas, enquanto na sociedade civil os mitigadores das paixões porventura desencadeadas são apenas o sistema legal-jurídico e o sistema cívico-moral, cuja intervenção se resume em inibir o explodir de violências, mas praticamente não actuam na fase em que as tensões sociais se formam e agudizam, já na sociedade militar a acção daqueles dois sistemas é completada e reforçada pela hierarquização, pela disciplina, e pela ética militar, que actuando sempre no sentido de obter a unidade dos sentimentos e das vontades, e partindo do facto preestabelecido da neutralidade política, podem actuar com mais intensidade na própria fase da formação das tensões. Se estas forem muito fortes e persistentes, se a hierarquia e disciplina militares, inversamente, estiverem em crise, e o princípio do apartidarismo político das Forças Armadas (que comprova a vocação nacional e portanto legitima o apelo à unidade) for esquecido, então as Forças Armadas acabarão por sucumbir ao clima social de agitação, como aconteceu aliás em Portugal em 1974/75. Mas enquanto forem respeitadas as três condições já referidas — hierarquia, disciplina, apartidarismo político — as Forças Armadas conseguem absorver e atenuar as tensões sociais em formação ou em desenvolvimento na comunidade nacional, e assim, quer pelo seu exemplo e papel dissuasor ou tranquilizador, quer pela acção indirecta que exercem através da passagem, pelo seu interior, da massa anual dos conscritos, as Forças Armadas funcionam como lugar de equilíbrio e consenso amortecedor das tensões sociais.

A acção das Forças Armadas como potencializadora do progresso tecnológico é bastante conhecida. Além dos técnicos altamente qualificados que nelas prestam serviço nos quadros permanentes, cobrindo várias dezenas de especialidades diferentes na Marinha, Exército e Força Aérea, há ainda que referir a acção de larga influência exercida na formação de muitos milhares de especialistas executantes e técnicos intermédios nos contingentes anuais, e ainda o contributo que as encomendas militares e a própria indústria militar dão à dinamização da economia nacional e consequente criação de empregos tecnicamente qualificados.

Essa passagem anual pelas fileiras, de dezenas de milhares de jovens que, na esmagadora maioria, aí efectuam a transição entre a situação de filhos-dependentes para a de adultos independentes, como uma espécie de «rito de passagem» entre a adolescência e a plenitude da situação de adulto, confere às Forças Armadas uma capacidade muito especial, a capacidade de «formar», isto é, modificar conhecimentos ou comportamentos, funcionando como uma «escola». É actuando como «escola» dos contingentes de recrutas uma das formas pelas quais as Forças Armadas contribuem para o progresso tecnológico da Nação. É como «escola» desses mesmos contingentes que as Forças Armadas contribuíram e continuam contribuindo para facilitar a integração social dos vários grupos culturais e regionais, e também a integração dos jovens rurais nos hábitos e modos de vida urbanos, que se adequam melhor às exigências da sociedade moderna, profundamente marcada pela evolução tecnológica. Finalmente, é actuando como «escola» que nas Forças Armadas, muito naturalmente e mesmo sem que disso se dê conta, se difunde e reforça o sentimento patriótico. A própria natureza da missão principal, como vimos, toda ela voltada para o serviço da Nação-Estado assumida na sua totalidade e plenitude, o juramento de fidelidade que é exigido e que formaliza a ligação indivíduo-colectividade nacional, o contacto com outros indivíduos de todos os grupos, classes ou regiões que compõem o conjunto nacional, o respeito imposto aos símbolos nacionais, o formalismo e práticas que valorizam a acção colectiva, os princípios da deontologia militar, tudo isso contribui para criar ou reforçar sentimentos de solidariedade nacional.

Este sentimento nacionalista é evidentemente ingrediente indispensável da manutenção da Nação, portanto da Defesa Nacional, portanto, natural e logicamente, fortalecê-lo deverá ser preocupação presente no espírito dos quadros responsáveis pelas Forças Armadas, cuja missão principal,

como já vimos, se insere nessa Defesa. Mas esse sentimento nacionalista é também necessário ao progresso, e ao bem-estar, económico e social. Muito simplesmente, porque a existência de um grupo pressupõe necessariamente a coesão entre os seus membros, e no caso do complexo grupo social que é uma Nação, essa coesão é o sentimento nacionalista. O enfraquecimento deste, e, no limite, a sua ausência, cria obstáculos à organização social, por enfraquecimento e, no limite, ausência do consenso de aceitação do poder do Estado e da legitimidade das leis, assim como ao entendimento mínimo entre os agentes económicos, e à existência da confiança por parte dos investidores privados, tudo concorrendo na estagnação económica e no desemprego. A falta de coesão social suficiente implica ou dissolução do Estado, ou, pelo contrário, o seu reforço ditatorial para substituir pela imposição forçada o consenso de aceitação das regras sociais que a ausência da suficiente coesão põe em causa. Em democracia, o sentimento patriótico suficiente é pois condição de sobrevivência do próprio regime. Inclusive porque, sendo natural e muito desejável que existam várias tendências de opinião, e estas se organizem, a coesão do todo só poderá ser mantida se houver algo que una as várias tendências, partes da sociedade, para além das suas diferenças de opinião e de objectivos. Esse algo terá de ser, só pode ser, o sentimento nacionalista, isto é, a consciência de existir um agrupamento mais vasto em que indivíduos e grupos ou partidos se integram, consciência de que é desejável e necessário pertencer a esse agrupamento mais vasto, que é a Nação, e vontade de nele se manter integrado. Qual o poder de um Estado cuja comunidade perdeu o sentido da sua unidade profunda? As regras, as leis, só se podem impor pela força, as divisões internas transformam-se em fracturas que se aprofundam, as «pontes» desaparecem. Mas se os elementos dos vários grupos de uma sociedade sentirem que estão unidos numa unidade mais vasta e mais forte, que os englobe a todos e a todos diz igualmente respeito, então a vida social é possível numa base de relativo entendimento, os acordos fazem-se com respeito mútuo, a comunidade pode progredir em termos económicos encontrada a mútua confiança e a conjugação dos esforços.

Por aquilo que se escreveu atrás se vê também que o sentimento nacionalista, ou patriótico, é um poderoso atenuador das tensões sociais, portanto gerador de estabilidade, aparecendo-nos como outra das razões para

a função estabilizadora das Forças Armadas no seio da sociedade global, já que nelas, como também vimos, o culto do patriotismo é simultaneamente uma necessidade para a missão, e uma decorrência normal da sua actividade.

5. Considerações sobre a eficiência militar

Os factores essenciais que intervêm na preparação da Defesa militar de um Estado e que estão subjacentes à eficiência dessa Defesa, podem reduzir-se a três. Destes, dois seriam de natureza quantificável: a disponibilidade dos recursos materiais necessários ao armamento e equipamento das forças, e a disponibilidade dos recursos humanos suficientes. Um terceiro seria de natureza qualitativa, e poder-se-ia designar por força moral, ou vontade de, efectivamente, se defender.

O factor relativo ao equipamento e armamento diz sobretudo respeito à riqueza nacional, mas diz também respeito à vontade nacional de se defender e de se afirmar internacionalmente, vontade essa assumida de forma difusa em termos colectivos, reflectida em termos de opinião pública, e traduzida de forma concreta pelos representantes políticos, vontade essa que determinará uma parcela maior ou menor da riqueza nacional para essas finalidades.

O factor relativo à disponibilidade dos recursos humanos diz respeito a aspectos físicos, tais como a dimensão do Estado e a sua densidade populacional, e também a aspectos de política geral, tais como, por exemplo, o regime de recrutamento, a duração e condições da prestação do serviço militar, a existência e a dimensão de corpos militares profissionalizados, etc. Mas, mais uma vez, a vontade nacional de Defesa intervém e reflecte-se, quer nos aspectos de política geral atrás referidos, quer nos índices de refractários, desertores, objectores de consciência, por um lado, e de voluntários por outro, quer ainda, de forma indirecta, no interesse e empenho postos na instrução e no cumprimento do serviço por parte dos contingentes anuais. Isso conduz-nos a outro aspecto também importante do factor recursos humanos que é o que se refere à qualidade técnica possível de obter através da instrução ministrada nos quartéis, isto é, a aptidão para bem utilizar o armamento e equipamento de que se dispõe, e, de um modo geral, para bem combater.

O factor moral, traduzido na vontade de defesa, aparece-nos portanto, desde logo, como elemento condicionador dos outros dois factores, já que a dimensão da fatia disponível da riqueza nacional para o equipamento material da Defesa militar depende desta vontade colectiva, como também esta se reflecte de vários modos na percentagem da população disponível para as várias modalidades do serviço militar bem como no empenho com que este é cumprido e de que depende em parte a qualidade do resultado final em termos de qualificação técnica militar. De facto, este factor é talvez o mais importante e fundamental de todos. Se uma nação tiver consciência de ser, e quiser ser, ela manter-se-á como nação mesmo se for vencida e ocupada, e um dia poderá reconquistar a sua liberdade e a sua independência. Mas se a vontade colectiva não existir, a nação acabará por desaparecer.

A influência do factor moral exerce-se também na eficiência da Defesa através da credibilidade que dele resulta, ou não, para a capacidade dissuasora do poder militar. A acção mais prolongada, e mais desejável também, que as Forças Armadas exercem em termos de defesa militar, é a acção de dissuasão, ou seja, a capacidade de evitar um ataque de um inimigo potencial, pela convicção que neste é criada de que a resposta a esse ataque seria susceptível de lhe causar um determinado nível de custos demasiado elevados para serem compensados pelos ganhos prováveis resultantes do ataque. Essa acção de dissuasão reside portanto na *convicção criada* acerca da capacidade de resposta militar. Como é evidente, um factor fundamental para criar essa convicção é a existência manifesta da vontade de todo um povo se defender, e aquela convicção será tanto maior quanto mais visíveis, claras e inequívocas forem as manifestações dessa vontade.

Esta vontade colectiva, sentimento extremamente complexo, depende de muitos factores, entre os quais se poderão assinalar, como especialmente influentes, em primeiro lugar o sentimento patriótico ou coesão nacionalista, e em segundo lugar a atitude colectiva quanto aos valores morais em geral, o nível de importância que lhes é atribuído no quotidiano, o grau e o tipo de sacrifícios que a generalidade das pessoas está disposta a aceitar e o tipo de coisas que consideram merecedoras desses sacrifícios, ou seja, afinal, a atitude mais materialista ou mais idealista que a maioria das pessoas da comunidade geralmente adoptam perante a

vida. Por sua vez, essa vontade colectiva manifesta-se através da opinião pública, que influencia mais ou menos os governantes (que dependem dos votos) e os órgãos de comunicação social (que dependem da aceitação do mercado) mas que é também ela influenciada pelas atitudes e opiniões dos governantes e dos órgãos de comunicação social.

Finalmente, a vontade colectiva de defesa materializa-se através das decisões dos governantes, em termos de prioridades, orçamentos, leis, e a nível disperso, menos aparente, mas importante em termos de participação e empenho dos indivíduos, na prestação do serviço militar.

A eficiência das Forças Armadas está desde logo dependente, portanto, desta vontade colectiva, que influencia a obtenção do equipamento e armamento, que mobiliza os recursos humanos, mas que sobretudo, por um lado, condiciona à partida a qualidade técnica militar que é possível esperar das massas humanas incorporadas e por outro é elemento determinante de uma enquadrante essencial ao cumprimento da missão e que é a credibilidade de efeito dissuasor. Efectivamente, a missão de defesa militar não pode entender-se como concretizando-se apenas em tempo de guerra. Ela é permanente, e em tempo de paz, não só há que preparar a actividade de tempo de guerra como há que pôr em prática a dissuasão, que pode mesmo considerar-se como um dos factores mais decisivos na conservação da paz.

Uma boa parte da eficiência das Forças Armadas, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, está pois dependente desse factor moral ligado à vontade de defesa da colectividade global onde essas Forças Armadas se inserem. Mas, obviamente, essa eficiência depende também, e principalmente, de factores intrínsecos a essas Forças Armadas, que, além da sua dimensão e meios, e da competência técnica do seu pessoal, incluem a sua disciplina, a sua vontade de combater, o brio, a coragem, o espírito de sacrifício, a resistência, a rusticidade, a adaptabilidade, enfim, todo um vasto painel de qualidades humanas que a ética militar valoriza, que o espírito de corpo incentiva, e cujo conjunto é uso designar pela expressão «moral das tropas».

6. Conclusão

Vimos já, no início deste artigo, que a noção de honra se poderia assimilar à ideia de consonância ou correspondência com os valores morais respeitados, bem como à responsabilidade de actuar em correspondência

com eles, e que a noção de dignidade, em parte coincidente com a de honra, se poderia entender como modo de proceder ligado ao respeito de si próprio e à necessidade de obter o respeito dos outros, ou seja, de forma simplificada, se poderia entender honra como a qualidade de ser como «deve ser», isto é, como a generalidade das pessoas esperam e desejam que se seja, e dignidade como a qualidade de se proceder, formalmente, como se «deve proceder», isto é, como as pessoas esperam que procedamos. Uma e outra reflectem-se na capacidade de conquistar apreço, consideração, respeito. Vimos também que a honra e a dignidade da Instituição dependiam tanto da honra e dignidade de cada um dos seus elementos, julgados estes sobretudo em termos de procedimento moral, como da honra e dignidade atribuídos pela opinião pública à Instituição como um todo, julgada esta sobretudo em função da capacidade que lhe seja atribuída em termos de cumprimento da missão ou missões, isto é, em termos de eficiência.

Aqui, mais uma vez os elementos se misturam. A sociedade civil constrói o seu juízo sobre a eficiência das Forças Armadas a partir de origens muito variadas, desde informações que obtém sobre a eficiência e adequação dos meios materiais (armamento e equipamento) e humanos, desde a ideia que forma sobre a dimensão e eminência das eventuais ameaças, desde a ideia que forma sobre a capacidade técnica dos militares, até à ideia que tem da natureza, necessidade e importância das missões das Forças Armadas (ideia muito influenciada pela outra que forma da natureza, dimensão e eminência das ameaças) mas, subjacente à formulação de todas estas ideias e juízos, e influenciando-os fortemente, está uma ideia difusa ligada à confiança que lhe merecem os elementos individuais e colectivos (determinadas Unidades e também os diferentes Ramos) das Forças Armadas. A imagem de eficiência que as Forças Armadas conseguem junto da sociedade civil, e que é decisiva no seu prestígio, não é, nem pode ser, uma imagem rigorosa baseada em competentes juízos tecnicamente fundamentados, mas uma resultante complexa de impressões decorrentes quer das experiências individuais durante a prestação do serviço militar, quer das informações e comentários dos círculos de relações pessoais e dos órgãos de comunicação social.

A importância da honra e da dignidade está tanto no que significa em termos de realidade interna a sua conquista, como no efeito que causam. Em termos de significado, a honra da instituição militar é obtida

através da prática da deontologia militar, através da atribuição de missões adequadas, através da aquisição da competência para o cumprimento dessas missões. Numa profissão que se define pela capacidade de administrar correctamente a violência, com tudo o que isso implica de responsabilidade social e de riscos pessoais, a necessidade de manter altos níveis de prática deontológica é muito clara. Ela dá sentido às muitas servidões, limitações e sacrifícios da vida militar, e é ela que permite o correcto funcionamento desse ingrediente indispensável da eficiência, a disciplina, que tem de ser em larga medida compeendida e aceite. Essas compreensões e aceitação são preparadas pela prática constante da ética militar. Quanto à necessidade de atribuição de missões adequadas, essa necessidade decorre desde logo, logicamente, do facto de que qualquer instrumento só atinge o seu rendimento óptimo quando é utilizado para os fins para que foi concebido. Mas também, neste caso particular de que estamos tratando, o desvio das Forças Armadas para missões que não são as que lhes são naturalmente atribuíveis, pode dar como resultado o colocarem-se ao serviço de uma parte da Nação prejudicando assim a unidade desta e transformando umas Forças destinadas a servirem a totalidade, em servidoras de uma parte, ou pior ainda, opressoras de uma parte. Pode também acontecer serem utilizadas em tarefas que, embora de interesse inequivocamente nacional, não sejam aquelas que as populações esperam das Forças Armadas e para as quais estas não estejam bem preparadas, prejudicando a imagem de eficiência que integra o conceito de honra (responsabilidade moral pela actuação) e pondo mesmo em causa a justificação da sua existência, pois todas as outras tarefas que não sejam a gestão da violência organizada em defesa militar da colectividade tem outras instituições e órgãos que, tradicionalmente, asseguram o seu cumprimento. O desempenho de missões supletivas em áreas de actividade relacionadas ou próximas da missão histórica das Forças Armadas é perfeitamente aceite como natural, e, pelo facto de serem relacionadas ou próximas dessa missão, ou por habitualmente lhes serem consideradas como atribuíveis, não põem em causa, no espírito das pessoas, a credibilidade da eficiência dessas Forças na sua missão principal. Mas, pelo contrário, a atribuição de missões às Forças Armadas que não seja em áreas de actividade próximas ou relacionadas com a missão principal, nem lhes sejam habitualmente consideradas atribuíveis, como por exemplo, tarefas em

áreas políticas (guia ou «motor» de uma revolução, veículo determinante da imposição de um determinado projecto político, etc.) em áreas económicas (como acontece ou aconteceu em alguns países em que as Forças Armadas têm sido utilizadas como força de trabalho na agricultura ou na indústria) ou em áreas culturais (revoluções culturais, campanhas de dinamização cultural, etc.), por muito boas intenções que eventualmente possam estar na base da atribuição de tais missões, tem sempre resultados negativos. Por um lado, pelo inesperado da situação, focalizando a atenção das pessoas nessas missões supletivas, conduz a opinião pública a esquecer ou minimizar a ligação entre Forças Armadas e a missão principal tendendo a pôr em causa a credibilidade da instituição em termos de Defesa militar e a considerá-la como partido político, ou força laboral, ou organização político-cultural, conforme os casos. Por outro lado, pela absorvência inevitável de uma nova e complexa tarefa, conduz a diminuir ou eliminar a capacidade técnica militar. A imagem da eficiência e a própria eficiência são assim severamente atingidas, e por essa via, posta em causa a honra colectiva da instituição que deixa de assumir convenientemente a responsabilidade moral de bem actuar no campo que, como Instituição, a caracteriza e a justifica — o da defesa militar.

A aquisição da capacidade para o cumprimento das missões adequadas é o outro vector da honra e dignidade institucionais que referimos. A nível individual, como vimos, embora a honra se coloque mais no campo moral, ela não pode estar desligada da competência. Mesmo que por hipótese fosse completamente irrepreensível do ponto de vista moral, como poderia considerar-se honrado, como poderia assumir correctamente a total responsabilidade moral dos seus actos, qualquer cidadão que não seja competente ou não se esforce por o ser na profissão ou na actividade social que exerce, já que a sua incompetência inevitavelmente traz prejuízos a terceiros? E, afinal, como poderia ser esse cidadão moralmente irrepreensível sendo consciente e voluntariamente incompetente, quando esse facto não pode deixar de significar falta de brio, desonestidade, preguiça, irresponsabilidade? E se isso é verdade em qualquer profissão ou outra actividade mesmo não profissional desde que e sempre que tenha que ver com outras pessoas, é-o especialmente numa actividade como a militar, responsável perante a nação inteira, e em que o risco de vida pode estar em causa.

A nível de conjunto, ainda mais fortemente se põe o problema da competência como factor de honra e também de dignidade. Como também já vimos, ambas dependem do sancionamento da opinião, e, se esta ao julgar os indivíduos se inclina mais para avaliar o aspecto moral do seu comportamento, já no juízo das organizações se inclina mais para valorizar o aspecto da eficiência suposta em alcançar os objectivos esperados em termos das missões que as caracterizam.

Assim, portanto, a obtenção da honra e da dignidade significa inevitavelmente elevado nível moral e competência técnica reconhecida no desempenho das missões adequadas. Quanto ao efeito que o reconhecimento destas qualidades causa, ele pode medir-se em termos de influência na opinião pública, e em termos de efeitos retroactivos sobre a própria instituição.

Em termos de efeitos na opinião pública, o reconhecimento da honra, facilitado pela existência da dignidade, a qual por sua vez se sustenta e fortalece na honra, significa respeito, e aceitação geral. Portanto, a instituição honrada obtém mais facilmente os elementos de que necessita, e a acção honrada, ou a actividade do indivíduo ou da instituição honrados, contém os elementos necessários a uma fácil aceitação dos seus efeitos que assim podem fixar-se ou prolongar-se. Pelo contrário, a acção apenas útil mas não honrada não tem, por definição, a aceitação consensual, pelo que, necessariamente, a médio ou a longo prazo, a opinião contrária a ela tenderá a opor-se ou a limitar ou a modificar os efeitos produzidos. Por outro lado, se o indivíduo ou a instituição tiver uma reputação honrada, essa reputação reflectir-se-á na sua actividade, e tenderá a tornar duvidosa a opinião sobre uma acção menos feliz, ou a tornar favorável a opinião sobre uma acção de valor duvidoso, melhorando em ambos os casos os efeitos que acabarão por ser produzidos, e actuando assim, de facto, como um potencializador da eficiência.

Ao falar-se em efeitos retroactivos da obtenção da honra e da dignidade sobre o indivíduo ou instituição pretende-se pôr em relevo o facto de que é uma aspiração universal, profundamente radicada na natureza humana, a conquista do respeito. O respeito do indivíduo por si mesmo é o cimento da sua personalidade, que se degrada e desagrega quando esse auto-respeito diminui ou desaparece, e o respeito dos outros é uma necessidade básica que aparece em termos de prioridade e importância

logo a seguir às necessidades vitais de sobrevivência, e que, de certo modo, pode ser mesmo considerada regra padrão da integração social (o indivíduo pode considerar-se bem integrado num grupo se é respeitado pelos outros elementos do grupo, e não, se o não for). Também para as Organizações colectivas o respeito interno dos seus membros por elas é condição de coesão, e o respeito obtido da sociedade mais vasta em que se insiram é condição de correcta integração. Sendo assim, e sendo a honra e a dignidade os indícios públicos tanto do merecimento como do recebimento do respeito, naturalmente que serão desejadas e, uma vez obtidas, a consciência delas actua como forte incentivo a que cada vez mais se mereçam e se recebam, o que só pode conseguir-se através da vivência dos princípios éticos correctos e da competência técnica.

Deste modo, honra e dignidade nascem da coerência ética (coerência no sentido de adequação dos actos aos princípios assumidos) e da competência técnica, e produzem também coerência ética e competência técnica. Como a eficiência militar, isto é, a capacidade que a instituição militar possui de cumprir as suas missões, depende tanto da sua capacidade técnica como da sua força moral, da sua vontade para combater e enfrentar a morte, e esta força, através da disciplina e do espírito de corpo, depende de um elevado nível ético, a honra e a dignidade estão no centro da própria eficiência militar. E mais ainda, na medida em que grande número de jovens anualmente passam pelo interior da instituição militar, o elevado nível ético e o forte espírito de dedicação e sacrifício pela nação que estão subjacentes e simultaneamente derivam da honra e da dignidade das Forças Armadas vão impregnando esses jovens e assim aquela honra e dignidade contribuem para fortalecer o sentido ético geral e o patriotismo da nação inteira, desenvolvendo nesta a força moral e a efectiva vontade de defesa que, por sua vez, é também ingrediente fundamental, como vimos, da eficiência das Forças Armadas, e da Defesa militar.

Finalmente, se a honra e a dignidade da Instituição Militar estão no centro da sua eficiência, e se influem na vontade de defesa da própria nação que por sua vez condiciona os recursos humanos e materiais de que as Forças Armadas necessitam e é fundamental na credibilidade da dissuasão, então a preocupação com tudo o que possa contribuir para essa honra e dignidade deverá intervir não apenas de forma relativamente marginal na concepção e planeamento da organização e da actividade geral

das Forças Armadas, mas ser considerada com a prioridade correspondente a essa importância. Assim, por exemplo, actividades ligadas ao estudo da história da Instituição, dos seus Ramos, das suas Unidades, ao estudo e reflexão sobre os problemas ligados à relação entre a sociedade militar e a civil, ao estudo, definição e ensino da ética militar, actualizada e adequada à sociedade portuguesa e às suas Forças Armadas, bem como o culto do patriotismo, de todas as formas e em todas as ocasiões que para tal sejam adequadas, deverão ser encaradas como tarefas realmente importantes e *dizendo directamente respeito à eficiência militar*. Também, porque a honra e a dignidade assentam no reconhecimento e respeito públicos, deverá ser compreendida a essa luz a importância das actividades de divulgação e de prestígio. Nesse aspecto não podem deixar de ser preocupantes os ataques e incompreensões de que por vezes as Forças Armadas são alvo em órgãos de comunicação social. Esses ataques e incompreensões apoiados em informações insuficientes uma vez, deficientes outras, deturpadas outras ainda, afectam a dignidade e assim, por isso, mesmo que essa não seja intenção e disso se não dêem conta os autores desses ataques, prejudicam a eficiência das Forças Armadas. A solução deste tipo de problemas não está, evidentemente, em tentar coagir os autores dessas críticas, não só porque tal não é moralmente aceitável, mas também porque o que interessa, o que está em causa, é a opinião que realmente existe e não a opinião aparente. A opinião real deve poder manifestar-se com toda a liberdade pois só assim poderá ser conhecida. A solução deste tipo de problemas terá de passar pelo oportuno e adequado fornecimento das informações e esclarecimentos que ajudem os civis — e também os militares — a melhor compreenderem, primeiro, a necessidade, a razão de ser e a finalidade das suas Forças Armadas, e segundo, a situação real destas, tantas vezes fantasiada em termos de regalias que se exageram, esquecida em termos de servidões e sacrifícios, e ignorada em termos de actuação, face às missões que lhe incumbem e que, honesta e esforçadamente, vai procurando cumprir.

Fevereiro de 1981.

Raul François R. Carneiro Martins

Coronel de Artilharia Pára-quedista

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL,
E AS AMEAÇAS A PORTUGAL

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL, E AS AMEAÇAS A PORTUGAL

O desfecho da 2.^a Guerra Mundial deixou frente a frente os EUA e a URSS, que são as potências dominantes das Ilhas com dimensões continentais a que chamaremos Norte-Americana e Euro-Asiática, respectivamente (ver Fig. 1).

A superpotência Norte-Americana é uma potência naturalmente marítima, e vem actuando como tal, procurando conservar o senhorio do mar para seu proveito e dos seus aliados, e para tentar conter a Potência Continental nos seus limites geográficos naturais, em conformidade com o pensamento do seu maior geoestrategista, que foi Mahan. A superpotência Euro-Asiática deu-se conta de que também ela pode tornar-se numa potência marítima, caminho esse que terá de trilhar se, conforme preveniu o geógrafo inglês Mackinder, pretender criar um desafio sem precedentes à hegemonia mundial que a Potência Marítima tradicional tem secularmente exercido. Os EUA não têm tido fronteiras inseguras, nunca sofreram um ataque ao seu território, e as suas saídas para o mar são directas e desimpedidas com o único constrangimento do Canal do Panamá. A URSS tem sofrido severas invasões e, para ter acesso à extensíssima costa da imensa Ilha Euro-Asiática, tem de arrostar com a oposição de muitos países, ribeirinhos e outros (a qual tem sido naturalmente encorajada pela Potência Marítima), precisa de melhorar os acessos por terra à sua costa no Pacífico, e tem ainda que encontrar maneiras de poder navegar nos mares gelados do Norte durante todo o ano.

É assim que se tem assistido pelo lado dos EUA a uma estratégia de estreitamento de laços com países que circundam a URSS, de que são exemplos as alianças com os países da Europa Ocidental (a NATO) e com países do sudoeste e do sueste asiático, respectivamente a CENTO e a SEATO (já desactivadas), e ainda o acordo especial com o Japão e a aproximação com a China. Quanto à URSS, além da sua progressiva conversão

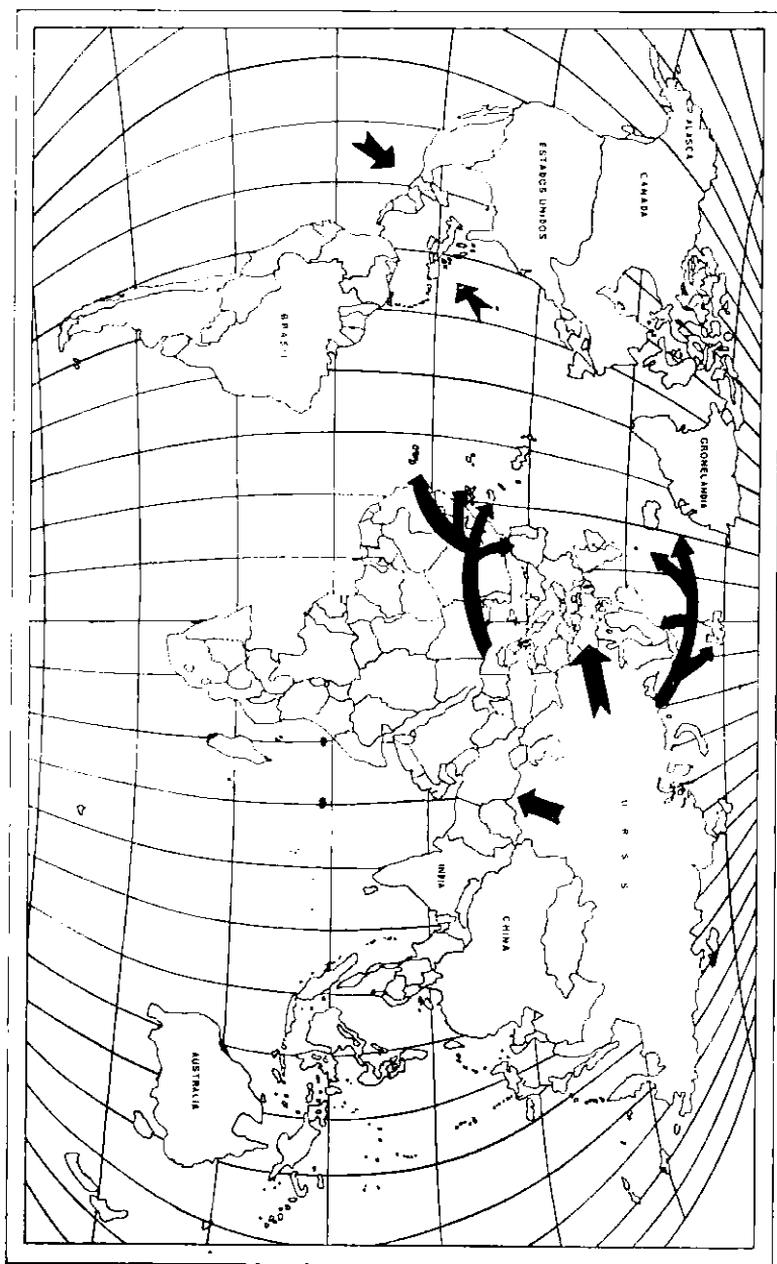


Fig. 1

em potência marítima através do desenvolvimento de importantíssimas marinhas científica, de pesca, mercante e de guerra (política de que decorrerá inevitavelmente a criação de valiosos interesses marítimos, e o provável desenvolvimento duma autêntica mentalidade marítima), enveredou por uma estratégia de sistemático desmoronamento e penetração de áreas de tradicional influência e apoio da Potência Marítima na faixa periférica da Ilha Euro-Asiática, a que o célebre especialista norte-americano de relações internacionais Spikman chamou de RIMLAND. Para tal, tem-se aproveitado com notório sentido de oportunidade da erupção de ressentimentos que o domínio ocidental de séculos ali semeou.

Do processo referido resultou um cenário de tensão e de conflito permanentes à escala mundial, em que praticamente todos os pontos-chave do globo, na sua maioria tão bem conhecidos do nosso Afonso de Albuquerque, se encontram pelo menos em equilíbrio instável.

Acrescentaremos ainda que o objectivo estratégico primário da URSS, nesta fase, pode muito bem ser, como se tem visto frequentemente aventar, a desunião entre a Europa Ocidental e a Ilha Norte-Americana, ou seja, o desmoronamento da Aliança que tem de fazer da solução de continuidade que é o Atlântico Norte, o seu elo de ligação essencial.

Na perspectiva deste presumível objectivo primário da União Soviética, o que se está passando no Mundo tenta-nos a olhar para a estratégia seguida pela URSS como se tratasse da condução duma partida de xadrez, um velho jogo de guerra lento, frio e calculista, que nos parece bem ao sabor do que se diz poder ser a mentalidade euro-asiática dos russos.

Como toda a gente sabe, um jogador de xadrez de categoria não espera ter de prolongar uma partida até ao xeque-mate propriamente dito, isto é, até à subjugação final do antagonista, uma vez que confia que ele acabe por tomar a iniciativa de abater o seu próprio rei quando se tornar evidente a inutilidade de continuar a resistir. Quer isto dizer que julgamos ser coerente, e por conseguinte, possível, da parte dos russos, tudo fazerem para vencer a partida, ou seja, «finlandizar» a Europa Ocidental, sem chegarem à guerra directa com os norte-americanos. A ser assim, poderiam em primeiro lugar procurar criar uma situação em que os europeus ocidentais deixassem de acreditar, ou de querer acreditar, na praticabilidade

do auxílio dos EUA, ou mesmo deixassem de o desejar, com receio de graves destruições que daí pudessem advir (filosofia que começa a ser conhecida por «Better Red Than Dead»). E, no caso de falharem estas linhas de acção, poderiam então os russos fazer por que tal auxílio se tornasse efectivamente impraticável. Apenas por erro de cálculo, precipitação ou acidente, julgamos por isso possível o despoletamento de uma situação conducente a uma guerra generalizada convencional (a qual é, por si só, susceptível de poder conduzir a uma guerra nuclear), ou o recurso extremo a uma guerra nuclear.

Sentimo-nos por conseguinte tentados a acreditar que os estrategistas de Moscovo poderão estar conduzindo de momento a sua partida usando da iniciativa que compete conservar a quem joga com as pedras brancas, mas procurando prudentemente manter o conflito na sua forma de confrontação indirecta com os de Washington, pelo menos enquanto tal lhes trazer vantagem, uma vez que esta modalidade será em princípio a menos susceptível de conduzir à catastrófica escalada nuclear.

A manobra em curso, que, conforme se sugeriu atrás, poderia efectivamente pretender eventualmente desligar a Europa Ocidental dos EUA, estaria assentando nas seguintes iniciativas ou jogadas principais (ver Fig. 1), as quais são cada vez mais nítidas:

- Fixar as atenções, as preocupações e os recursos militares principais do antagonista na Frente Leste do Continente Europeu, exibindo para isso uma ameaçadora superioridade em meios convencionais terrestres e aéreos (a qual foi ultimamente acrescida dos mísseis de teatro móveis multi-ogiva SS-20, e dos famosos aviões «BACK-FIRE»), acompanhada de advertências e de ameaças, mais ou menos explícitas, aos países europeus mais expostos, sempre que a NATO pretenda instalar nos seus territórios armamentos que permitam restabelecer o equilíbrio de forças (caso das prontas reacções soviéticas às bombas de neutrões e aos mísseis de cruzeiro e «Per-shing II»);
- Promover a incredibilidade da opinião pública da Europa Ocidental quanto à existência de uma ameaça militar real da URSS, através duma ofensiva de cariz pacifista exercida sobretudo sobre as camadas mais jovens das populações;

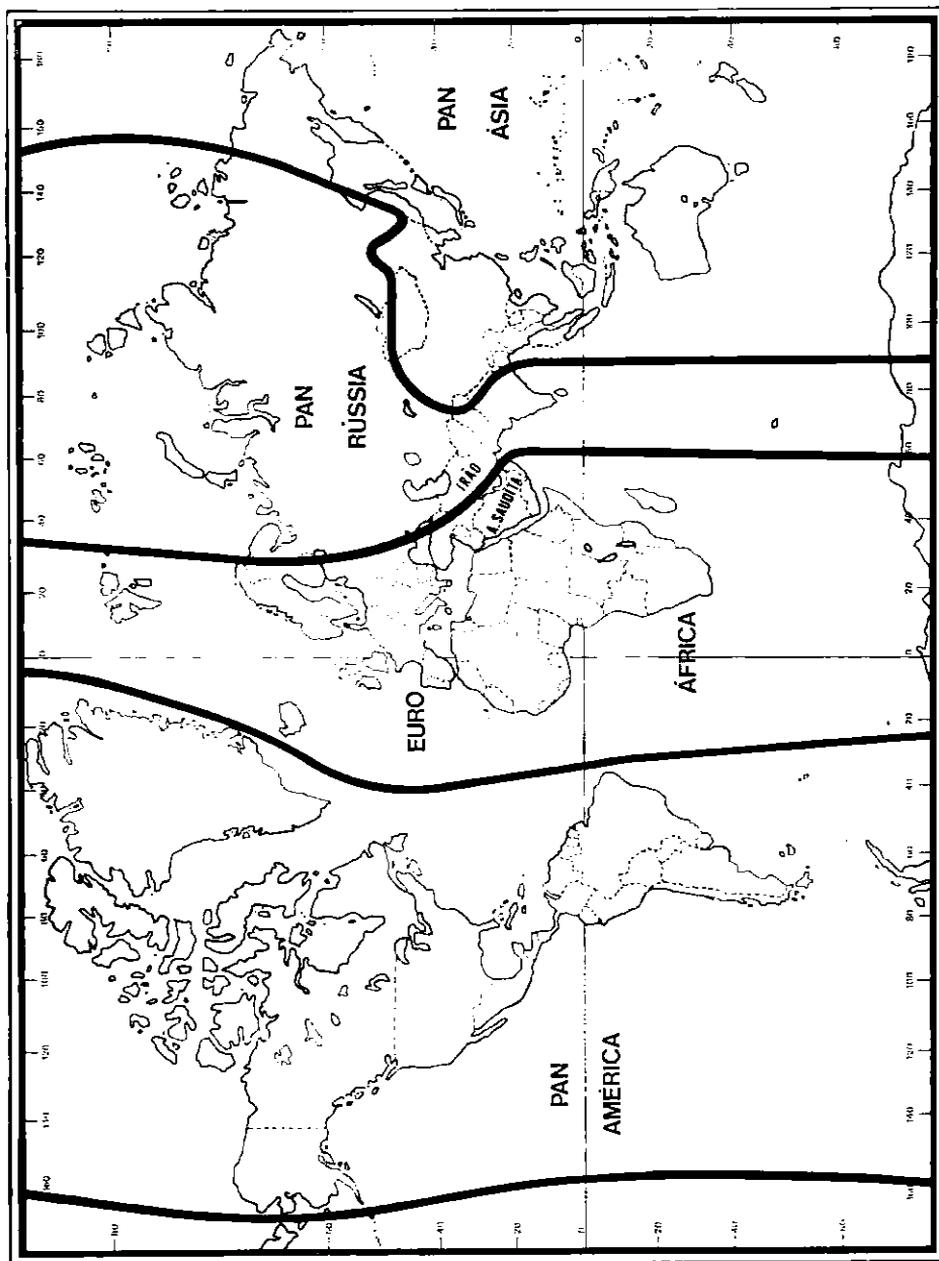


Fig. 2

- Favorecer um clima de falta de confiança na continuidade do aprovisionamento de hidrocarbonetos das regiões petrolíferas do sudoeste asiático, através do aproveitamento psicológico de ocorrências desestabilizadoras ali verificadas (como a revolução no Irão e a guerra entre este país e o Iraque) e pelo próprio avanço militar soviético no Afeganistão, e simultânea tentativa de criar aos países europeus ocidentais uma séria dependência energética relativamente à Sibéria, prometendo-lhes maior estabilidade de fornecimentos daqueles produtos energéticos, em troca de auxílio tecnológico e financeiro de que muito necessita para a exploração dos recursos da Península de «Yamal» e para desbravar a Sibéria;
- Envolver a Europa Ocidental (e o próprio Atlântico Norte) por meio de subtil pressão sobre as ilhas do Mar de Barentz, através de progressão «por procuração» para o Atlântico pelo Norte de África (cujo objectivo final principal bem pode ser uma reviravolta em Marrocos a provocar pela acção corrosiva decorrente da luta travada por este país no Sara Ocidental, e o fomento de agitação nas Canárias), e ainda pela tentativa de fixação das atenções e das preocupações principais dos EUA nas Caraíbas e na América Central (encorajando ali a instabilidade característica de um, autêntico «Rimland» da Ilha Norte-Americana).

No caso da URSS não conseguir a efectiva «finlandização» da Europa Ocidental, parece-nos lógico que, só então, pudesse vir a considerar um reforço da manobra indirecta de envolvimento do Velho Continente que tem em curso, por uma acção de força limitada, que visasse tornar extremamente problemático o socorro do Continente Norte-Americano à Europa Ocidental. Tal acção de reforço poderia justificar-se, dado que o socorro é realmente tão importante, que foi efectivamente ele o factor decisivo da vitória dos Aliados nas duas últimas Guerras Mundiais. E, acentue-se, esse socorro só foi viável após ter sido possível assegurar o senhorio aéreo-naval do Atlântico Norte, para o que a utilização dos Açores foi também decisiva.

Tal hipotética acção de força limitada poderia resultar melhor, quanto a eficácia e a menor risco de escalada, se fosse tentada de surpresa, por meio da ocupação por assalto vertical e/ou anfíbio de territórios e de ilhas

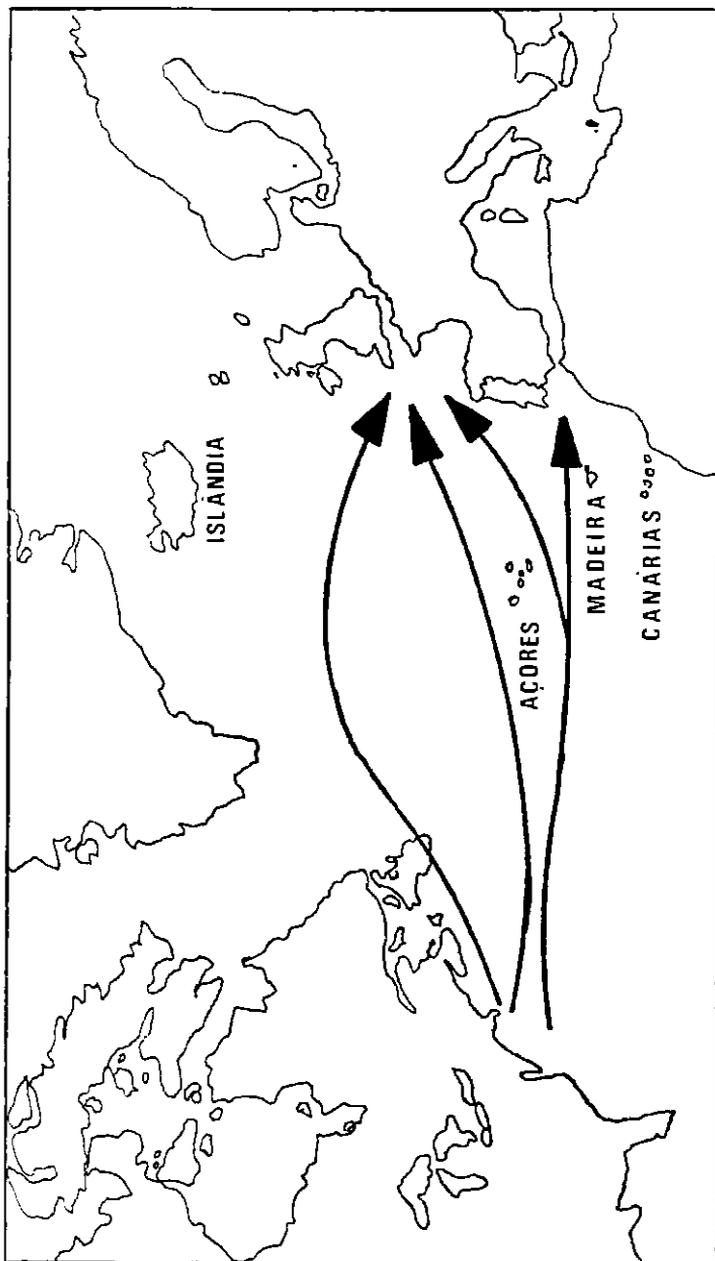


Fig. 3

cuja posse é indispensável para assegurar o senhorio do Atlântico Norte (costa norte da Noruega, ilhas do Mar de Barentz, Islândia, Gronelândia, Açores, Madeira). Essa acção poderia limitar-se tão-somente à neutralização prévia daquelas mesmas posições por meio de bombardeamento de surpresa de pontos de apoio e de meios de comando e de controlo nelas existentes (utilizando, por exemplo, aviões «Backfire» baseados em terra, aviões oriundos de navios porta-aéreos e mísseis de submarinos nucleares lança-mísseis balísticos e/ou de cruzeiro com ogivas nucleares miniaturizadas), a que poderia seguir-se a sua interdição contínua por meio do exercício de suficiente superioridade aérea com recurso, por exemplo, a aviões baseados no litoral da Noruega e no Norte de África. A capacidade militar soviética em meios aéreos, em meios navais de superfície e em submarinos, e em meios de assalto anfíbio e/ou vertical, torna materialmente viável a linha de acção sugerida. Esta hipótese, aliás, parece não ser irrealista nem escapar aos estrategistas da NATO, a ajuizar pelos exercícios que têm sido executados com regularidade para treinar o rápido socorro à Noruega, pela corrente britânica que entende ser preferível retirar as suas forças da Alemanha Ocidental para com elas constituir um corpo de intervenção para actuar nas ilhas situadas entre a Gronelândia e o Reino Unido e na Noruega, e pelas afirmações de responsáveis do SACLANT quanto à «absoluta necessidade» de se tomarem medidas de antecipação a ataques soviéticos de surpresa às Ilhas Atlânticas no eventual dealbar de uma guerra.

Os soviéticos não ignorarão que, para dissuadir um adversário de reagir a uma acção de força, se torna indispensável estar apto a combater no patamar seguinte de violência. Este poderá ser um dos significados do esforço feito pela URSS para atingir a paridade nuclear com os EUA. E isto porque tal paridade será porventura suficiente para assegurar a Moscovo a manietação nuclear dos EUA, dado que a URSS goza de algumas vantagens relativamente ao seu opositor, nomeadamente de ordem geográfica, que lhe permitem esperar ter algum sucesso numa eventual guerra nuclear entre ambos. A questão é que a maior extensão territorial da URSS, e a distância dos seus centros vitais à orla marítima, tornam-lhe possível e aliciante proceder a uma mais eficaz dispersão de alvos e à instalação de razoável defesa antimíssil em profundidade com radares e mísseis antimísseis. Outra vantagem da URSS reside no facto de ter desen-

volvido entretanto uma enorme rede de defesa civil, factor que os norteamericanos parece terem descurado bastante mais. Tal superioridade tem permitido especulações como a de que uma guerra nuclear entre as superpotências poderia provocar nos EUA uns 100 milhões de mortos, enquanto que na URSS «apenas» uns 10 milhões, isto no caso de a iniciativa de ataque pertencer à URSS. A paridade nuclear pode assim, apesar da aparência em contrário, não ser suficiente para evitar que a URSS se arrisque a tirar partido da sua considerável superioridade em armamento convencional, pelo menos para ir atingindo objectivos políticos.

Entretanto, e não apenas para amenizar, é forçoso reconhecer-se que as partidas de xadrez podem afinal terminar num empate, o que não será de pôr totalmente de parte quanto a esta «Terceira Guerra Mundial». De facto, não será de todo impossível chegar-se a um ponto em que as reacções cada vez maiores que a política da URSS vem provocando no exterior (exemplo da aproximação da China com os EUA e com o Japão, do despertar de países da Europa Ocidental como a França e a Alemanha, e principalmente do verificado nos EUA), bem como as possíveis dificuldades de ordem interna (não apenas em estados-tampão do «Rimland» euro-asiático, como está acontecendo na Polónia e no Afeganistão, mas mesmo na própria frente interna soviética) poderão vir a aconselhar ou mesmo a impor um novo estado de equilíbrio mundial que evite a tragédia da escalada nuclear, dando eventualmente lugar a uma «Détente» mais aceitável do que a que está a ser agora posta em causa.

Seria extremamente curioso se tal «Détente» viesse afinal a assentar num novo «Tordesilhas» multifacetado, mais ou menos «decalcado» dos conceitos pan-regionais dos geopolíticos da antiga e desacreditada escola alemã, (ver Fig. 2) onde os múltiplos diálogos Norte-Sul actuais decorrentes das complementaridades realmente existentes, pudessem ter uma expressão mais em sintonia com a polarização de poderes mundiais que se encontra em desenvolvimento. De facto, quem poderá afirmar com segurança ser impossível que, da «guerra» actualmente em curso, não venha realmente a resultar uma divisão do mundo entre mais de duas superpotências, e que dê corpo, por exemplo, à tese da América para os americanos, à aproximação da CEE ao Norte de África, à África Negra e ao Médio Oriente (que tem vindo a ser intensificada através das Convenções de Lomé), às

históricas pretensões atribuídas aos «czares» de acesso aos mares quentes (que coincidem com a predição de Mahan quanto a uma futura progressão russa para o Índico através do Afeganistão e da Pérsia, de que pode resultar a «partilha» da Região do Golfo entre o Leste e o Ocidente), e à aproximação já em curso do Japão à China e ao Sueste Asiático?

Mas, regressando à hipótese de guerra, para nos irmos aproximando da questão das ameaças a Portugal, importa desde logo ter presente que o Atlântico Norte é realmente um oceano decisivo para o Conflito Leste-Oeste. E isto é assim porque é através dele que pode materializar-se a compensação de potencial geoestratégico de que a Europa Ocidental precisa por enquanto para fazer face à pressão da União Soviética. E porque aos norte-americanos também interesse, como Potência Marítima, e para a sua própria defesa em profundidade, conter o mesmo antagonista, o Atlântico Norte representa efectivamente um elo indispensável para a solidariedade da Comunidade Atlântica e para a sobrevivência desta. É esta uma das razões principais porque a estratégia do Ocidente relativamente ao Atlântico Norte tem de ser uma Estratégia de Utilização, e a do Bloco Leste, seu opositor, deve ser, em princípio, uma Estratégia de Interdição.

Temos para nós que, nos responsáveis pelo Ocidente, existe a convicção de que os atractivos do seu sistema económico, social e político são mais do que suficientes para conter os projectos expansionistas do seu antagonista. Estamos igualmente convencidos de que eles não ignorarão, no entanto, que este antagonista é ainda uma superpotência apenas no domínio militar, pelo que, logicamente, terá propensão a tirar partido desse trunfo para prosseguir na tentativa de consecução dos seus conhecidos objectivos políticos. É por isso que se impõe à Aliança Atlântica a adopção de uma estratégia que, sem se afastar da filosofia defensiva que os seus membros preferem, seja realmente capaz de o demover do recurso à força, aberto ou encapotado. Desde que, para dissuadir um antagonista de enveredar pela violência, se torna necessário convencê-lo de que encontrará réplica implicando consequências inaceitáveis, então a Aliança Atlântica terá de demonstrar encontrar-se efectivamente preparada e disposta a enfrentá-lo militarmente em diversos patamares.

Assim, parece que os EUA, e os países europeus ocidentais mais interessados e/ou envolvidos, deverão procurar remediar quanto antes o problema da sua actual inferioridade nuclear (casos da referida falsa paridade EUA-URSS e dos vectores nucleares de teatro voltados para a Europa Ocidental). Note-se que, no domínio da estratégia nuclear, a vigilância dos movimentos dos submarinos lança-mísseis balísticos do antagonista, e a protecção dos próprios (que são vulneráveis a ataques de submarinos «caçadores» e de meios aéreos anti-submarinos embarcados e baseados em terra) assume extraordinária importância. Não admira, por conseguinte, que os EUA atribuam tão grande valor às ilhas atlânticas da Islândia e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, como pontos de apoio para sistemas de vigilância e de protecção.

Uma guerra generalizada convencional, ao estilo das ocorridas em 1914-18 e em 1939-45, é outra eventualidade para a qual a NATO deve demonstrar estar preparada, se quiser evitar a sua repetição e o risco de escalada nuclear que ela comporta. Naquelas duas guerras ficou amplamente demonstrado que a defesa militar da Europa tem duas componentes, a europeia propriamente dita, e a atlântica. Nelas ficou ainda claramente evidenciado, e isso é cristalinamente reconhecido por todos os aliados europeus nos seus Livros Brancos de Defesa, que a componente atlântica da defesa da Europa é vital pois, sem o socorro que lhes possa vir do Continente Norte-Americano através do Atlântico Norte, os aliados europeus não poderão resistir a uma invasão do Leste. Aqui reside outra das razões por que o Território Nacional (Continente e Arquipélagos) e a Islândia têm uma importância extraordinária para a NATO, dado que a utilização do Atlântico Norte é vital para as suas eficácia e credibilidade, e as rotas marítimas e aéreas de socorro não podem dispensar o apoio das suas bases (ver Fig. 3).

Conforme se referiu atrás, a superpotência Euro-Asiática, reconhecendo a importância vital do socorro norte-americano no esquema de defesa da Europa Ocidental, pode, em teoria, ser tentada a interditar de surpresa os pilares físicos em que assenta a solidariedade atlântica, ou seja, as bases aeronavais da Islândia e do Território português (Continente e Ilhas). Para tal, como se referiu atrás, poderá optar por assalto vertical (para o que dispõe de capacidade, conforme demonstrou recentemente nas movimentações de aerotransporte na Etiópia e no Afeganistão), ou por bom-

bardeamento a partir do sector do mar, quer por meio de submarinos lança-mísseis (táticos, de cruzeiro, ou até balísticos), quer por meio de aviões embarcados e/ou baseados em terra (os «Backfire» da sua poderosa Aviação Naval). Note-se desde já que, contra o Continente português, o arco de aproximação para ataque a partir do mar é incomparavelmente mais aberto e desimpedido do que o «funil» terrestre constituído pela Espanha e pela Europa (ver Fig. 1), através do qual, inclusivamente, a surpresa e a própria consumação dos ataques são muito mais problemáticas. Por outro lado, acontece ainda que os alvos com maior valor estratégico no território português no âmbito do Conflito Leste-Oeste — complexos portuários e aeroportuários — se encontram na orla marítima, e que a tradicional Potência Continental tem hoje ampla capacidade para actuar também como Potência Marítima. Acresce ainda ser muito menos detectável e, por conseguinte, política e militarmente menos arriscado, dispor com antecedência submarinos, navios e aviões em posição de ataque, do que meios de actuação sobre a terra.

Outro tipo de manobra que pode ser tentada pela superpotência Euro-Asiática para a consecução do tal objectivo prioritário de separação dos aliados europeus-ocidentais dos norte-americanos, consiste no recurso a forças actuando «por procuração», como pode ser o que estará acontecendo com a ligação Argélia-Líbia-Mauritânia-Polisário. Esta manobra, a ter e a conseguir os objectivos que referimos atrás, será susceptível de pôr em perigo as comunicações marítimas de que a Europa é altamente dependente — no Estreito de Gibraltar e ao longo da costa atlântica do noroeste africano — e pode criar uma ameaça aos próprios arquipélagos de Cabo Verde, Canárias e Madeira. Para responder a esta manobra, parece-nos que se imporá, para além de outras eventuais medidas, prestar a maior atenção à evolução da situação interna em Marrocos, e acelerar o ingresso da Espanha na NATO. Quanto a este ingresso, as posições geográficas do país vizinho, mormente o Eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, a expressão geográfica do seu território, e o seu já considerável poderio aeronaval e anfíbio, parecem-nos indispensáveis para completar os contributos italiano e francês para a segurança do flanco mediterrânico da Europa. A importância deste flanco pode talvez aferir-se melhor pela decisão sem precedentes da França, executada já há alguns anos, de transferir os seus dois porta-aviões de Brest, na Bretanha, para Toulon, no Mediterrâneo.

Parece assim que a caracterização territorial dos países ibéricos, e o cenário que consideramos mais provável para a 3.^a Guerra Mundial em curso, apontam para tarefas diferenciadas de Portugal e da Espanha no âmbito da NATO. Foi certamente devido a essa diferenciação que: nas duas últimas guerras, as poucas posições atlânticas espanholas (Ferrol no norte, e Cádiz no sul) não foram necessárias para os êxitos dos aliados na Batalha do Atlântico e ao socorro norte-americano à Europa; que os aliados não puderam prescindir dos Açores naquelas mesmas duas guerras; que a NATO entendeu ser indispensável desde logo a integração de Portugal, e não a da Espanha; e que todo o território português (Continente e Arquipélagos) tivesse sido inserido no Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) e não no da Europa (SACEUR). Tudo isto não será afinal senão o reconhecimento da justeza da tradicional política atlântica portuguesa, de que o lugar de Portugal é na componente atlântica da defesa da Europa, e de que o ingresso da Espanha na Aliança se justifica principalmente pelas preocupações decorrentes da evolução da situação no flanco sul da Europa e pela conveniência de alargar os limites geográficos da NATO mais para sul (Canárias).

Mas não é apenas por conveniência da NATO que Portugal deverá permanecer vinculado à componente atlântica da defesa da Europa Ocidental, e ao SACLANT. Esta política, que parecerá à primeira vista em oposição com a opção nacional pela CEE, não o está realmente, pois não só a Europa ainda não atingiu o estágio político que lhe permita começar a encarar a sua Defesa Comum, como ainda, conforme advertiu Mackinder, não poderá de qualquer modo dispensar a solidariedade atlântica, para poder contrabalançar a considerável pressão centrífuga da Potência Continental. Mas o caso é que a nós, portugueses, não nos é sequer lícito esquecer que o que nos distingue por exemplo do País Basco é a atlânticidade do território continental e o seu prolongamento arquipelágico. Também não nos será lícito esquecer que, a deixarmos eventualmente ligar o Continente ao SACEUR, poderá dar-se um passo no sentido de comprometer o nosso objectivo histórico fundamental de sobrevivência — a coesão interterritorial. É que a nós importa sobretudo não deixar repartir o território nacional por dois comandos supremos aliados. Por isso, uma vez que os arquipélagos tenderão obviamente a permanecer no SACLANT, e uma eventual inserção do Continente no SACEUR poderia implicar inclu-

sivamente uma qualquer subordinação de cariz militar à Espanha, só nos interessa mantermo-nos no SACLANT, se não quisermos ser nós próprios a contribuir para que a linha de separação entre a PAN-AMÉRICA e a EURO-ÁFRICA (ver Fig. 2) passe um dia entre os arquipélagos e a Europa, o que constituiria afinal um mau serviço às causas nacional, ibérica e europeia. Concomitantemente com a política de coesão interterritorial, há ainda que adoptar uma filosofia de defesa militar adequada a este objectivo, a qual, para ser ainda exequível e aceitável, deverá servir em primeiro lugar o interesse nacional, mas sem deixar de ser também conveniente para a Aliança Atlântica. No mínimo, conforme sugerimos em artigo publicado no n.º 15 desta Revista, subordinado ao título «Contribuição para uma Filosofia de Defesa Militar Portuguesa», tal política, que deverá ser arquipelágica, terá de garantir com meios próprios (com a ajuda material aliada onde necessário) a defesa dos complexos portuários e aeroportuários vitais e a das suas aproximações terrestres (caso do Continente), aéreas e marítimas, prever mobilidade interterritorial, e considerar capacidade de actuação aeronaval que permita, além do exercício de presença na vasta ZEE, ir satisfazendo simultaneamente as necessidades de vigilância e de presença do COMIBERLANT, e mesmo a defesa das comunicações marítimas nacionais e aliadas em caso de crise grave, ou nos primeiros dias duma eventual conflagração convencional generalizada.

Deve concluir-se do cenário que temos vindo a esboçar que dificilmente o Território Nacional deva ser considerado apenas, ou mesmo principalmente, como retaguarda, ou como cais de desembarque na Europa, pois, como acentuámos, pode muito bem acontecer que, na estratégia da superpotência Euro-Asiática — que agora também tem capacidade para utilizar o mar — as nossas posições estejam afinal na primeira linha. Por outro lado, acontece ainda que, nas duas últimas guerras mundiais, os cais da Europa foram realmente a França e a Itália, certamente porque, entre outras coisas, a Península é muito excêntrica relativamente ao Continente europeu (ver Figs. 1 e 3). Mesmo em termos comerciais, os transportes marítimos tenderão a continuar a dirigir-se preferencialmente ao coração da Europa, pois, além das motivações óbvias de ordem geográfica (ver Fig. 1), o frete marítimo é cerca de dez vezes mais barato do que o ferroviário. A propósito, parece que no nosso país, a correcta preocupa-

ção recente de não mais se voltar absurdamente as costas à Espanha, estaria a dar lugar a uma situação ainda mais absurda e perigosa de as voltar ao mar, a ajuizar pelos factos de a nossa Marinha Mercante não estar satisfazendo sequer 15 % das necessidades dos nossos transportes marítimos (mais de 90 % das importações e mais de 80 % das exportações portuguesas utilizam a via marítima) e de começar a emergir a ideia de que a Marinha Mercante já não é um factor de independência nacional. Isto, num país que, até para garantir a coesão interterritorial, não pode dispensar a utilização do mar com meios autónomos, e que se encontra integrado num aliança que necessita como pão para a boca de muitos navios mercantes para o vital socorro norte-americano à Europa em caso de ataque do Leste.

Por continuar a dizer-se em Portugal que não há agora mais ameaças ao nosso país, e daí se preconizar a redução das despesas com as Forças Armadas, para além do que dissemos relacionado com a necessidade de se defender a identidade e a coesão nacional nos planos ibérico, europeu e da NATO, lembraríamos mais vez o drama pungente do Líbano. Como acontece com Portugal, este pequeno país situa-se numa região de grande apetência das superpotências, cujas interferências provocam divisões e instabilidade crónica, e onde nem sequer os conflitos surgidos têm necessariamente sempre origem espontânea. A fragilidade das suas Forças Armadas explica o resto do drama de se ver hoje ocupado por vários tipos de forças estrangeiras, que ali travam uma guerra que já nem sequer é claramente nacional. Será realmente que os Exércitos, que não se podem improvisar quando surge a necessidade de a eles se recorrer, constituem uma mera despesa? Ou, pela consideração e respeito que impõem a outros países, e pela confiança interna que inspirem, não serão também um investimento conveniente ao próprio progresso económico?

Ainda porque na Europa parece começar agora a acreditar-se menos em ameaças do Leste, lembraríamos aqui o aviso solene do dissidente soviético Soljenitzyn ao Ocidente, a propósito de divisões de opinião que se verificam em países europeus — «o que vos ameaça sois vós mesmos», e lembraríamos ainda o conceito de Lénine — «a arte superior da guerra consiste em vencer um adversário sem combate».

Afigura-se-nos que, para podermos desenvolver uma filosofia de Segurança Nacional que responda às ameaças do tipo que a Terceira Guerra Mundial produz, que seja consequente, cujas linhas mestras tenham necessariamente boas possibilidades de resistir às normais alternâncias democráticas de Governo, e que reforce o nosso prestígio e a nossa autonomia, nos estará faltando, não apenas uma Lei da Defesa Nacional, mas também, e muito principalmente: a possibilidade de se poder efectivamente viabilizar o indispensável caldeamento de conhecimentos, de experiências e de sensibilidades entre os mais representativos valores da vida política e da vida militar (dos três Ramos); a introdução com brevidade de estudos de Defesa no ensino universitário, nomeadamente em cursos de jornalismo; e a existência de departamentos de Informações Estratégicas (que, dedicando-se a análises que visam a tomada de opções a alto nível político-estratégico, não devem ser confundidos com os departamentos de Informações de natureza operacional e de natureza policial).

Finalmente, julgamos ainda que a ameaça decorrente duma grave crise, como é a «Terceira Guerra Mundial», sendo de natureza global, tende a confundir cada vez mais os problemas de Segurança com os da Política Geral, pelo que se impõe Defesa Global, isto é, Defesa a todos os níveis efectivamente coordenada e dirigida. É por isso que, por exemplo nos EUA — onde o Departamento da Defesa se tem preocupado principalmente com as Forças Armadas — o Chefe do Executivo costuma ser o responsável directo pela gestão da Segurança, para o que é normalmente assessorado por um Conselho de Segurança Nacional apoiado num Gabinete de especialistas e nos departamentos de Informações Estratégicas existentes.

Para terminar, diremos que nos parece ser o rearmamento dos países aliados infelizmente necessário para se alcançar uma paridade efectivamente susceptível de dissuadir uma escalada incontrolável de violência e de permitir ao Ocidente a firmeza de atitudes que torne desejável uma «détente» autêntica. Esta afirmação obriga-nos contudo a relembrar uma frase do segundo Presidente dos EUA, John Adams, numa carta dirigida a sua mulher, a qual foi citada pelo Brigadeiro Rocha Simões na Lição Inaugural de um dos Cursos de Defesa Nacional do IDN — «Eu tenho de

estudar a Política e a Guerra, para que os meus filhos possam vir a ter a liberdade de estudar Matemática, Filosofia, Geografia, História Natural, Navegação, Comércio e Agricultura; por forma a que os seus filhos possam vir a estudar Pintura, Poesia, Música, Arquitectura, Estatuária, Tapeçaria e Porcelana». Para sermos coerentes, resta-nos lamentar que ainda hoje nos tenhamos de preocupar em preparar a guerra para assegurar a paz.

Quanto ao papel a desempenhar por Portugal no esquema de defesa militar da Aliança Atlântica, duas ou três observações ainda. O empenhamento de meios militares portugueses na componente atlântica de defesa europeia tem a virtude indesmentível de procurar reduzir o vazio militar que temos mantido na nossa área terrestre, marítima e aérea doméstica, e de evitar que outros o tenham de fazer por nós, dada a sua importância geoestratégica, o que tende a preservar a coesão interterritorial e a independência nacional; por outro lado, qualquer empenhamento orgânico na componente continental de defesa europeia, para além de ter de ser mínimo e, por isso mesmo, platónico e dispensável, contribuiria para diminuir a nossa já insuficiente capacidade para preencher o vazio doméstico, e para aceitar submissões desnecessárias e inconvenientes a comandos estrangeiros, tudo concorrendo afinal para diminuir os nossos graus de liberdade de manobra no seio da própria NATO.

Abril de 1981.

Capitão-de-mar-e-guerra

Virgílio de Carvalho

A ESPANHA E A NATO

A ESPANHA E A NATO (*)

Los tramos más prometedores de la necesaria reforma militar española, esto es, los que deberán llevar a la modernización de las fuerzas armadas y al aumento del poder armado del estado, hasta convertirlo en una entidad respetable en el concierto europeo, van a recorrerse, si se cumple el programa del actual gobierno y si se vencen las resistencias y obstáculos que aquí examinaremos, bajo el signo de la OTAN, esto es, conducirán a España a participar en la defensa colectiva de Occidente. Las consecuencias militares de esas nuevas expectativas se resumen en esta proposición: la guerra para la que deberían de prepararse las fuerzas armadas españolas es una guerra de coalición.

Predicar que España se prepare para una guerra de coalición parecerá un rasgo de quijotismo en una alianza que no se caracteriza precisamente por su inclinación a considerar las amenazas con que se enfrenta como desafíos que reclaman una respuesta coordinada y unificada, y en la que la postura militar colectiva es, por lo menos hasta ahora, poco más que la suma de los retazos defensivos de cada uno de los miembros. Ni siquiera la nación líder de la alianza, los Estados Unidos, dan muestras exquisitas de obdecir los imperativos y exigencias de una guerra de coalición, a pesar de su experiencia histórica en este siglo, en que les ha tocado combatir coaligados en cuatro guerras (dos mundiales, en Corea y en Vietnam). Se podrían citar muchos ejemplos de ésta, al parecer, insuperable tendencia a seguir pensando la guerra general en términos de defensa nacional particular, con el mismo espíritu con que los aliados cosecharon tantos desastres al comienzo de los dos grandes conflictos europeos. Esa timidez ante la necesidad de enfocar la defensa en términos colectivos la teremos también en España, en modestia medida. Citemos el caso del estado mayor combinado hispano-norteamericano, previsto en el tratado con los Estados Unidos, el cuál, de forma clara remite a la cooperación de los dos estados para su mutua defensa, en el

(*) Conferência proferida no IDN pelo Sr. Sanchez Giron em 11 de Março de 1981.

marco de la defensa occidental mediante la utilización del instrumento de la doctrina de la OTAN, cosa a la que se resisten los responsables norteamericanos, que siguen viendo los problemas de planificación de la defensa en la «zona de interés común» en términos bilaterales. Es ésta una actitud limitativa del potencial del tratado que, además, encuentra su confirmación y respaldo en la actitud del mando español, el cuál, seguramente guiado por un elevado celo de neutralidad política, tampoco considera oportuno sacar todas las consecuencias contenidas en aquél, referentes a la cuestión de la defensa en el marco de la alianza atlántica.

Pero volvamos a la proposición de que España necesita prepararse para una guerra de coalición. La primera de las razones que la abonan es que la guerra en que se puede jugar el ser o no ser de una España independiente sería aquélla en que se enfrentasen los dos bloques, la cuál sería necesariamente una guerra de coalición. La segunda razón es que los factores más dinámicos que están transformando la alianza atlántica, según el Plan de Defensa a Largo Plazo, son precisamente aquéllos que realzan la nota de coalición en la postura militar de los aliados: interoperabilidad, standarización y racionalización de armamentos; preposicionamiento de stocks de material; compatibilidad de las doctrinas de empleo de la fuerza y aparición (por fin) de manuales tácticos pensados para unas fuerzas coaligadas multinacionales; creación de mandos unificados de la defensa; sistematización de las cadenas electrónicas de comunicación, mando y control; «vía doble de tráfico» trasatlántico en la fabricación de armamentos, etc. Todos y cada uno de esos programas de acción aliados implican considerables reformas de las estructuras organizativas de la OTAN, y suponen además importantes oportunidades para una inversión más productiva y racional de los recursos dedicados por los estados nacionales a la defensa. Qué duda cabe de que al ingresar España en la alianza, en el momento actual de despegue de esos programas, esas fuerzas de modernización soplarán fuerte en las velas de las mejoras militares emprendidas entre nosotros.

Pero la más importante de las razones es, sin duda, la que se refiere de modo directo a la entraña misma de la defensa nacional, esto es, a la razón de ser de ésta. O se prepara España para librar en buenas condiciones una guerra de coalición, o la coalición librará esa guerra a costa de España, y aún incluso en su propio territorio, como se ha visto repetidamente en la historia, con la guerra de Sucesión al trono de España,

las posrevolucionarias, con sus fases alternadas de guerra y alianza con Francia, seguidas por la guerra de Independencia. Es más, recuérdese cómo incluso la guerra civil de 1.936, se prestó a extralimitaciones o injerencias por parte de las fuerzas extranjeras que ayudaban a uno y otro bando, aprovechándose sin duda de debilidades militares de las fuerzas contendientes; o bien recuérdese la enorme mediatización y las presiones que tuvieron lugar contra la seguridad y el bienestar de los españoles durante la II GM. Porque si bien es cierto que luchar coaligado es lo más aconsejable cuando un país no puede escapar de una crisis internacional, entrar en la coalición sin estar preparado es un desastre sólo menor que la derrota.

El principio motriz de la doctrina de la guerra de coalición no puede ser otro que el de la preservación, hasta los límites material y humanamente posibles, de la unidad estratégica del espacio español (o ibérico si se prefiere, y si se logra conciliar los intereses defensivos españoles con los portugueses, lo cuál parece a todas luces imperativo). La entrada de España en la OTAN no debería de servir para desmembrar o atenuar esa unidad ideal, poniendo la dimensión atlántica de España en la esfera del mando atlántico aliado y su dimensión continental en la órbita de Europa central, sino más bien para reforzarla, acentuando la peculiaridad de la aportación española, consistente en la dotación de fondo y santuario terrestres, y de respaldo a un tiempo marítimo y continental a la espléndida implantación portuguesa en el Atlántico para la defensa de Europa, como una misma función integrada, como dos caras de una misma moneda.

Si queremos poner todas estas consideraciones en una perspectiva de operatividad, de cara a la entrada efectiva en la alianza, podríamos establecer los siguientes puntos, sólo tentativamente esbozados.

1) La zona de interés común hispano-norteamericana, de la planificación de cuya defensa es responsable el estado mayor combinado España-EE.UU., delimita aproximadamente la zona geográfica en que se materializaría la zona de responsabilidad española dentro de la alianza; toda ella, además, es esencial para la defensa de España, hallándose razonablemente dimensionada para una defensa efectiva, a la medida de las capacidades de nuestro país.

2) La ZIC y el Iberlant, en que se integra el Portugal continental y Madeira, podrían ser el embrión de un mando ibérico de nueva creación, con especiales responsabilidades de mando y organización para Portugal y España.

3) Más allá de la planificación hispano-norteamericana y de la OTAN, e independiente de la responsabilidad colectiva hispano-lusitana resultante de la noción de guerra de coalición, se hala la responsabilidad particular española ante sus requerimientos defensivos en regiones no incluidas en el área de la OTAN: de cara al Magreb y a los espacios oceánicos situados al sur del Trópico de Cáncer, que, irrevocablemente, son zona defensiva de España. Constituiría esta dimensión un interés particular español, que no dejaría de encontrar el más pleno respaldo de otros aliados, interesados por igual en la estabilidad africana y en la seguridad del Atlántico medio y sur.

Pero pasemos ahora a estudiar diversas áreas componentes de la problemática española de defensa, según el orden determinado por el eje básico en torno al cuál ha girado la seguridad internacional de España durante los últimos decenios: los acuerdos con los Estados Unidos.

CRITERIOS PARA EL FUTURO TRATADO CON ESTADOS UNIDOS

El tratado de amistad y cooperación entre España y los Estados Unidos tiene aún un periodo de vigencia de más de medio año. El 26 de septiembre de 1.981, a los cinco años del intercambio de los instrumentos de ratificación, deberá ser sustituido por un nuevo tratado o prorrogado por otros cinco años. Se descarta como poco realista la tercera posibilidad: su simple expiración y la resolución de las actuales modalidades de relación entre los dos países.

Un punto de partida realista para dilucidar este problema debería ser adoptado desde ahora: la España de 1.981 no es la de 1.976, cuando el tratado fue firmado; entonces España necesitó el aval entrañado en el tratado para iniciar con credenciales internacionales el proceso de transición política. En 1.981 España debería ser un país en condiciones de tomar para sí misma cuantas credenciales considerase oportunas como miembro de pleno derecho y de ejercicio de la comunidad de naciones occidentales, por haber superado frontales desafíos contra sus instituciones

democráticas. Hoy se esperan decisiones maduras de España, por la sencilla razón de que está en condiciones de tomarlas, cosa que no ocurría anteriormente.

Los términos de la alternativa deben ser analizados y criticados, al objeto de que la decisión que se adopte sea madura; para ello, lo primero que habría que hacer sería dejar de ver en el tratado una forma vicaria y sustitutoria de la tradicional y ya imposible neutralidad española, defecto de visión que aún afecta a pequeños sectores del partido gobernante, algunos de las fuerzas armadas y, sobre todo, de la oposición. Hay que ser serios: el que crea que España debe ser un país neutralista que lo diga abiertamente, y que formule soluciones políticas y militares que permitan la neutralidad; pero que no se empeñe en decir que el tratado con los Estados Unidos es suficiente para hacer compatible la pertenencia de España al mundo occidental con la tradicional neutralidad española, y que no es conveniente un grado mayor de compromiso. El tratado con los Estados Unidos es un desmentido rotundo del neutralismo.

Un rápido examen de la estructura del tratado nos permitirá apreciar que no puede durar cinco años más si impersonar la tradición neutralista de España.

Básicamente, el tratado contempla una serie de prestaciones de tipo estratégico de España a los Estados Unidos, a cambio de determinadas contrapartidas militares y de un sostenido respaldo político de los Estados Unidos a España. Esto, que es el núcleo del tratado, y constituye la sustancia de las relaciones hispano-norteamericanas desde 1.953, no puede ocultar cierta desnudez que le aqueja: la relación bilateral no es una relación perfecta de defensa mutua, no es una alianza. Para cubrir la desnudez se le ha envuelto en una serie de estuches más o menos decorosos. El primero es el de las contrapartidas militares, que comprenden donaciones por 85 millones de dólares, en un plazo de cinco años, inversiones en la red de alerta y control hasta un total de 50 millones de dólares, ciertos arriendos, y ventas favorables de material y créditos para la adquisición de armamentos por 600 millones de dólares. En el estuche económico, los Estados Unidos «procurarán» mejorar sus relaciones económicas y comerciales, consiguiendo para España la calificación de país beneficiario del sistema generalizado de preferencias establecido por la ley

del comercio, y facilitarán créditos por 450 millones de dólares. El estuche científico y tecnológico comprende programas de diverso género y donación de 23 millones de dólares. En el estuche cultural y educativo se amplían determinados programas y se donan 12 millones.

Así pues el tratado prevé la entrega de donaciones directas por valor de 125 millones de dólares en cinco años. Lo menguado de esta cifra no permite pensar que constituya la compensación adecuada a la contribución española a la defensa de Occidente. Cada vez está menos justificado aceptar donaciones a cambio de prestaciones militares. Si un país compromete su seguridad, no puede hacerlo por motivos económicos, como si se vendiera una mercancía. Debe tener razones más poderosas para hacerlo; sólo si éstas existen está justificado, además, recibir donaciones. Son esas razones las que nos interesan. Por otra parte, es más que dudoso que España pudiese, en un nuevo tratado, obtener donaciones; el congreso norteamericano está dispuesto a reducir aún más el número de recipiendarios de ayuda, que en este momento son, aparte de España, Filipinas, Portugal, Turquía, Grecia y Pakistán.

El acceso a los créditos para la adquisición de armamentos merece párrafo aparte. La cobertura de 600 millones de dólares sólo beneficia a una parte pequeña de las compras actuales y futuras, que se miden en miles de millones de dólares. Los créditos, además, sujetan las adquisiciones a trámites y demoras que irritan a las fuerzas armadas españolas, las cuáles prefieren tratar directamente con los fabricantes.

En todo lo demás, lo contenido en los otros estuches, no hay nada que no pueda obtenerse como parte de la cooperación normal entre dos países amigos, vinculados por la declaración hispano-norteamericana de 1.974; en el orden comercial, las cosas han mejorado muy moderadamente, aunque se mantiene aún un gran déficit. Por tanto, no parece que el tratado con los Estados Unidos sea irremplazable en el puro orden material. Podríamos perfectamente prescindir de él y no tendríamos que hacer prestaciones que, ciertamente, nos alinean con los Estados Unidos, comprometiendo así nuestra seguridad.

Pero el tratado no se reduce a un toma y daca. Quería ser algo más que eso. Hemos mencionado ya su significado de aval a la transición política; y ahora veamos a tratar de algunos aspectos militares no mensurables. Tanto el aval como esos aspectos militares se hallan estrechamente

vinculados; de hecho, esos aspectos son la encarnadura, la materialización del aval político extendido a España. Veamos esto. El tratado se presenta como el marco para la eventual entrada de España en la alianza atlántica. Así debe entenderse el artículo V del acuerdo complementario n.º 1, cuando dice que el consejo hispano-norteamericano «tendrá como uno de sus objetivos fundamentales el lograr el desarrollo de la adecuada coordinación con la Organización del Tratado del Atlántico. Norte». El tratado crea, además, un estado mayor combinado, cuya misión será «la elaboración de planes que estén en armonía con los arreglos de seguridad existentes en el área del Atlántico Norte»; le corresponderá además «facilitar la coordinación entre las fuerzas armadas de España y los Estados Unidos y otras fuerzas dedicadas a la defensa del Atlántico Norte». ¿Y qué otras fuerzas hay en el Atlántico Norte si no son las de países miembros de la alianza? Por otra parte, el estado mayor combinado constituye una experiencia única; en él por primera vez en nuestra historia se reúnen jefes militares españoles con otros extranjeros para la planificación estratégica. Con todo ello se quería realzar la naturaleza de la vinculación de España con los Estados Unidos, de modo que fuese posible plasmarla en un tratado, y no meramente en un convenio como los de 1.953, 1.963 y 1.970, un tratado que procuraba presentar a España en el club de naciones democráticas occidentales.

El nuevo tratado con los Estados Unidos, si quiere mantenerse cierta consistencia y seriedad política y mostrar consecuencia militar, no puede reducirse a repetir o reformular la misma idea, la misma intencionalidad hacia la alianza atlántica. Si la «muchacha» (la OTAN) está ya dispuesta a caer en nuestros brazos, no se le puede decir que en realidad sólo estamos interesados en los prolegómenos y en la excitación, pero no en la consumación. Sería ridículo.

Por eso el tratado debe ir a más, dando el salto político necesario, o debe de ir a menos, cambiando sustancialmente el rumbo de nuestra política internacional. Lo que no puede hacer es prorrogarse.

¿Cómo podría ir a más? Hay dos fórmulas ideales para ello: convirtiéndolo en un instrumento de acceso militar a la OTAN, paralelo al acceso político y diplomático a la alianza atlántica; o bien arrancando de los Estados Unidos un tratado de defensa. Esta última fórmula es pura utopía; sería grotesco esperar conseguir que el gobierno y el senado norte-

americano acepten un nuevo tratado de defensa, aparte de aquellos establecidos en los años cuarenta, uno de los cuáles es el del Atlántico Norte, en el que, por cierto, España cabe perfectamente.

O bien el tratado debe ir a menos. Desaparecidas las donaciones y demostrado el poco contenido material de las otras contribuciones norteamericanas, ambos países se enzarzarían en un regateo penoso, que sembraría todo tipo de dudas sobre las intenciones españolas y sobre su noción de la posición que puede y debe ocupar en Occidente.

EL FUTURO DE LAS RELACIONES HISPANO-NORTEAMERICANAS

Después de las pertinentes consultas llevadas a cabo por este observador, se puede llegar a establecer las siguientes apreciaciones sobre el futuro de las relaciones hispano-norteamericanas, a partir de la expiración del tratado.

1) No existe ni por parte española ni norteamericana una posición negociadora de carácter oficial. Esto viene determinado por el reciente cambio de administración en los Estados Unidos, y por la crisis española de gobierno.

2) Existe ánimo de continuar la relación bilateral, aunque ya se haya dado por parte del gobierno español noticia a los norteamericanos de que deben atenerse a los tres meses de preaviso, antes de la expiración del tratado, establecido en el acuerdo complementario N.º 6 (artículo IV), para la retirada de sus equipos y personal en el plazo de un año.

3) La parte española ha dado a entender que no desea la simple prórroga del tratado por otros cinco años, sino una nueva negociación para un nuevo acuerdo.

4) Tanto la parte española como la norteamericana estarían de acuerdo en prolongar por un año la vigencia del tratado, al objeto de dar tiempo suficiente a la negociación del nuevo convenio o tratado.

5) La prolongación del tratado por un año presenta, sin embargo, problemas de ratificación y de apropiaciones.

a) Los de ratificación resultan del hecho de que el vigente tratado prevé una prórroga por cinco años, pero no por un solo. Ninguna de las partes ve ésto como un problema insoluble.

b) El de las apropiaciones procede del hecho de que las asignadas al vigente tratado ya han sido aprobadas y ratificadas por el congreso norteamericano; un nuevo año de prórroga requeriría, a juicio de la parte española, la asignación de nuevos recursos financieros, que deberían ser aprobados de nuevo. No se conoce el «feeling» del congreso norteamericano sobre esta posibilidad. En todo caso, es propósito declarado de la nueva administración norteamericana no conceder «grants» en virtud de tratados militares.

6) Una de las quejas españolas sobre el funcionamiento del tratado es la del insatisfactorio cumplimiento del artículo IX del acuerdo complementario n.º 6, que dice: «El gobierno de los Estados Unidos se manifiesta de acuerdo en acoger con prontitud las proposiciones para la transferencia al gobierno de España de los datos técnicos del equipo y materiales necesarios para la producción en España de elementos de defensa determinados». Las quejas se refieren a la actitud norteamericana ante la transferencia de tecnología.

7) La parte norteamericana tiende a quitar relevancia a los acuerdos sobre cooperación económica, científica y tecnológica, y cultural y educativa, como parte no sustancial de un tratado esencialmente defensivo. Debe entenderse, pues, que los norteamericanos estarían satisfechos con un convenio que les garantizase el uso de las facilidades españolas, sin mayores aditamentos de otro tipo, que pueden ir en convenios aparte. Entienden además que el cuerpo de disposiciones que acompañan al tratado para darle una envoltura civil ya no es significativo para un país que se ha declarado dispuesto a ingresar en la alianza atlántica.

8) La cuestión de la entrada de España en la alianza atlántica va a modificar la relación de España con los Estados Unidos, aunque, a juicio de ambas partes, la entrada en la alianza es compatible con unos acuerdos hispano-norteamericanos, para la continuación de las facilidades concedidas a EE.UU. La parte norteamericana, sin embargo, vería muy difícil que las relaciones bilaterales se formalizasen en un tratado, si España pertenece a la OTAN, pues ello equivaldría reduplicar compromisos para una misma determinación. La parte española se muestra preocupada por la modificación de las contrapartidas norteamericanas, de resultas de la entrada de España en la alianza, ya que se perderían aquéllas que se dan en forma de donativo.

A juicio de este observador, la principal contrapartida que la parte española va a pedir por la renovación de los acuerdos sobre facilidades, y por la posible pérdida de las ventajas financieras del vigente tratado, será la garantía y el incremento de las transferencias tecnológicas. Puede preverse, pues, que ciertas dificultades presentadas hasta el momento en el área tecnológica se verían despejadas en favor de España, poniéndose ésta en igualdad de condiciones respecto de otros países de la OTAN.

9) Ambas partes consideran improbable que el nuevo acuerdo o tratado mencione en su texto un tipo de avión determinado, como hace el vigente al referirse específicamente al F-16.

10) Sobre el futuro de las instituciones que, al amparo del tratado, articulan la cooperación militar entre los dos países (consejo hispano-norteamericano, comité militar y estado mayor combinado), la parte norteamericana considera que, en el caso de la entrada de España en la alianza atlántica no tienen sentido, por ser el consejo del Atlántico Norte y el comité militar los foros naturales de la relación aliada, quedando disuelta en aquéllos la relación bilateral.

11) En cuanto al futuro del estado mayor combinado hispano-norteamericano, parece existir una tendencia norteamericana a atribuir primacía a los requerimientos organizativos de la OTAN, y a ver en las elaboraciones de aquel estado mayor combinado un mero tratamiento teórico de aspectos que la OTAN tiene ya plenamente desarrollados. Desde luego, la parte española no parece compartir ese punto de vista, pues entiende que la OTAN no tiene hecha una labor de planificación para la zona de interés común sobre la que trabaja el estado mayor combinado.

12) La planificación del E.M. combinado hispano-norteamericano se ha centrado en los puntos siguientes:

- 1) Plan de defensa marítima de la zona de interés común (ZIC).
- 2) Plan de defensa aérea y terrestre de España.
- 3) Plan de grados de alerta («force readiness»).
- 4) Organización del mando en la ZIC. Objetivo particular español propiciado por los componentes españoles del E.M. combinado: crear un mando combinado para toda la ZIC, que sirviera de núcleo para un mando nuevo en el caso de incorporación de

España a la OTAN, con reforma sustancial de la actual estructura orgánica de los mandos OTAN, sobre todo en lo que se refiere al ACLANT e IBERLANT.

- 5) Contribuciones de España a la defensa de occidente. Las ventajas del E.M. combinado radicaban esencialmente en la insuficiencia de los planes de la OTAN sobre la parte del mundo próxima a la península Ibérica.

Como resultado de los anteriores estudios se han llevado a cabo una serie de «directivas» («outline plans»), para la defensa aérea y para operaciones antianfibias, dentro de una directiva general de defensa de la ZIC.

Las elaboraciones del E.M. combinado no afectan a, ni se relacionan directa y orgánicamente con, la planificación llevada a cabo, en el plano meramente nacional, por las juntas de jefes de estado mayor de España y Estados Unidos. Las del E.M. combinado no son más que elaboraciones «concurrentes» y «paralelas», y no producen resultados operativos ni organizativos sobre el dispositivo de la defensa nacional de cada uno de los países. Es en cierto modo una planificación conceptual.

EL E.M. COMBINADO Y LA OTAN

El E.M. combinado no ha llegado a ser el instrumento de planificación paralelo a los instrumentos de planificación de la OTAN, por timidez norteamericana y falta de insistencia española. Los norteamericanos se han mostrado reacios a proporcionar enlaces con la OTAN, por temor a las repercusiones políticas, y España no lo ha solicitado, a pesar de que el artículo V del acuerdo complementario n.º 5 permite designar oficiales de enlace en los cuarteles generales norteamericanos que se acuerden.

Por la experiencia pasada, se puede decir que el general Haig insistía, cuando era comandante supremo aliado en Europa, en la importancia de las maniobras conjuntas hispano-norteamericanas. La posición tomada por la parte española del E.M. combinado era la de que esos ejercicios sólo interesaban en función del desarrollo de los planes combinados en la ZIC.

A nivel de cooperación logística internacional se está procediendo a la elaboración de un plan de apoyo logístico combinado que sirva de soporte a los planes operativos también combinados, previstos para la defensa de la Zona de Interés Común Hispano-norteamericana, definida

en los acuerdos vigentes con los Estados Unidos, por fuerzas combinadas hispano-norteamericanas, en caso de guerra. La complejidad del tema ha determinado la convocatoria y desarrollo de conferencias y reuniones entre los estados mayores de ambos países, coordinadas por el estado mayor combinado, todo ello de acuerdo con las previsiones estratégicas que contiene el plan estratégico conjunto español.

LAS CONCEPCIONES ACTUALES DE LA SEGURIDAD NACIONAL Y CRITICA

La perspectiva de la entrada de España en la alianza atlántica no ha constituido la orientación fundamental de las actuales concepciones de la defensa española. Esta sigue concibiéndose, en grado decisivo, en términos de defensa del territorio y del espacio aeromarítimo español. Aunque no ha habido indicio alguno de tipo público sobre el contenido del plan estratégico conjunto, elaborado por la junta de jefes de estado mayor, que aun debe ser aprobado por el gobierno, tampoco existe el menor indicio que permita pensar que la corriente principal del pensamiento defensivo, vocado hasta ahora a la mera defensa nacional, haya sufrido modificación o ampliación sustancial.

Es más, se ha observado en niveles de mando próximos a la junta de jefes de estado mayor una tendencia al retroceso respecto de las implicaciones derivadas de las elaboraciones del estado mayor combinado hispano-norteamericano, de cara a la ampliación de la participación española en la defensa occidental, y de la posibilidad de la entrada de España en alianza atlántica. Según esas tendencias, España no tendría sino que mantener buenas relaciones militares con los Estados Unidos, que asumirían en exclusiva todas las funciones defensivas en relación con Europa y occidente, y España se dedicaría a la salvaguarda de sus intereses nacionales y a la preservación frente a amenazas potenciales contra sus fronteras y límites (amenazas que, por otra parte, tradicionalmente han sido concebidas por el moderno pensamiento militar español como provenientes del norte de Africa), cooperando con las fuerzas norteamericanas sólo dentro de los límites de la zona de interés común, y para los fines exclusivos del tratado bilateral, bajo el escrutinio efectivo del mando español sobre cualquier uso eventual de las facilidades concedidas por España a las fuerzas norteamericanas.

Si la experiencia de la contribución española a la defensa occidental durante los últimos decenios podría categorizarse como de «solidaridad condicionada», ¿estaremos asistiendo quizás a un impulso, de origen militar, hacia la «solidaridad restrictiva»? Si esto fuese así, esa tendencia exigiría una muy rigurosa revisión.

Esa revisión necesaria debería referirse, en primer lugar, a un concepto que se está tratando de expresar con vigor, como representativo de los intereses de seguridad y determinante de la estrategia militar de España: el ya famoso eje Baleares-Estrecho-Canarias. La revisión debería ceñirse no tanto a discutir la validez de ese concepto como a cualificarlo. Porque, qué duda cabe, de que lo que ocurra a lo largo de ese eje tiene interés vital para España, pero, qué duda cabe también de que hay muchísimos otros ejes y fulcros estratégicos a través de los cuales se pueden condicionar de modo decisivo intereses vitales de España. Si se enuncia, por ejemplo, la importancia que tiene para todo Occidente y, por lo tanto, para España, el mantenimiento de un equilibrio favorable del Oriente Medio, ¿cómo explicar este interés vital en términos de tal eje? Sencillamente, el eje no explica nada, ni de él se deduce ninguna función estratégica o militar relevante para el problema específico de Oriente Medio.

Del mismo modo, si la independencia y neutralidad de Yugoslavia peligrase en la transición pos-Tito, ¿qué significado tendría el eje?

La validez del eje sólo se justifica si se quiere decir que sobre él debe aplicarse un considerable esfuerzo militar español, pero no si se pretende que la seguridad de España dependa de él. Su seguridad trasciende el modestísimo alcance del eje, y se relaciona directamente con la seguridad toda de Occidente. Tratar de limitar el área de seguridad de España al eje Baleares-Estrecho-Canarias es aceptar una de esas glaciaciones peligrosas que frecuentemente se producen en el pensamiento estratégico-militar, como la idea de una defensa lineal basada en murallas, o en fortificaciones Maginot. Esa glaciación es además impropia de una sociedad implantada en un espacio, abierto en cuadrantes a mares, océanos y continentes, y corresponde más bien a países dotados de condiciones geoestratégicas desesperadamente constreñidas, como la de la República Federal de Alemania, donde la defensa avanzada, a todo lo largo de la línea de amenaza, es un mandato inexorable.

Viene todo esto a cuento porque es necesario llegar al ineludible debate sobre seguridad, con una idea clara del tipo de respuesta que se deriva de una cierta percepción del entorno internacional y de las amenazas que pesan sobre él. De una correcta percepción se deduce la adopción de una correcta postura militar, con todo lo que ello significa política y económicamente. España se halla en trance de dar un salto cualitativo en la conformación de sus fuerzas armadas, sobre todo a través de la modernización de sus fuerzas aéreas y, más modestamente, del reforzamiento de la marina. Se hala también ante la disyuntiva de tener que seguir la mediocre vinculación con los Estados Unidos, cuyo significado estratégico global no hará sino decaer en un contexto meramente bilateral, como lo ha venido haciendo de modo rapidísimo desde hace menos de dos años, o seguir el camino de la alianza atlántica, por el que avanzaría hacia una potenciación de su función estratégica, dando a Europa, además, la oportunidad de una sustancial remodelación de su defensa con mayor fondo y mayor latitud.

No es difícil deducir las consecuencias militares de una correcta apreciación estratégica. Basta observar modelos que tenemos a la vista. Cabe considerar aquí la decisiva corriente hacia la formación de fuerzas capaces de proyectarse en ultramar, que hoy domina el pensamiento militar de Francia y de los Estados Unidos, por poner los dos ejemplos más próximos. Francia dispone hoy de una fuerza de 50.000 hombres en condiciones de ser proyectada; veinticinco buques de guerra patrullan permanentemente el océano Indico entre El Cabo y Djibouti; en dos años más, la fuerza de intervención ultramarina de Francia contará con cien mil hombres. En cuanto a los Estados Unidos, actualmente son tres las divisiones organizadas como fuerzas de despliegue rápido, serán seis en 1.982 y nueve en 1.986.

Al poner esos ejemplos hay algo que no se quiere decir: que España debiera hacer un esfuerzo comparable al de esos dos países. Ello es sencillamente imposible desde el punto de vista económico y material. Lo que se quiere decir son dos cosas muy distintas: 1) que la modernización de la fuerza debe aplicarse primordialmente a incrementar su capacidad de proyección, y 2) que la función estratégica que España puede cumplir se completaría con su inserción en una alianza que contase con capacidad

material y económica de proyección del poder a escala global, en defensa de intereses que, a la postre, coinciden en lo esencial con los intereses españoles.

En fin, lo que se sugiere con todo esto es la necesidad de dar un paso más allá de la, por ahora, última elaboración del pensamiento militar español, consistente en las especulaciones que giran alrededor del eje Baleares-Estrecho-Canarias, e ir al encuentro del cuadro estratégico general, en que aquél tiene su importante pero modesto papel táctico.

LA POLÍTICA DE DEFENSA

Después de haber descrito someramente los rasgos principales y las contradicciones inherentes a un cierto tipo de pensamiento estratégico español, que goza de gran raigambre, es preciso hacer referencia a la formación de los criterios que están dando lugar a la aparición de una política de defensa nacional. Sin duda ésta es obra de los gobiernos democráticos instaurados después de 1.976, y muy particularmente es resultado del impulso personal dado por el vicepresidente para Asuntos de la Defensa, teniente general Gutiérrez Mellado, y del primer ministro de Defensa civil que jamás ha existido en España, Agustín Rodríguez Sahagún.

Lo que pretende en España configurar-se como una política de defensa es lo que en la jerga del ministerio se llama «Ciclo Político de la Defensa». Este se ha puesto en marcha mediante las directrices dadas inicialmente por el ministro de Defensa, estableciendo cuáles han de ser las grandes líneas del potencial militar y no militar de la nación. A partir de esas directrices se buscan tres objetivos, por cuenta de tres sujetos distintos: 1) la junta de jefes de estado mayor prepara el plan estratégico conjunto; 2) los diversos ministerios civiles elaboran planes parciales de contribución al esfuerzo común de la defensa; 3) la secretaria general de Asuntos Económicos del ministerio de Defensa establece el plan logístico de alto nivel.

El despliegue de este ejercicio es una buena muestra de racionalidad y planificación, pero desafortunadamente no todos los elementos participantes en él actúan con igual eficacia y rendimiento, poniendo en evidencia, una vez más, los graves fallos de coordinación y gobernación que caracterizaron los diversos gobiernos del ex-presidente Suárez.

El plano estratégico conjunto (PEC) se halla ya cumplimentado, y está a la espera de la aprobación del gobierno. El PEC se ha elaborado

a partir de las directivas de defensa nacional, generando dos documentos iniciales, 1) la directiva de estrategia, elaborada por la junta de jefes de estado mayor, y 2) la directiva de planeamiento, elaborada por el estado mayor conjunto, subordinado da junta de jefes de estado mayor. En la directiva de estrategia se pide a los ejércitos una definición de los conceptos estratégicos que a cada uno afectan particularmente; en la directiva de planeamiento se pide a los ejércitos la documentación que deber aportar para la coordinación de los esfuerzos particulares de cada uno de ellos.

A esos documentos se une un tercero, elaborado por la junta de jefes de estado mayor, ayudada por los servicios de inteligencia, que es la «Estimación de inteligencia», en que se consideran las amenazas; en función de esas amenazas se calcula los objetivos estratégicos a alcanzar, esto es, se describe *lo que se va a hacer*; a partir de los objetivos estratégicos se establecen las líneas de acción para cubrir aquellos objetivos, esto es, se describe *cómo se va a hacer*. Una vez establecidas las líneas de acción se estudian los medios necesarios para cada una de esas líneas de acción. La suma de esos medios se concreta en la definición del «Objetivo de fuerza conjunto», lo que se traduce en una cuantificación económica. El plan estratégico conjunto termina, pues, en una programación para los ochenta, que culminará, según fuentes bien informadas, en alcanzar un 3 % del PNB para gastos de defensa al final del decenio.

De los tres elementos arriba mencionados, conducentes a la política de defensa, sólo uno, el plan estratégico conjunto, está, como se ha dicho, terminado. Los otros dos elementos se hallan considerablemente atrasados, sobre todo el de la aportación del potencial no militar a la defensa, que debía ser elaborado por los ministerios civiles, sin duda debido a la creciente paralización sufrida por la administración española después de los grandes esfuerzos políticos que condujeron a la aprobación de la constitución, a la convocatoria de las elecciones generales que dieron el triunfo a UCD, y a causa de las guerras intestinas entre las diversas facciones de UCD.

Otro de los elementos de punta de la reforma militar en España iba a ser el sector económico-industrial de la defensa, encomendada a la dirección general de Armamento y Material. El ministro civil de Defensa no ha logrado hacer de esa dirección general un instrumento poderoso de

reforma militar, y ello por dos razones: 1) el aislamiento de las fabricaciones militares respecto de las técnicas gerenciales características de la competitividad industrial civil, al estar afectadas todas esas industrias, salvo honrosas excepciones, por los intereses corporativos de los distintos ejércitos, caso especialmente relevante en el de la marina; 2) el aislamiento personal del ministro civil de defensa en un organismo de la administración donde todo el personal, excepto él mismo, es militar, por lo que no le es posible formar su propio staff con entera libertad.

Estas meras notas descriptivas del estado actual de la reforma de las estructuras de la defensa pueden sintetizarse en las siguientes conclusiones:

1) La junta de jefes de estado mayor ha demostrado ser un órgano necesario para tratar de superar las tendencias corporativistas de los distintos ejércitos, pero con éxito limitado.

2) Existe impermeabilidad e indiferencia de la administración civil ante las exigencias y rigores de la defensa.

3) Para llegar a una formulación definitiva de la política de defensa de los próximos diez años hace falta ejercer mucha mayor autoridad civil sobre los estamentos militares, para reducir la tendencia innata de estos a la preservación de prerrogativas y esferas de interés particular.

4) La incapacidad técnica y profesional de los anteriores gobiernos de UCD para llevar a cabo esta tarea se ve ahora agravada por los inciertos efectos paralizantes inducidos por el reciente golpe militar.

5) Sólo una autoridad civil y política plenamente restaurada puede dar un nuevo impulso a reformas militares que desbloqueen el camino hacia una verdadera política de defensa nacional.

6) La anunciada voluntad del gobierno de Calvo Sotelo de hacer entrar a España en la alianza atlántica no tiene más remedio que ir precedida de una serie de formulaciones bien definidas de política de defensa, y ésta sólo será posible enunciarla después de una vigorosa puesta a punto de la reforma militar.

LA POLÍTICA MILITAR Y LA OPCIÓN OTAN

No hay nada en los planes que configuran la política militar española que se dirija de modo específico a la posibilidad de que España entre en la OTAN. Si España va a entrar o no, es algo que todavía no aparece

como objetivo propedéutico y organizativo de las fuerzas armadas españolas. Sin embargo, la posibilidad de entrar en la OTAN viene siendo favorecida por unos planes objetivos de modernización y puesta a punto del instrumento militar, que están teniendo lugar en todo caso sin el horizonte OTAN. Trataremos de definir algunos rasgos de las iniciativas que favorecerían en su día el acceso de las fuerzas armadas españolas a los mandos integrados de la organización atlántica. A nivel nacional han tenido lugar los ejercicios y maniobras en los tres medios, tierra, mar y aire, tratando de progresar en la coordinación y presentación conjunta de los mismos.

A nivel internacional, se han realizado ejercicios combinados con Estados Unidos, Francia, Alemania, Italia y Reino Unido.

Se ha constituido en el cuartel general de la junta de jefes de estado mayor una sección denominada de «ejercicios», encargada de contribuir a la coordinación de los ejercicios combinados y de aportar ideas a la concepción de ejercicios conjunto-combinados, encaminados a la comprobación de los planes y directivas combinadas, esto es, a operar en el plano internacional.

En fin, se ha redactado una instrucción general que establece las «normas para la coordinación y unificación de los ejercicios nacionales e internacionales que desarrollen las FAS».

El aumento de la operatividad que se busca a través de los ejercicios viene complementado con medidas que se están preparando para el rejuvenecimiento de los cuadros de mando, pues como decía el anterior vicepresidente para Asuntos de la Defensa, «constituimos uno de los ejércitos mas viejos del mundo». El proyecto de ley de «Creación de la situación de reserva activa y de fijación de edades de pase a la situación de retiro» puede representar un avance modesto en el acercamiento de las edades medias de los oficiales y mandos españoles a las que predominan en los ejércitos de la OTAN. Hoy día, las edades de retiro de hallan en esta situación:

	Pareada	Reserva
Teniente general	B 66	70
General de división	B 64	68
General de brigada	62	64
Coronel	60	64

	Pareada	Reserva
Teniente coronel	58	62
Comandante	56	60
Capitán	54	58
Teniente	52	56

Cada uno de los tres ejércitos ha abrazado un programa de dotación de medios para el combate, que constituye el eje de su estructuración y configuración futura.

La marina sigue avanzando en la formación de su grupo de combate naval, con un portaerones como buque capital. La aviación adopta como factor de desarrollo el futuro avión de combate y ataque, que a mediados del decenio debe reemplazar a los aviones F-4, que hoy constituyen la espina dorsal de la aviación de combate española. El ejército no posee un programa que defina de modo tan neto como aquellos instrumentos de la marina y la aviación su dimensión de futuro, pero a grandes rasgos podría decirse que ésta se concreta en el reforzamiento de las tres divisiones existentes, completándolas, dotando a la acorazada de una segunda brigada mecanizada, a la división mecanizada de una segunda brigada motorizada y a la motorizada de una brigada más. Se están haciendo esfuerzos considerables en la mejora de las fuerzas de montaña y la brigada paracaidista.

De modo deliberado se está buscando desarrollar el elemento cohesionador de los tres ejércitos, mediante la formación de mandos conjuntos. Ciento cincuenta oficiales o más han pasado ya por los cursos de formación de mandos conjuntos.

España viene gastando en defensa unos 124 dólares por capita (1.979), gasto que se compara favorablemente con el gasto de países como Italia, Luxemburgo, Portugal y Turquía. Aunque es de suponer que España recibiría, en caso de ingreso en la OTAN, la recomendación de incrementar su gasto de defensa, debe de tenerse en cuenta que es el país europeo que más rápidamente ha incrementado éstos desde 1.972, registrando un índice de 387 %, seguida de Bélgica con 349 % y el resto de los países de la alianza.

Si encomiable es el esfuerzo hecho por España para aumentar las dotaciones de la defensa, largamente descuidadas por los gobiernos del general Franco, más sujeta a crítica justificada se halla la estructura del

gasto. En el trienio 76-78 España dedicó a retribuciones de personal una media de 61,8 % del presupuesto militar. Sin embargo, el capítulo de pagos de personal ha ido mejorando con los años, según la siguiente escala:

1.976	62,3 %
1.977	61,4 %
1.978	61,8 %
1.979	59,1 %
1.980	55,1 %

Un indicador rudimentario como es el de la distribución de los efectivos humanos entre los tres ejércitos no es decisivo, aunque no deja de tener cierto significado. El 76 por ciento de los efectivos humanos pertenecen al ejército de tierra, el 13 por ciento a la marina y 11 por ciento al ejército del aire. Esta estructuración se asemeja a la de Grecia y Turquía, países con un claro predominio militar del ejército. Dado que ese indicador no es del todo significativo, es necesario complementarlo con otros que reflejen el armamento y material de que están dotados los diferentes ejércitos. Si se toma al tanque como el arma simbólica del ejército, se ve entonces que el español presenta desequilibrios esenciales frente a los que ya hemos mencionado, Turquía y Grecia. Así, estos países tenían en 1.979 2.800 y 1.340 tanques, mientras que España poseía sólo 860. En cuanto al número absoluto de tanques, España se sitúa en séptimo lugar en relación con los países europeos de la alianza atlántica. La baja cifra española no quiere decir tanto que el ejército se halle de hecho infradotada de medios acorazados, como que se halla superdotada de medios humanos que no siempre encuentran aplicación productiva a los medios modernos de combate. Porque qué duda que el tanque no juega en España el mismo papel primario que juega en la defensa de países como Grecia, Turquía y la República Federal de Alemania, situados ante la misma línea del frente del Pacto de Varsovia.

En medios aéreos España se halla, igualmente, infradotada en aviones de combate de todo tipo, ocupando el lugar 7.º entre los europeos, con 214 aviones, detrás de Turquía (339) y Grecia (257).

Mejor panorama ofrece la marina, que se sitúa en el lugar 3.º en número de unidades de superficie principal de combate, y en número 6.º en otras unidades distintas a los submarinos, ocupando éstos el 8.º lugar.

Grandes especulaciones se han hecho en torno al gasto que representaría para España el ingreso en la alianza atlántica. La oposición de izquierdas utiliza como uno de los argumentos en contra la necesidad de doblar por lo menos los presupuestos de defensa, si España ingresa en la alianza. Nada parece avalar esta presunción. Afirmaciones directas del antiguo comandante supremo aliado en Europa, general Haig, indican que los gastos del presupuesto civil representarían para España 10 millones de dólares, y los gastos de infraestructura no más de 50 millones de dólares anuales. Esta última cifra es muy discutible, dado que España haría desde el principio una considerable contribución infraestructural, representada hoy día en sus grandes bases, donde los norteamericanos tienen facilidades, así como en una importante red de oleoductos y de alerta y control aéreos.

Las líneas sobre las que, en todo caso, debería de conducirse la reestructuración de las fuerzas armadas españolas para el acrecentamiento de su poder militar y de su eficacia, coinciden de forma muy neta con las líneas potenciales de máxima operatividad de las fuerzas armadas españolas dentro de la alianza atlántica. Esas líneas consisten básicamente en: 1) un aumento considerable de los recursos financieros aplicados a material, armas y mantenimiento, y una reducción paralela en gastos de personal, lo cual sólo puede llevarse a cabo en un periodo largo y escalonado de tiempo; 2) una transferencia sustancial de recursos desde el ejército hacia la marina y la aviación; 3) el aumento de la operatividad global mediante la capacidad de proyectar poder armado, lo cual reclama la dotación de medios navales y aéreos de transporte y ataque.

La dificultad de llevar adelante estas líneas de actuación, que son absolutamente imprescindibles para una sociedad que necesita defenderse mucho más allá de sus fronteras naturales, son evidentes, dada la implantación sociológica y moral del ejército en la entraña misma de la historia española. Encuestas aleatorias y no oficiales sobre los estados de opinión de los diversos ejércitos en torno a la cuestión de la entrada de España en la OTAN, muestran al ejército más renuente, y a la marina y a la aviación favorables, con verdadero entusiasmo en el caso concreto de la armada. Esas mismas encuestas muestran además que la alta oficialidad del ejército se muestra inclinada por cierta mayoría a la alianza, mientras que los mandos más jóvenes se oponen por ligera mayoría, lo cual

parece reflejar un grado muy diferente de percepción de esos estamentos sobre aquello que constituye el verdadero fin último y la razón de ser de los ejércitos: la defensa, que ya no es posible en términos «nacionales» en nuestros días. Esto, naturalmente, lo ven con mayor claridad los hombres con mayor formación y experiencia, y es por eso por lo que se muestran más inclinados a una solución aliancista.

DIFICULTADES INTERNACIONALES PARA EL INGRESO DE ESPAÑA EN LA ALIANZA

Hasta ahora no hemos encontrado resistencias invencibles a la adhesión de España a la OTAN, ni siquiera en la actitud reservada de las altas autoridades militares, responsables de elevar sus apreciaciones estratégico-militares al gobierno, sobre todo si el gobierno se muestra decidido a tomar la opción aliancista. Tampoco por parte norteamericana se presenta obstáculo alguno.

Algún problema más puede presentarse, sin embargo, y vamos a tratar de uno de ellos en particular, y a enunciar simplemente otros.

Um problema de tipo internacional es el de Gibraltar. Como Uds. saben, España mantiene sobre Gibraltar una reivindicación avalada por la correspondiente resolución de las Naciones Unidas, fundada en el principio de la integridad territorial, después de haber sido derrotado el principio de autodeterminación de los pueblos defendido por Gran Bretaña. Gran Bretaña se ha comprometido con el pueblo gibraltareño a no traspasar su población a otro estado, sin el consentimiento del pueblo de Gibraltar. El pueblo de Gibraltar presenta los rasgos de una pequeña comunidad cuya razón de existencia en un espacio geográfico y cuyo modus vivendi procede históricamente de la presencia de una base naval primero, y aeronaval después, en un medio geográfico y humano. El estudio de la economía de Gibraltar indica claramente que los gibraltareños nunca consentirán ser traspasados a la soberanía española. Ocurre que España no quiere la soberanía sobre los gibraltareños, sino la reintegración del territorio; naturalmente, os gibraltareños se muestran preocupados por su destino como comunidad, en el caso de que el territorio sobre el que se asientan dejase de ser británico y pasase a ser de soberanía española, sabiendo como saben que lo esencial de su modus vivendi se

vería afectado, al desaparecer la presencia militar británica y, sobre todo, las fuertes inversiones que permiten mantener ocupada parte del año a la población laboral gibraltareña.

Aunque la posición oficial británica es que el Reino Unido no tiene interés particular en mantenerse en Gibraltar, aparte de los deseos de la población, hay pruebas constantes de que las razones de tipo estratégico son primordiales, y constituyen la verdadera razón de ser de una presencia que parece costarle muy cara a una Inglaterra que reduce drásticamente sus programas sociales. Veamos algunas de esas pruebas: el jefe de la base naval, contralmirante Pritchard, dijo en una celebración militar en 1.980 que Gibraltar ofrecía las ventajas de ser un portaviones anclado, un puesto de observación magnífico y un barco de suministros y reparaciones en el Mediterráneo; el «admiral of the fleet» Lewin dijo en el Peñón, igualmente el pasado año, que la importancia de Gibraltar hoy día era superior quizás a la que tuvo durante la II GM. En fin, el lord del Sello Privado, sir Ian Gilmour, dijo recientemente en Madrid que el valor estratégico de Gibraltar «se puede apreciar con sólo mirar a un mapa, valor que no es mayor para Gran Bretaña que para sus aliados». Cada una de las evocaciones de la importancia estratégica de Gibraltar es música dulcísima en los oídos gibraltareños, y un acicate más para seguir diciendo «British we are, British we remain».

La forma de presentar los británicos el problema es esencialmente una falacia, porque los deseos de una población cualquiera no pueden sino corroborar el mantenimiento de aquellas condiciones que le permiten existir como tal comunidad. No se ve cómo España puede atraerse a la población gibraltareña, si no es mejorando la oferta económica británica, y esto parece, desde luego, hoy por hoy, lejos de sus posibilidades materiales, aparte de que le resulta innecesario mantener a su nivel actual de funcionamiento la base de Gibraltar.

Pero la OTAN necesita a España, o al menos necesita las facilidades que España actualmente presta a la defensa de occidente a través de los acuerdos con los Estados Unidos. Es aquí donde aparece la cuestión de la OTAN como ocasión propicia para ayudar a resolver el problema, ya que siendo Gibraltar una base esencialmente al servicio de la OTAN, su infraestructura representa como contrapartida un importante activo financiero a favor de Gran Bretaña, activo que es el que permite a este país

atender con gran latitud las necesidades financieras de los gibraltareños. Si Gibraltar es una base OTAN, qué duda cabe de que el bienestar de la población gibraltareña, que por y para la base vive, no es un problema endosable a España, sino plenamente asumible por la alianza.

Realmente no hay razón para que no se pueda llegar a una solución que comprenda la preservación de los deseos de los gibraltareños en todo cuanto sea compatible con la conciliación necesaria entre los intereses de los estados español y británico, para mayor beneficio de la solidaridad atlántica.

Ahora bien, si no es posible por esa vía caminar hacia una solución, no dejarán de alzarse voces en España, y no necesariamente de la izquierda, en contra de una alianza que no ayuda a resolver un contencioso histórico, que irracionalmente aliena a dos grandes e importantes pueblos europeos. Quizás incluso el tema de Gibraltar se cruzaría en la cuestión de la renovación de los acuerdos con los Estados Unidos para el uso de facilidades en bases españolas. En efecto, si España entrase en la OTAN, parte esencial de su contribución militar y estratégica consistiría en seguir haciendo prestación de facilidades a las fuerzas aeronavales norteamericanas. De ese modo, si el asunto de Gibraltar se cruza en el camino de acceso de España a la alianza atlántica, también debería cruzarse en el camino de la renovación del tratado con los Estados Unidos, porque de otro modo la alianza obtendría de los españoles, a través del tratado bilateral, lo esencial de aquello que le interesa. Negarse a entrar en la alianza por causa de Gibraltar para seguir dándole a ésta las prestaciones militares de siempre, por medio de los norteamericanos, sería una inconsecuencia. La conclusión parece obvia: no deberían renovarse los acuerdos con los Estados Unidos a no ser que la cuestión de Gibraltar se balle enderezada hacia su solución, preferible y especialmente dentro del marco de la OTAN.

Ninguna otra dificultad importante de tipo político-estratégico se opondría al ingreso de España en la alianza. Si acaso podríamos citar las reservas expresadas por diversas instancias españolas a la instalación en España de sistemas de armas nucleares. Esta cuestión está siendo tratada con cierta ligereza y desinformación, al calor del debate europeo en torno a los eurosistemas. Lo que parece obvio es que España posee blancos suficientes para las armas nucleares soviéticas, según se deduce de la doc

trina estratégica oficial de las fuerzas armadas de la URSS, independientemente de que en su territorio se alberguen o no, transiten o no por él, armas nucleares aliadas.

En todo caso, parece razonablemente fuera de discusión que la cuestión de la instalación de eurosistemas en España no tiene fundamento, ni viene avalada por las capacidades y radios de acción reales de esas armas, que no alcanzarían blancos preferentes en territorio soviético, desde emplazamientos españoles.

LAS DIFICULTADES DE TIPO POLITICO

Como es sabido, el arco político español de centro y derecha es totalmente favorable a la solución atlántica, mientras que el arco de fuerzas de izquierdas es acérrimamente opuesto. El análisis de las posiciones de los diversos partidos puede ser objeto de ampliación y discusión, pero centremos de momento el problema en sus términos constitucionales. En efecto, el artículo 93.º de la constitución autoriza la celebración de tratados por los que se atribuya a una organización o institución internacional el ejercicio de competencias derivadas de la constitución. Un caso de este tipo de competencias es, naturalmente, la defensa. Esos tratados deben de ser aprobados por ley orgánica, la cual requiere la aprobación por mayoría absoluta del congreso de los diputados. Los votos de UCD, unidos a los de la derechista Coalición Democrática y a los partidos nacionalistas PNV y Convergencia i Unió, de Cataluña, aseguran una mayoría de casi 190 votos, cuando la mayoría absoluta suficiente sería de 176 votos. Por temor a ver aprobado el tratado de la alianza por mayoría absoluta, la oposición de izquierdas mantiene la tesis de que el acceso de España a la OTAN debe de aprobarse por referendun nacional, por constituir una decisión política de especial trascendencia, que, a tenor del artículo 92.º de la constitución «podrá» ser sometida a referendun consultivo de todos los ciudadanos. La izquierda confía, naturalmente, cuando pide un referendun, en su capacidad de movilización en torno a cuestiones altamente emocionales, como la seguridad, la amenaza atómica, la paz y el desarme, que se desatarían en la campaña referendataria.

El presidente Calvo Sotelo ha anunciado en su discurso de investidura que el gobierno se propone ingresar en la alianza atlántica por medio de ley orgánica, esto es, por aprobación de la mayoría absoluta. Esta declara-

ción obligó al líder de la oposición, Felipe González, a anunciar que si el gobierno metía a España en la OTAN por mayoría absoluta, los socialistas la harían salir también por mayoría absoluta cuando gobernasen. La posición de Calvo Sotelo ha sido posteriormente modificada, sin embargo, por su promesa de examinar la cuestión de la alianza atlántica en consulta con las otras fuerzas políticas, sin que esto quiera decir, sin duda, que busque el consenso para una decisión de esa trascendencia.

ESPAÑA JUNTO A PORTUGAL EN LA ALIANZA ATLÁNTICA

España percibe con satisfacción la actitud positiva adoptada por el gobierno y por las fuerzas armadas portuguesas ante la posibilidad de la entrada de España en la alianza atlántica, para cubrir un espacio en que Portugal ha venido aportando un importantísimo capital estratégico. Igualmente ve con satisfacción que ya se ha trabado un serio diálogo, basado en rigurosos análisis, como los llevados a cabo por este centro, y presentados por la pluma de personalidades como el brigadeiro Mario Firmino Miguel y el profesor Medeiros Ferreira, por sólo citar aquéllos con los que más me he familiarizado.

Ambos han adelantado ideas interesantísimas; Firmino Miguel mediante sus estudios sobre los valores intrínsecos de la unidad estratégica de la península Ibérica y de sus archipiélagos adyacentes, y el Prof. Medeiros Ferreira mediante sus análisis de las variables funciones estratégicas desarrolladas por el espacio ibérico en el escenario europeo, como resultado de los cambios tecnológicos y políticos

Si España entra en la OTAN ambos países se encontrarán con un problema nuevo: cómo configurar su posicionamiento militar y estratégico ante sus necesidades defensivas, dentro de un cuadro OTAN estructurado de acuerdo con esquemas en parte ya establecidos y, desde luego, resistentes al cambio. A mi entender, la percepción portuguesa de la defensa nacional se ciñe en lo esencial a la defensa del triángulo Portugal peninsular-Azores-Madeira, mientras que el núcleo central de la concepción española de defensa gira en torno al eje Baleares-Estrecho-Canarias. ¿Que se puede decir de todo esto?

A mi entender, no demasiadas cosas, pero por lo menos cosas sustanciales:

1) La percepción portuguesa sobre su propia seguridad tiene particular relevancia para España.

2) La percepción española sobre su propia seguridad debería tener también particular relevancia para Portugal.

3) El diseño de esquemas organizativos del espacio a defender dentro de la alianza debería corresponder primariamente a España y Portugal, y secundariamente al aliado principal, los Estados Unidos, y a un aliado secundario pero habitual en la zona, Gran Bretaña.

4) Toda la problemática organizativa puede ser resuelta a la vista de las capacidades reales en presencia, en áreas específicas, esto es, en términos operativos.

5) Las capacidades reales en existencia y las prioridades esenciales al interés nacional, más que las determinaciones de tipo geográfico, deberían constituir la principal guía organizativa de todo esquema común del espacio defensivo ibérico. Aunque en el terreno naval España es un país con mayores disponibilidades que Portugal, sin embargo, la unidad nacional de Portugal descansa con igual o más énfasis que en el caso español en lo naval.

6) Las ideas de impulsar a España a jugar dentro de la OTAN un papel más continental y europeo, y a Portugal a otro más marítimo y atlántico, pueden convertirse en factores de discrepancia. Más recomendable parecería ser la consulta mutua y la comprensión común de hasta dónde pueden los dos países llevar a cabo, por separado o combinadamente, las misiones que, desde un punto de vista estratégico, recaerían sobre el espacio ibérico y las demandas que se ejercerían sobre las capacidades reales instaladas en ese espacio. A través de esa consulta se puede llegar a apreciar como valor compartido la explotación de los activos estratégicos de todo tipo situados en el espacio ibérico y la puesta en común de los recursos militares en presencia. Ante esta visión conjunta, los problemas de tipo jurisdiccional y de organización del mando aparecen como cuestiones subordinadas, como fichas de un rompecabezas que caen con naturalidad en su exacto lugar.

Muchas gracias.

Sanchez Giron

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«THE ECONOMIST» (UK), de 10 a 16 de Janeiro de 1981

A Inglaterra decidiu no ano passado comprar mísseis «TRIDENT-1» aos EUA e construir 4 ou 5 submarinos nucleares para os instalar, com o objectivo de substituir os seus sistemas «POLARIS» na década de 90.

Acontece que a decisão em causa custa mais de 5 biliões de libras e que existe uma alternativa constituída pelos mísseis de cruzeiro «TOMAHAWK», que custaria cinco vezes menos. Muito embora o «TRIDENT» seja um míssil melhor, não é, contudo, 100 % perfeito, e a maioria dos especialistas considera que a defesa antimíssil soviética não será capaz de abater mais de 80 % duma nuvem de mísseis de cruzeiro, apesar de estes voarem a velocidade subsónica. Por outro lado, os mísseis de cruzeiro tanto podem ser instalados em submarinos, como em terra, como, ainda, nos aviões «VULCAN» da RAF, o que, acrescido ao seu relativo baixo custo, fará deles uma arma provavelmente «mais dissuasora» do que os «TRIDENT», uma vez que pode ser lançada em quantidade suficiente para saturar as defesas antimísseis. Por fim, a verba a despende com o sistema «TRIDENT» tornará muito difícil deixar fundos disponíveis para proceder à modernização do Exército e da própria Marinha.

O Governo japonês decidiu aumentar as despesas com a defesa em 7,6 % para o próximo ano. Em resultado disto, as Forças Armadas poderão gastar mais 18% em armamento em 1981: para a Marinha mais 3 «destroyers», 1 submarino e 3 navios diversos; para o Exército cerca de 120 carros de combate, artilharia autopropulsionada, transportes blindados de pessoal e unidades de mísseis antiaéreos; para a Força Aérea 8 caças, um certo número de aviões de transporte e de alerta antecipado, 9 aviões de treino, alguns aviões para busca e salvamento e novas baterias de mísseis antiaéreos. Esta decisão teve a oposição dos que pensam que uma política de rearmamento do Japão pode prejudicar os laços económicos com os países do Sueste Asiático, e também, de grande parte da imprensa.

Entretanto, o Governo japonês continua a não dispor de mecanismos para gestão de crises, pois não foi avante uma recomendação preconizando a adopção dum Conselho de Segurança Nacional, à semelhança do existente nos EUA. Assim, as discussões na nova Comissão de Defesa limitar-se-ão à Segurança Económica, deixando implicitamente a Defesa ao Conselho Nacional de Defesa. Vai, entretanto, ser construído um posto de comando central em Tóquio e vão ter lugar as primeiras manobras conjuntas com tropas norte-americanas.

«DÉFENSE NATIONALE» (FR), de Dezembro de 1980

Desde Junho de 1977 que se verifica um aumento importante do número de visitas de navios da força naval soviética no Mediterrâneo ao porto tunisino de Biserta. O caso terá motivos muito mais económicos do que políticos, parecendo estar-se em presença, pela parte da Tunísia, da necessidade de reanimar a indústria naval (a qual caíra em marasmo com a partida da Marinha Francesa) e de dar pleno emprego a uns 800 operários. Devido ao carácter obsolecente das instalações e à falta de pessoal qualificado, os trabalhos limitar-se-ão a navios de deslocamento médio (auxiliares e pequenas unidades de combate), com exclusão de submarinos.

No orçamento para a Defesa da França, a prioridade das prioridades é para a Força Oceânica Estratégica (FOST), que deverá contar, em 1985, com mais um submarino nuclear lança-mísseis balísticos («L'INFLEXIBLE») e com novos mísseis «MSBS M4», com alcance superior a 4000 km, dispondo de várias ogivas independentes.

A Marinha é quem leva a maior fatia do Orçamento para 1981, sendo particularmente significativo o esforço em favor de novas construções. Em 1981 a Marinha encomendará o quarto submarino nuclear de ataque, a sexta corveta anti-submarina, o oitavo caça-minas, etc., num total de 17 100 toneladas.

A Força Aérea parece ser o ramo menos favorecido, se bem que tenha sido autorizada a encomendar 21 «MIRAGE F1» com que não contava. Foi também considerada a encomenda de munições novas, tais como 110 mísseis «MATRA SUPER 530», bombas antipista, bombas lança-granadas e ainda a concretização do novo sistema de guiamento de

precisão «PODS ATLIS» (por «laser»). Foi ainda considerada a encomenda de 5 novos aviões de transporte «TRANSAL» e de 4 novas baterias de mísseis antiaéreos «CROTALE».

Quanto ao Exército, prosseguirá o seu equipamento no respeitante a armas anticarro, por forma a atingirem-se os totais de 115 e de 1120 mísseis «HOT» e «MILLAN», respectivamente. Serão ainda encomendados 60 carros «AMX30», 20 «ROLAND», 50 «AMX10rc», 3240 veículos táticos e 22 helicópteros «GAZELLE SA341-342» armados com mísseis «HOT».

«DÉFENSE ATTACHÉ» (UK), n.º 6 de 1980

A Arábia Saudita encomendou uma «força naval» à França, no valor de 14,4 biliões de francos, a ser entregue no prazo de 5 anos, compreendendo 4 fragatas «F-2000» (2600 toneladas, velocidade máxima de 30 nós, 8 mísseis superfície-superfície «OTOMAT MARK 2», 8 mísseis superfície-ar «NAVAL CROTALE», 1 peça de 100 mm e 2 de 40 mm), 2 navios de reabastecimento de combustível (derivados da classe francesa «DURANG», deslocando 10 800 toneladas), armamento, sobressalentes, treino de guarnições e a criação de um centro de manutenção.

Este contrato verifica-se após o fornecimento de três vedetas rápidas lança-mísseis ao Qatar, e coincide com o início de negociações com o Iraque para um fornecimento idêntico ao contratado com a Arábia Saudita.

Os EUA reservaram uma verba para o ano fiscal de 1981 destinada a adquirir mísseis ingleses terra-ar «RAPIER» associados com o radar «DN 181 BLINDFIRE» para a defesa de bases aéreas norte-americanas na Grã-Bretanha, à méddia de 4 instalações por cada base, podendo este número vir a ser aumentado para 6, a que poderão ainda ser associados lançadores-satélites destes com mais mísseis, o que preferia afinal 12 mísseis por cada instalação.

«TIME» (EUA), de 2 de Fevereiro de 1981

O novo Presidente dos EUA terá de se haver muito rapidamente com problemas importantes, tais como a negociação de alguns países europeus ocidentais com a URSS para aquisição permanente de gás natural que

aumentará a sua dependência relativamente àquela superpotência, a renitência do Egipto em ceder aos EUA o uso da base de Ras Banas no Mar Vermelho, e as opções-chave relativas ao desenvolvimento da Força de Intervenção Rápida capaz de actuar em emergência no exterior, e ao arranque do míssel «MX» de silo móvel, ambas envolvendo vastas verbas.

«PROCEEDINGS» (EUA), Novembro de 1980

A Força de Intervenção Rápida (FIR) dos EUA, embora tenha devido a sua criação à crise do Golfo Pérsico, destina-se a actuar em qualquer parte do mundo. É constituída por 3 Divisões do Exército, 1 Força de Fuzileiros, vários grupos de porta-aviões, e vários grupos de aviões tácticos da Força Aérea, sujeitos a um comando unificado.

Em caso de mobilização parcial o Comando da FIR poderá fazer transportar por ar, num prazo de 2 semanas, uma Divisão de 15 000 homens.

De momento encontram-se já embarcados em 7 navios auxiliares preposicionados nas cercanias do Médio Oriente o material pesado e os abastecimentos necessários a uma Brigada anfíbia de 12 000 homens, aviões da Força Aérea e algumas unidades do Exército.

Entretanto, vão ser devidamente adaptados ao serviço da FIR alguns tipos de grandes aviões de transporte intercontinentais, e encontra-se prevista a construção de navios especialmente concebidos para fins do preposicionamento atrás referido.

«DÉFENSE NATIONALE» (FR), de Fevereiro de 1981

Efectivaram-se manobras do Corpo de Exército de Campanha n.º 1 do Exército da Suíça, entre 17 e 20 de Novembro de 1980, envolvendo mais de 20 000 homens, cerca de 200 blindados, 140 bocas de fogo de artilharia e uns 70 aviões. Estas manobras, que se revestiram de notável realismo (na cidade de Neuchâtel foram incendiadas carruagens estacionadas na estação dos caminhos de ferro e um quarteirão de casas previamente destinadas a ser demolidas), tiveram por objectivos principais «testar» a mobilização de grandes unidades e elementos logísticos e territoriais, treinar grandes unidades, estudar o trabalho dos estados-maiores e a colaboração entre as armas e a defesa antiaérea, e assegurar a efectivação do apoio logístico e sanitário às tropas envolvidas nas manobras.

Os observadores convidados a assistir a estas manobras ficaram impressionados com a seriedade dos preparativos, com o bom comportamento e disciplina dos executantes a todos os níveis, com os cuidados tidos com a disciplina do segredo e com a camuflagem das instalações, etc., e ainda com a circunstância de ser tida em consideração a ameaça da guerra química.

O representante da RFA no Comité Militar da NATO deu a conhecer a decisão do Conselho de Segurança do seu país de aceitar que os navios e os aviões da sua Marinha passassem a operar a Norte do paralelo dos 60º.

Esta decisão, tomada na sequência de uma directiva da NATO, foi motivada pela importância crescente do mar da Noruega face ao cada vez maior poderio naval soviético no mar do Norte e, ainda, pelo facto de os EUA se verem obrigados a reforçar os seus dispositivos navais no Índico e no Pacífico à custa do desvio de meios do Atlântico Norte.

As atribuições do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMA) da França tornaram-no responsável, em tempo de paz, pela elaboração de planos para a organização geral das forças e para o seu emprego, em função de directivas do Governo. Ele dispõe de autoridade sobre os Chefes de Estado-Maior dos 3 ramos logo que lhes sejam confiadas funções operacionais, bem como para a coordenação dos trabalhos relativos quer às suas próprias atribuições, quer aos aspectos interarmas para a preparação das forças.

Em certas circunstâncias graves, como sejam mobilização geral, estado de emergência, etc., previstas pela Ordenança de 7 de Janeiro de 1959, ele pode ser nomeado Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), funções em que, sob a autoridade do Presidente da República e do Governo, assegura o comando conjunto das operações militares, com reserva das disposições particulares relativas à Força Nuclear Estratégica e ao armamento nuclear tático. Nestas circunstâncias, os Chefes dos Estados-Maiores dos 3 ramos (CEMAT, CEMM e CEMAA), e ainda o Inspector das Forças Exteriores (IFE), tornam-se seus adjuntos.

Para desempenhar as suas funções, o CEMA dispõe dum estado-maior (o EMA) e para exercer o seu comando operacional dispõe ainda de um Centro Operacional das Forças Armadas (COA), onde permanece uma

equipa do seu estado-maior que pode a todo o momento ser reforçado por elementos do EMA para pôr de pé o Estado-Maior Operacional (EMO).

«TIME» (EUA), de 16 de Fevereiro de 1981

A alta dependência da Europa Ocidental quanto a energia importada (cerca de 50 % da consumida), estará a levar os governadores dos principais países industrializados a considerar positivamente uma proposta da URSS no sentido de apoiarem financeira e tecnologicamente a exploração das maiores reservas de gás natural conhecidas no Mundo, existentes na península russa de Yamal (no Oceano Ártico), e a sua ligação por gasodutos à Europa Ocidental.

A ser aceite a proposta, em 1988 a França e a RFA passarão a receber da URSS 30 % do gás natural que consomem, e a Europa Ocidental, na generalidade, cerca de 25 % (em 1980, a sua dependência da URSS era apenas de 9 %). Esta perspectiva parece inquietar alguns observadores ocidentais, designadamente na RFA, que vêem naquela hipotética dependência motivos fortes para se enveredar pela energia nuclear, e alguns sectores da Administração Reagan, os quais a consideram um enorme risco de segurança, que inclusivamente pode conduzir à divisão da NATO, uma vez que a resistência europeia às pressões soviéticas ficará diminuída.

Por outro lado, há na Europa Ocidental (que importa gás natural da URSS desde 1974) quem defenda a tese de que a URSS será um fornecedor de maior confiança do que a Argélia, a Nigéria ou o Irão. A acrescentar a isto, referem a possibilidade de se aumentar as resistências europeias a chantagens soviéticas pela criação de reservas (por exemplo através do conhecimento de cavernas na Itália), pela redução das explorações holandesas, e pela criação da possibilidade de alimentar fábricas e centrais, tanto com gás como com petróleo.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUIÇA), n.º 9 de 1980

Dado que as ogivas actuais dos mísseis anticarro «TOW» (em serviço no Canadá, UK, Dinamarca, RFA, Grécia, Itália, Holanda, Noruega, Turquia e Portugal) não são capazes de perfurar a blindagem dos carros de combate soviéticos «TG 4» e «T 72» (existem mais de 10 000),

e porque a capacidade de produção das novas ogivas adequadas só pode satisfazer as necessidades próprias dos EUA no presente ano, ter-se-á que aumentar a capacidade de produção americana ou, então, instalar na Europa uma linha de produção daquelas ogivas.

Entretanto, os mísseis «HOT» e «SWINGFIRE» já dispõem de novas ogivas capazes de penetrar as blindagens dos referidos carros de combate soviéticos.

«THE ECONOMIST» (UK), de 28 de Fevereiro a 6 de Março de 1981

As discussões entre a Grécia e os EUA acerca de bases norte-americanas naquele país têm-se complicado, o que decorre principalmente de estas se terem tornado ultimamente mais importantes devido aos problemas do Golfo Pérsico e de os gregos pretenderem garantias de Washington para protecção contra a Turquia, o que não é fácil, uma vez que os norte-americanos não quererão privilegiar qualquer daqueles seus aliados. Por outro lado, a Grécia afirma como não negociável a sua posição de pretenderem que as eventuais bases dos EUA no seu território sejam de comando Grego.

As negociações que deveriam ficar concluídas até ao fim de Março de 1981, deparam ainda com outras dificuldades, como seja a pretensão grega de manter o equilíbrio militar no mar Egeu, para o que desejam que os fornecimentos de armamento norte-americano à Turquia e à Grécia não ultrapassem a proporção de 10/7.

«TIME» (EUA), 23 de Fevereiro de 1981

É infelizmente verdade que as Forças Armadas dos EUA têm sido negligenciadas ao ponto de já não se encontrarem aptas para a defesa dos interesses do País.

Os problemas mais urgentes das FA norte-americanas não residem no campo das armas estratégicas, onde se verifica uma certa paridade com a URSS, mas sim no campo das armas convencionais, as quais são essenciais para os tipos de conflitos mais prováveis nas fronteiras da Europa Central, no Golfo Pérsico ou no Médio Oriente. Por exemplo: dos 3813 aviões tácticos da USAF, entre 26 % a 48 % podem considerar-se «não operacionais» para missões diárias, em resultado da falta de sobressalentes

e da conseqüente necessidade de «canibalizar» peças duns para pôr outros a voar; o Exército tem apenas metade dos camiões de que necessita; a Marinha viu descer o número dos seus navios de 702 (em 1972) para 456, quando necessitaria de ter 600, entre os quais mais 3 porta-aviões, para poder manter uma presença permanente no oceano Índico, no Mediterrâneo e no Pacífico Ocidental.

Alarmante é, também, a constante diminuição de efectivos e de técnicos experimentados. A USAF tem a menos 1650 pilotos, as 16 Divisões do Exército baseadas nos EUA estão abaixo dos seus efectivos e a Marinha tem 20 000 sargentos a menos. Uma das razões para este facto é o constante distanciamento entre os salários dos militares e dos civis.

Há cerca de 8 anos, os EUA iniciaram a experiência de recrutar apenas voluntários para as suas FA, o que parece ter dado resultados negativos. Por outro lado, a composição das FA não reflecte o equilíbrio da Nação, porque, por exemplo, a percentagem de negros subiu de 18 % para 33 %, e desde 1973 que quase 40 % dos recrutas do Exército não terminaram os cursos secundários. Actualmente há um sector que preconiza o regresso ao serviço militar obrigatório com duração de 2 anos, a menos que os EUA pretendam ter umas FA sem disciplina, coesão e capacidade para participar numa estratégia global moderna.

«TIME», de 16 de Março de 1981

O orçamento da Defesa dos EUA para os próximos cinco anos é cerca do dobro do orçamento do ano corrente, nele se encontrando contemplados a Força de Intervenção Rápida (aquisição de 8 novos aviões de reabastecimento de combustível «KC-10», substituição de motores em mais de 200 velhos «KC-135», aquisição de 7 «Boeings 707», conversão de 8 navios de carga para dotar a Marinha com navios rápidos de abastecimento, aumento das pistas de aterragem da ilha de Diego Garcia no oceano Índico), o desenvolvimento da capacidade da Marinha com vista a manter a superioridade naval sobre a URSS (o objectivo é conseguir aumentar o número de navios de 456 para 600 até 1990, permitindo passar de 12 grupos de batalha de porta-aviões para 15, para possibilitar, entre outras coisas, defrontar a Esquadra do Norte soviética), o desenvolvimento do controverso sistema de mísseis balísticos intercontinentais de base móvel «MX», a instalação de 320 mísseis navais de cruzeiro

«TOMAHAWK» (alcance de 1500 milhas marítimas, podendo transportar ogivas nucleares) em 2 couraçados a tirar de reserva, o «IOWA» e o «NEW JERSEY». Também se encontra planeada a atribuição aos militares de salários equivalentes aos civis e o aumento da capacidade militar convencional através da aquisição de novos aviões táticos, carros de combate, helicópteros, veículos de transporte para a infantaria, e uma grande variedade de equipamento electrónico.

«NAVAL FORCES» (UK), n.º 4 de 1980

O Governo Grego autorizou que navios soviéticos passassem a efectuar reparações no seu estaleiro de Neurion, na ilha de Syros, o qual dispõe de docas flutuantes para navios até 40 000 toneladas. O acordo diz respeito apenas a navios mercantes e de apoio logístico, excluindo, portanto, os navios propriamente de guerra.

«NAVAL WAL COLLEGE REVIEW», Novembro-Dezembro de 1980

Os responsáveis nacionais pelas ilhas Lofoten, Islândia, Gronelândia, Açores, Faroos, pelo Oman e pela Somália, devem sentir-se preocupados com a nova capacidade de mecanismo Soviético de efectuar acções contra terra. Esta capacidade decorre da evolução anunciada pela construção de navios de assalto anfíbio da classe «Ivan Rogov» de 14 000 toneladas (com helicópteros e «hovercraft» de assalto, e uma força de 500 homens completamente motorizada), de cruzadores de propulsão nuclear da classe «KIROV» com novas armas superfície-superfície que permitem proteger uma força anfíbia e apoiar o seu assalto a terra, de navios-tanques da classe «Berezina», de 40 000 toneladas, dispondo de armas e sensores equivalentes aos duma fragata, e do novo porta-aviões de propulsão nuclear, capaz de garantir a superioridade aérea indispensável a um assalto anfíbio.

«NAVY INTERNATIONAL» (UK), de Janeiro de 1981

O almirante norte-americano Harry D. Train, actual comandante supremo aliado do Atlântico (SACLANT), numa exposição ultimamente feita sobre as crescentes responsabilidades navais da NATO referiu, entre outras coisas, a «absoluta» necessidade de proteger as bases das ilhas dos Açores e da Islândia, e propôs o aumento de apoio económico e militar aos países que guardam as vulneráveis linhas de comunicações marítimas.

«TIME» (EUA), de 20 de Abril de 1981

A Administração Reagan, com o seu programa de rearmamento para o país, vai proporcionar um novo «boom» às indústrias de defesa norte-americanas, pois as somas envolvidas são enormes — qualquer coisa como o dobro do que a Arábia Saudita ganhou com as exportações de petróleo no último ano, ou como o dobro do PNB da Suíça. Por outro lado, parece que o Presidente irá conseguir a maior parte do que pretende, uma vez que até não estará a receber grande oposição dos democratas na Câmara dos Representantes.

A maior parte das gigantescas verbas a consumir pelo Pentágono irão para as indústrias aeroespaciais e de construção naval, destacando-se dos programas de construções previstas os aviões «F-15», «F-16», o bombardeiro estratégico «B-1» «chumbado» pela Administração Carter e agora redesignado de «LRCA» (LONG RANGE COMBAT AIRCRAFT), o míssil balístico de base móvel «MX», e a construção de cerca de 150 novos navios de guerra.

Como comentários mais significativos ao programa parece registarem-se os de que Reagan vai tentar desenvolver uma máquina de guerra de primeira categoria com uma indústria de defesa de segunda (alusão ao seu declínio nos últimos anos), e de que não será necessariamente por causa dele que a inflação subirá.

«US NEWS E WORLD REPORT» (EUA), de 16 de Fevereiro de 1981

Os objectivos principais da nova política externa dos EUA são a contenção do expansionismo soviético e o apoio aos países aliados e amigos que pretendam colaborar naquele propósito.

Entre as linhas de acção para a realização daqueles objectivos contam-se: aumentar o potencial militar do país para poder dialogar devidamente com os soviéticos; relegar para segundo plano a defesa dos direitos humanos; pautar a atitude dos EUA relativamente aos acordos SALT pelo comportamento da URSS no resto do Mundo; manter uma presença militar na região do Golfo Pérsico; aumentar a pressão sobre Cuba; intensificar as conversações prévias com os aliados europeus.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CENTRO GRÁFICO DO EXÉRCITO — CEGRAF/Ex

